



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DINÂMICAS TERRITORIAIS E
SOCIEDADE NA AMAZÔNIA**

ELIÚDE DE SOUSA ROCHA

**DO ACONTECIMENTO HISTÓRICO AO ACONTECIMENTO DISCURSIVO:
O Massacre de Eldorado do Carajás na Folha de S. Paulo**

**MARABÁ/PA
2016**

ELIÚDE DE SOUSA ROCHA

**DO ACONTECIMENTO HISTÓRICO AO ACONTECIMENTO DISCURSIVO:
O Massacre de Eldorado do Carajás na Folha de S. Paulo**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia, da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia.

Orientadora: Profa. Dra. Nilsa Brito Ribeiro

**MARABÁ/PA
2016**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Biblioteca Josineide da Silva Tavares da UNIFESSPA. Marabá, PA

Rocha, Eliúde de Sousa

Do acontecimento histórico ao acontecimento discursivo: o Massacre de Eldorado do Carajás na Folha de S. Paulo / Eliúde de Sousa Rocha; orientadora, Nilsa Brito Ribeiro. — 2016.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Campus Universitário de Marabá, Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia, Marabá, 2016.

1. Análise do discurso - Aspectos sociais - Pará. 2. Reportagens investigativas. 3. Folha de S. Paulo (Jornal). 4. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. 5. Crime rural. 6. Violência - Eldorado do Carajás (PA). I. Ribeiro, Nilsa Brito, orient. II. Título.

CDD: 22. ed.: 401.41098115

ELIÚDE DE SOUSA ROCHA

**DO ACONTECIMENTO HISTÓRICO AO ACONTECIMENTO DISCURSIVO:
O Massacre de Eldorado do Carajás na Folha de S. Paulo**

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Nilsa Brito Ribeiro (ORIENTADORA)
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

Profa. Dra. Monica da Silva Cruz (MEMBRO)
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Alexandre Silva dos Santos Filho (MEMBRO)
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

Prof. Dr. Hildete Pereira dos Anjos (SUPLENTE)
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

**MARABÁ/PA
2016**

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar a Deus, pela dádiva da fé.

Ao meu pai, Luiz Moreira da Rocha, pelo exemplo de generosidade e por me mostrar a importância da educação, e me incentivar em toda a caminhada acadêmica.

À minha mãe, Inês de Sousa Rocha, por tudo, a começar por minha alfabetização e pelo incentivo em toda a minha vida estudantil.

Aos meus irmãos, Elisama, Eliel, Elionai e Elineia. Aos sobrinhos, Ana Luiza, Ana Lara, Maria Fernanda e Enzo.

À minha amável esposa, Rafaela Silva Brito Rocha, pela paciência, compreensão e todo suporte necessário dispensado a mim durante o tempo de pesquisa, obrigado.

A todos os colegas do PDTSA da turma de 2014, da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, em especial ao Messias e Iselene, pelo apoio que me deram em Marabá. E a todos os professores do programa, com os quais aprendi bastante.

À minha paciente orientadora, Professora Dra. Nilsa Brito Ribeiro, pela aprendizagem incomensurável. Obrigado pelo exemplo de humanidade que você é. Crédito a você muito do que há de proveitoso na dissertação. Grato também aos professores Prof. Dr. Alexandre Silva dos Santos Filho (UNEFESSPA), Profa. Dra. Monica da Silva Cruz (UFMA) e Prof. Dr. Hildete Pereira dos Anjos (UNIFESSPA), por contribuírem com esse trabalho desde a qualificação, obrigado.

E por fim, sou grato a todos os colegas do CEEJA da cidade de Xinguara, valeu pelo companheirismo e incentivo. E em especial à pessoa da minha querida diretora, Thatiana de Oliveira Silva Júlio, sempre solícita, muitíssimo obrigado.

LISTAS DE QUADROS

Quadro 1 – Títulos das reportagens analisadas - p. 65.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar os discursos em funcionamento no Jornal Folha de S. Paulo, em reportagens publicadas a partir do Massacre de Eldorado do Carajás, ocorrido na região sudeste do Pará, em 17 de abril de 1996. Com este objetivo, procuramos responder à seguinte questão orientadora de pesquisa: Como se configura, na Folha de S. Paulo, o trabalho de produção e gestão da memória discursiva do Massacre de Eldorado do Carajás? Nosso corpus é formado por dez reportagens publicadas no referido jornal, no período de 1996 a 2006 e cobrem tanto o fato histórico, em si, como posteriores ações do MST, realizadas, em protesto ao ocorrido, sempre no mês de abril dos anos subsequentes ao do massacre. As análises se voltam para os procedimentos que o discurso dessa mídia coloca em funcionamento produzindo diferentes sentidos sobre o MST, dentre eles, o de criminalização das ações deste movimento social. As análises se desenvolveram à luz de pressupostos da Análise de Discurso (AD) de linha francesa, adotando como base os postulados de Pêcheux (1995; 1997a; 1997b), Foucault (1971; 2008) e Maingueneau (1990; 1997; 2008). Para alcançar o objetivo aqui proposto, identificamos no espaço discursivo dessa mídia que, a partir do Massacre de Eldorado dos Carajás, ela coloca em cena uma discursividade sobre a questão agrária no país, centrada, inicialmente, na voz de FHC, como um governo que, supostamente, articularia forças políticas para resolver a problemática. No governo Lula, essa discursividade sofre um deslocamento da voz governamental para a voz dos movimentos sociais, mas, sempre orientando uma polêmica aberta entre MST e Lula. Apreendemos, por fim, três movimentos discursivos que adquirem formulação discursiva na Folha de S. Paulo, a partir do Massacre de Eldorado do Carajás, as quais nos serviram de orientação para a organização do corpus: i) A transformação do acontecimento histórico (a acontecimento discursivo), num momento em que a mídia mobiliza diferentes discursos sobre o massacre, produzindo uma discursividade sobre o fato; ii) A mobilização de discursos de diferentes segmentos da esfera política (governo federal, governo estadual, Câmara de Deputados, Senado Federal), sobre a questão agrária no país, a partir das lutas dos movimentos sociais do campo; iii) A construção dos processos de criminalização das ações do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra: do governo FHC ao governo Lula. Em todos estes movimentos discursivos, a Folha de S. Paulo ancora-se no argumento do direito à propriedade e relega ao campo da criminalidade as ações de luta dos trabalhadores rurais sem-terra.

Palavras-Chave: Massacre; MST; Folha de S. Paulo; Discurso.

ABSTRACT

This study aims to analyze the functioning of the speeches in the newspaper Folha de S. Paulo, in published reports from the Massacre de Eldorado do Carajás, which occurred in the southeast of Pará on 17/04/1996. This present working was done from the following guiding research question: How to setup, discursively, in Folha de S. Paulo, the production work of a memory of Massacre Eldorado do Carajás? Our corpus consists of ten reports that span from 1996 to 2006 and cover both the Massacre itself as subsequent MST actions taken in April to protest that occurred. Analyses back to the discursive strategies that address this media puts into operation producing different directions on the MST, among then the criminalization of the actions of that social movement. The analysis developed in the light of assumptions of Discourse Analysis (DA), the French line, taking as a basis the postulates of Pêcheux (2010), Maingueneau (2008) and Foucault (1971; 1975). To achieve the goal proposed here, we identify the discursive space that media from the Massacre de Eldorado do Carajás, it puts on stage a discourse on the agrarian question in the country, focused initially on voice FHC, as a government articulates political forces to solve the problem. The Lula government, this discourse shifts to the voice of social movements, but producing a confrontation between MST and Lula, thus building the image of a government that has solutions to the agrarian reform in the country. In the analyzes, learned three discursive movements gain spaces in the Folha de S. Paulo, from the Eldorado do Carajás Massacre, which served us as a guidance to the corpus organization: i) The transformation of the historical event (the discursive event), at a time when the media mobilizes different discourses about the massacre producing a discourse on the event; ii) The mobilization of the political sphere (federal government, state government, House of Representatives, the Senate) on the agrarian question in the country, from the struggles of social movements in the countryside; iii) The construction of the processes of criminalization of the actions of the Movimento dos Trabalhadores Sem-terra: government FHC to Lula. In all these discursive movements, Folha de S. Paulo is anchored in the right argument to property and relegates to the field of crime the actions of struggle of rural workers without land.

Keywords: Massacre; MST; Folha de S. Paulo; Speech.

SIGLAS UTILIZADAS

AEA – Associação de Empresas da Amazônia

AD - Análise de Discurso

BASA – Banco da Amazônia

CEBS - Comunidades Eclesiais de Base

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CPT – Comissão Pastoral da Terra

FHC – Fernando Henrique Cardoso

IECLB – Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MP – Medida Provisória

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MT – Mato Grosso

PA – Projeto de Assentamento

PDTSA- Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia

PIN – Plano de Integração Nacional

PPL – Pastoral Popular Luterana

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PT – Partido dos Trabalhadores

SP – São Paulo

SPVEA – Valorização Econômica da Amazônia

STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

UNIFESSPA- Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. DOS RIOS PARA AS ESTRADAS: A FORMAÇÃO DA FRONTEIRA NO SUL DO PARÁ	16
2.1 As frentes de expansão pastoril e pioneira na formação da fronteira no Sul e Sudeste do Pará	24
2.2 Atores e gestos de resistência face às dinâmicas instauradas nas regiões Sul e Sudeste do Pará	28
3. A PRESENÇA DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA NO SUL E SUDESTE DO PARÁ	32
3.1. Bases constitutivas da formação do MST e elementos caracterizadores	32
3.2 O MST e o problema agrário brasileiro	35
3.3 Latifúndio, violência e a presença do MST no Sul do Pará	37
3.4 O Massacre de Eldorado do Carajás	40
4. DISCURSOS EM MOVIMENTO: ANCORAGEM NOS ESTUDOS DE DISCURSO 42	
4.1 A Análise do Discurso Francesa: uma teoria de entremeio	42
4.2 Alguns conceitos formulados pela AD	46
4.2.1 Língua e discurso	46
4.2.2 A noção de Sujeito e Ideologia: a contribuição de Althusser	47
4.2.3 A noção de Formação Discursiva: a contribuição de Foucault	50
4.2.4 A noção de interdiscurso	52
4.2.5 Acontecimento histórico e acontecimento discursivo	55
4.2.6 Regras de formação do arquivo/memória	57
5. O MASSACRE DE ELDORADO DO CARAJÁS: O REGIME DE PRODUÇÃO DISCURSIVA NA FOLHA DE S. PAULO	60
5.1 O trabalho metodológico de aproximação e organização dos dados	60
5.1.1 O corpus da pesquisa	61
5.2 O Massacre: a discursividade de um acontecimento histórico	64
5.3 A demanda do MST pela Reforma Agrária e a agenda política de FHC: um diálogo impertinente	75
5.4 Rearranjos discursivos da imprensa: entre o uso da força e o sentido de justiça no governo FHC	82
5.4.1 Rearranjos discursivos da imprensa no governo Lula	85
5.4.2 A Folha de S. Paulo orienta a polêmica ente MST e Governo Lula	90

5.4.3 Outras filiações à memória do Massacre: a interdiscursividade entre passado e presente dos sobreviventes	93
6. CONCLUSÃO	98
REFERÊNCIAS	100

1. INTRODUÇÃO

Que interesse de pesquisa poderia haver para um estudante do curso de Letras no massacre ocorrido em Eldorado do Carajás-PA? Foi a pergunta feita a mim há alguns anos depois da conclusão do curso de Licenciatura em Letras e já no exercício da profissão, na cidade de Xinguara, no estado do Pará. Tal questionamento me fora feito por um colega de Magistério, devido ao interesse que a ele demonstrei em fazer a seleção de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia, da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), para tratar do tema. Na compreensão do referido colega, os estudos no campo da língua e literatura não dariam conta, teoricamente, do acontecido em Carajás, uma vez que, segundo ele, o estudo do massacre deveria ser preocupação apenas das disciplinas Sociologia e História. Então, falei ao meu amigo sobre a Análise de Discurso (doravante AD), explicando-lhe que essa disciplina investiga os discursos na relação com os eventos sociais materializados na língua.

O meu interesse pela AD começou quando cursei a disciplina Análise de Discurso, no curso de Letras da Universidade Federal do Tocantins, ministrada pela professora Dra. Luiza Helena Oliveira da Silva. Penso que antes de ter acesso ao que se discute e analisa nesse campo do conhecimento, teria a mesma opinião do colega que mencionei acima. No entanto, a partir do contato com conceitos como Formação Discursiva, Formação Ideológica, Sujeito do Discurso, entre outros, fomos tomando conhecimento que é na linguagem em que se materializam os posicionamentos ideológicos dos sujeitos, sob a forma de discursos afetados por suas condições de produção.

À época do massacre ocorrido em Eldorado do Carajás-PA, minha família e eu residíamos no município de Xinguara, Pará. Antes que a ocorrência fosse noticiado na grande mídia nacional e pouco depois na mídia internacional, ele já circulava na região, chegando até a cidade em que morávamos, por meio dos moradores. Desde então, esse evento histórico exerceu em mim um forte interesse em melhor compreendê-lo de uma perspectiva discursiva.

O interesse por compreender o acontecimento para além dos fatos empíricos e das diferentes opiniões que sobre ele circularam veio acompanhado de questionamentos e dúvidas, uma vez que se trata de um tema polêmico que não tem origem no fato em si, mas no confronto de interesses que perpassam a formação histórica desta região.

Assim, ao definirmos o objeto de pesquisa, que seriam os discursos sobre o Massacre de Eldorado do Carajás, estabelecemos como objetivo analisar o funcionamento dos

discursos no Jornal Folha de S. Paulo, em reportagens publicadas a partir do Massacre de Eldorado do Carajás, ocorrido no Sudeste do Pará em 17/04/1996. No decorrer da pesquisa, algumas hipóteses foram sendo formuladas e a que nos pareceu mais provável, no decorrer das leituras teóricas e da mobilização dos dados, foi a de que o acontecimento histórico (Massacre de Eldorado do Carajás) não teria estacionado apenas em um acontecimento enunciativo sobre o ocorrido, ou seja, os enunciados que circulavam na Folha de S. Paulo sobre o massacre teria produzido uma discursividade sobre o MST, na sua relação tensa com o Estado, no que diz respeito à questão agrária no país.

A partir de aportes teóricos da AD de linha francesa, essa dissertação faz uma reflexão acerca do modo como os discursos entram em funcionamento nos textos publicados pelo Jornal Folha de S. Paulo quando este passa a noticiar os conflitos desencadeados em torno da posse da terra a partir do Massacre de Eldorado do Carajás, ocorrido no Sudeste do Pará em 17/04/1996. Embora este fato tenha sido noticiado em muitos jornais do Brasil, escolhemos o espaço discursivo daquele jornal para emprendermos nossa pesquisa por considerá-lo uma mídia de alcance nacional, de modo que, ao veicular suas matérias, estas entendidas como discursos, deixam “rastros” que indiciam as filiações ideológicas do jornal. Nossas análises focalizam, por um lado, o trabalho de controle de sentidos hegemônicos exercido pela mídia, sempre orientada por sua posição nas esferas de poder; por outro, a emergência de discursos em disputa, resultantes das contradições históricas, situados em domínios de resistência.

Nosso corpus é composto de dez reportagens que tratam do Massacre, circuladas no período de 1996 a 2006, observando que as matérias circuladas a partir do ano de 1997 foram selecionadas considerando o mês de abril como referência, uma vez que este passou a ser um mês em que muito se noticiam, na mídia nacional, as programações realizadas pelo MST, em todos os anos após o massacre, o que, hipoteticamente, favoreceria a captação de “gestão” da memória do massacre, por parte do jornal. Esse mês passa a ser um marco para o MST que, por meio de manifestações e ocupações, em todo país, protestam contra o Massacre de Carajás e todo o tipo de violência no campo. Todas as reportagens foram baixadas do sítio do jornal Folha de S. Paulo: www.acervo.folha.com.br

Partindo do pressuposto de que os sujeitos enunciam a partir de Formações Discursivas (FD) situadas em Formações Ideológicas (FI), e que, portanto, seus discursos não são neutros, antes representam os interesses dessas formações, é que a pesquisa parte da seguinte pergunta: Como se configura, na Folha de S. Paulo, o trabalho de produção e gestão da memória discursiva do Massacre de Eldorado do Carajás? Desta pergunta geral derivam outras perguntas subsidiárias: Que marcas discursivas evidenciam o trabalho de produção de

uma memória sobre o Massacre e o MST pelo jornal? Que forças ideológicas são colocadas em embates pela mídia? Que formações discursivas polemizam com a folha sob a forma de captação ou subversão? Os objetivos e as questões de pesquisa nos orientam a articular campos disciplinares de conhecimento para desenvolvermos este estudo, atentando aos discursos sobre um fato específico, mas entendendo sua correlação com os processos que refletem a problemática agrária da região e, conseqüentemente, os processos de luta e violência no campo.

Em se tratando da organização do trabalho, no primeiro capítulo, refletimos sobre a formação socioeconômica da região sul/sudeste do Para. Nossa reflexão levou em consideração o conceito de fronteira a partir de Martins (2014) e Schmink e Wood (2012), discutindo como se estabeleceu o conflito entre frentes de ocupação identificadas pelos autores e elas refletem as ações do Estado brasileiro nessa região. Hébette (2004) foi outro autor fundamental para nossas pesquisas, contribuindo para a explicitação de elementos que compõem os processos de formação do campesinato na Amazônia, processos que remetem à preocupação nossos estudos, uma vez que analisamos discursos que remetem à organização do campesinato em torna da luta pela terra, tendo o Massacre de Eldorado como referência simbólica desse processo. Ainda no quadro de autores que contribuem para a compreensão da Amazônia, apontamos Emmi (1988), Ianni (1979) e Gonçalves (2010), entre outros autores que se voltam em suas pesquisas para o campesinato nas regiões Sul e Sudeste do estado do Pará.

No segundo capítulo, voltamos nossa atenção para o surgimento e posterior presença do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), na região Sul do Pará, na década de 1980. Destacamos a luta pela terra desencadeada por este movimento social até a ocorrência do Massacre de Eldorado do Carajás, considerando os discursos sobre este fato é que tomaremos os mesmos como objeto de análise de nossa pesquisa. Autores como Stédile e Fernandes (2005; 2011; 2012) foram os principais autores cujas reflexões contribuiram para esse capítulo da dissertação. Em suas obras, os autores tratam da gênese do MST e seus objetivos de luta, analisando a formação fundiária do Brasil.

No terceiro capítulo, apresentamos os pressupostos teóricos e metodológicos da Análise de Discurso (AD), mobilizando os conceitos básicos desta teoria, sobretudo aqueles que oferecem maior produtividade nas análises. Para a análise do corpus da pesquisa, os estudos de discurso de tendência francesa se constituíram como base teórica, sobretudo os realizados por Pêcheux (1995; 1997; 1999), Maingueneau (1990;1997; 2008) e Foucault (1971, 2008).

No quarto e último capítulo do nosso trabalho realizamos a análise de discursos veiculados na Folha de S. Paulo, com o intuito de apreender como eles funcionam e geram efeitos de sentidos nessa mídia. Para tanto, organizamos o corpus considerando três temas

enunciativos que reúnem diferentes reportagens num espaço de tempo de circulação do jornal:

- i) A transformação do acontecimento histórico (Massacre) a acontecimento discursivo, no jornal;
- ii) A mobilização de discursos de diferentes segmentos da esfera política (Governo Federal, Governo Estadual, Câmara de Deputados, Senado Federal) sobre a questão agrária no país;
- iii) A construção dos processos de criminalização das ações do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra: do governo FHC ao governo Lula.

A percepção desses temas oferecidos pelas próprias práticas discursivas do jornal nos orientou a analisar as reportagens por “blocos enunciativos” ao mesmo tempo que nos possibilitou apreender como o jornal trabalha a gestão da memória do massacre, colocando em cena a formação ideológica a que se encontra vinculado, quando se propôs a noticiar o evento, em diferentes momentos políticos do país.

2. DOS RIOS PARA AS ESTRADAS: A FORMAÇÃO DA FRONTEIRA NO SUL E SUDESTE DO PARÁ

No presente capítulo, abordaremos o conceito de fronteira adotado por Schmink e Wood (2012) e Martins (1993), para discutirmos a formação das regiões Sul e Sudeste do Estado do Pará. Esses autores afirmam que a fronteira, além de um limite territorial físico de uma área a ser ocupada, é caracterizada, também, pelas várias frentes que entram em embates pelos bens materiais e imateriais pertencentes a uma determinada região, no nosso caso, a região Sul do Pará. Para Martins (2014, p.132): “Na América Latina, a última grande fronteira é a Amazônia, em particular a Amazônia brasileira [...]”.

Considerando, a partir de Martins (2014), que os processos de migração para essa fronteira, ocorreram a partir de 1964, com o golpe militar, atenuando-se após a redemocratização do Brasil, em 1985, partiremos do estudo dos fluxos migratórios - conceito indissociável do conceito de fronteira- que se deram a partir de frentes de expansão vindas do centro-oeste, no século XIX, até a chegada da frente pioneira, a partir da década de 1960 do século XX. Conflito e resistência são características constitutivas da fronteira, e, no caso do Sul e Sudeste do Pará, ambos se intensificaram a partir da década de 1970, quando o Estado brasileiro decide pela abertura de grandes estradas, como a Belém-Brasília, Transamazônica e, posteriormente, as PAs 279 e 150. Procuraremos, com isso, apontar como esses conflitos e resistência se deram no contexto da formação dessa região.

Entender os conflitos que se deram nas regiões Sul e Sudeste do Pará a partir da ascensão dos militares ao poder e as conseqüentes construções de rodovias, nessa região, é, entre outras coisas, dispensar um olhar atento à migração para a região Amazônica como a terceira e última fase de expansão da fronteira que se deu nos anos 1970 e 1980 na história brasileira no século XX. De acordo com Schmink e Wood (2012), a primeira expansão se deu rumo ao Sul do Brasil, com o cultivo do café no Paraná, indo dos anos 1940 aos anos 1960. Já a segunda fase ocorreu nos estados do Goiás e Mato Grosso, em virtude da demanda de carne ocorrida nos anos 1950 e 1960. A Amazônia, como fronteira baseada no capital intensivo, teve características similares às anteriores, mas teve também características idiossincráticas, sendo a principal delas “o proeminente papel exercido pelos órgãos de Estado” (SCHMINK e WOOD, 2012, p. 49).

Assim, de acordo com esses autores, a Amazônia, como a última fronteira, se caracterizou pelas investidas do Estado militar brasileiro em integrar essa região ao centro-sul do país, o que foi interpretado como estratégia do regime militar em “tentar resolver os dilemas políticos que confrontavam o regime autoritário da época” (SCHMINK e WOOD, 2012, p. 49).

Segundo os autores, o modelo de política ortodoxa de desenvolvimento adotado pelos militares favoreceu o capital estrangeiro e alterou profundamente a economia do país, preterindo, com isso, parte da elite que havia apoiado o golpe militar, embora, logo no início dos anos 1970, o regime tenha se distanciado do ideário ortodoxo e se tornado “mais nacionalista na retórica” (SCHMINK E WOOD, 2012, p. 50).

Nesse sentido, a Operação Amazônia é também apontada como uma maneira pela qual os governos militares passaram a subsidiar as ações dos investidores brasileiros com créditos, entre outras vantagens, reconstruindo, com isso, a aliança entre investidores e governo militar, representados pela Associação de Empresas da Amazônia (AEA), uma organização de caráter privado, criada em 1968.

Os conflitos característicos de áreas de fronteiras, na Amazônia, ocorreriam tão logo a terra, minérios e a madeira passassem a ser os bens mais valiosos, em decorrência da inserção intensiva de capital na região. Além disso, destacam-se também os conflitos por disputas políticas, devido à substituição das atividades econômicas tradicionais baseadas no extrativismo.

A presença de conglomerados econômicos nacionais e internacionais subsidiados pelo Estado brasileiro com projetos voltados para a ocupação de grandes quantidades de terra implicou na substituição de grupos que ocuparam até então o comando político, representados pelas elites oligárquicas existentes no território amazônico. Vale ressaltar, no entanto, que os planos dos militares e do grande capital para região não se deu conforme planejado – sem objeções – visto que as populações que já ocupavam essa região resistiriam de várias maneiras às mudanças impostas pela presença do capital.

Nas palavras de Schmink e Wood (2012), os padrões com base nos quais um grupo se comporta em uma estrutura social estão intimamente ligados às condições de produção material comuns aos indivíduos desse grupo, bem como ao lugar em que eles se posicionam dentro do extrato social. Os autores usam o conceito de “grupos sociais” definindo-o como um conjunto de pessoas que comungam, além dos mesmos meios de produção, de um senso comum e de um *modus operandi* similar para lidar com problemas que também lhes são comuns, a fim de que sua sobrevivência seja garantida.

Segundo Schmink e Wood (2012, p. 51): “[...] podemos listar uma legião de grupos sociais operando no cenário da fronteira, categorizando-os em estratos dominantes ou subordinados, baseados em seus relativos níveis de poder”. Na percepção dos autores, considerando a fronteira da Amazônia paraense, os proprietários de grandes fazendas, de serrarias, donos de mineradoras, comerciantes, instituições do Estado brasileiro etc., são

representantes do estrato dominante. Por outro lado, o estrato subordinado é representado por atores com escasso poder econômico, no caso da Amazônia, pequenos assalariados, garimpeiros, seringueiros, castanheiros, pequenos camponeses, pescadores, indígenas etc. Desse modo, o conflito social torna-se elemento constitutivo de uma sociedade estratificada em classes, podendo ser dividido em dois tipos: o *conflito interno* e a *resistência*. No primeiro caso, o conflito se dá entre membros de um mesmo estrato social, como é o caso de disputas entre pequenos camponeses e garimpeiros, por exemplo. No segundo caso, a resistência se dá quando a parcela dominada não aceita a forma como o estrato dominante tenta impor as normas pelas quais os recursos seriam apropriados, ou a maneira como este mesmo estrato explora tais recursos (SCHMINK E WOOD, 2012).

A formação da fronteira nas regiões Sul e Sudeste do estado do Pará se dá com um processo de migração de outras regiões do país, em decorrência da terceira e última fase do deslocamento da fronteira rumo à região Amazônica, como já pontuamos acima. Segundo Porto Gonçalves (2010), a partir dos anos 1960, a abertura de estradas foi de fundamental importância para uma nova etapa de ocupação da Amazônia, baseada na expansão do capital financeiro e industrial. Com isso, se estabelece um novo tipo de conflito em torno do uso da terra devido à reorganização socioespacial. Esse novo modelo de ocupação da Amazônia implicou na substituição de um modelo econômico baseado no capital comercial pelo modelo financeiro e industrial, interessado na terra como um bem em si, uma mercadoria, assim como, na exploração do solo e subsolo.

Até a década de 1960, as relações comerciais das populações tradicionais, índios e ribeirinhos, na Amazônia, se davam dentro de uma lógica de subsistência, tendo na pesca, na coleta e na agricultura de pequeno porte o espaço das práticas cotidianas de subsistência e de produção da vida cultural. Com a frente de expansão, essa relação ainda não se caracterizava pela produção de mercadorias, uma vez que a apropriação das condições de trabalho não tinha no uso da terra um empreendimento econômico. Ou seja, a terra ainda não se caracterizava como reserva de valor, nem mesmo o excedente adquiria valor de mercadoria, mas valor de troca e sua comercialização se dava porque havia condições para isso e não porque esse representasse um resultado da divisão de trabalho, sendo a troca um aspecto secundário nessa relação, segundo Martins (1975). Essas práticas conviviam, até então, com a da extração da borracha e da castanha, numa lógica mantida por um capital comercial organizado em torno da tríade “*rio-várzea-floresta*” (PORTO GONÇALVES, 2010, p.79).

Nessa nova etapa de ocupação, houve a sobreposição de uma frente de expansão por uma frente pioneira, o que incorreu numa drástica mudança das dinâmicas da região, visto que

para a nova lógica, baseada no capital financeiro, todo o modo de uso espacial teria de ser substituído por uma nova maneira de organizar esse espaço, desta vez, em torno da tríade “*estrada-terra firme-subsolo*”, com subsídios do Estado para grandes corporações nacionais e internacionais. Inaugura-se, assim, uma nova etapa de exploração para a região Amazônica brasileira (PORTO-GONÇALVES, 2010). Assim, a chegada da frente pioneira na região amazônica se configura como um dos modos de reprodução do capital e de sua expansão territorial, dando origem, a partir de então, a intensos conflitos e modos de resistências.

Com o projeto civil-militar de integração da região Norte ao restante do país, entra em cena o capital financeiro privado, em grande medida subsidiado pelo Estado. Os donos dos castanhais que exerciam o poder econômico e político local são forçados a se adaptarem a um novo modelo econômico que também tem na posse da terra o seu principal interesse. Os latifundiários dos castanhais se sustentavam nas relações políticas estabelecidas com o governo do Estado que assegurava o acesso das oligarquias aos castanhais. Segundo Emmi (1999, p. 6), “Se até aos anos 60, a oligarquia da castanha pode exercer o poder econômico e político de maneira absoluta, nas décadas de 70 e 80 vão aparecendo sintomas de sua decadência como grupo dominante”. Segundo a autora, a burguesia mercantil-extrativista vai entrar em crise com as seguidas descobertas de minérios na região, juntando-se a isso os projetos de integração implantados a partir de 1964, tornando estes responsáveis por colocar no cenário amazônico diversos outros atores: mineradoras, madeireiras, pecuaristas, carvoaria etc. Ainda segundo Porto Gonçalves (2010), esses atores foram responsáveis por alterar toda uma lógica anterior baseada no extrativismo. Dentre eles incluem-se pessoas que migraram de várias regiões do país em busca de terras para trabalhar, em sua maioria, influenciados pela propaganda do Estado brasileiro que pretendia colonizar essa parte do território, como estratégia de “esvaziamento” dos conflitos sociais nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste do Brasil. Ao mesmo tempo, criaria reservas de mão de obra para a expansão dos projetos minero-metalúrgicos, industriais e, sobretudo, agropecuários. Como parte desse processo ocorreu a transferência de centenas de famílias de trabalhadores rurais para as áreas de colonização situadas às margens da rodovia Transamazônica, consideradas na época, pelo Governo Federal, como instrumento a serviço do progresso de todo o Brasil.

Contudo, a opção dos sucessivos governos militares foi pela expansão do fluxo de grupos econômicos sediados no Centro-Sul do país para essa parte do território nacional. Tais grupos logo passaram a ter o controle de enormes extensões de terras, de grande parte dos recursos da floresta e de muitos homens empregados na derrubada das matas para produção de pastagens. Não só as terras, muitas delas pertencentes aos povos indígenas ou ocupadas por

posseiros, foram entregues às diversas empresas do capital privado, mas, também, créditos e incentivos fiscais foram destinados, principalmente, à atividade de criação de bovinos.

Nessa nova etapa do capital na Amazônia, tanto o solo quanto seu subsolo seriam de grande interesse para os vários grupos econômicos que se estabeleceriam na região, alterando toda a anterior organização espacial.

Se antes o capital comercial, o regatão, por exemplo, convivia com o caboclo ribeirinho, com as diferentes comunidades indígenas ou com as populações remanescentes de quilombos, agora o capital financeiro e industrial irá disputar seus recursos naturais. No lugar de uma convivência pacífica, teremos a barragem dos rios que aprisionará suas forças, sua energia e, com isso, aumentará a capacidade desse novo capital transformar a natureza, tornando maior o seu potencial de apropriação de outros recursos naturais como a bauxita, o ferro, o caulim, o manganês, o ouro, ou de produção celulose. (PORTO GONÇALVES, 2010, p. 102).

É, portanto, a partir dessa nova maneira de organizar o espaço amazônico, totalmente arbitrária e alheia à participação das populações que aqui habitavam – já que o discurso oficial considerava essa região um “vazio demográfico” – que irão eclodir disputas em função da ocupação da terra, transformada esta no bem mais valioso para a nova lógica do capital financeiro. Nas palavras de Becker (1990), o mito dos “espaços vazios” ignora a existência de índios, caboclos e posseiros que constituem a frente de expansão.

É a partir dos discursos oficiais do Estado – condensados em “integrar para não entregar” e no “vazio demográfico” - que ocorre a construção das grandes estradas, com a finalidade de interligar a região ao restante do país. O Estado mobiliza também uma grande leva de migrantes, como já dissemos, para ocupar a região, de modo que esses passam a ser “[...]os novos protagonistas do processo de (des)envolvimento regional: os gestores territoriais civis e militares, o grande capital nacional e internacional” (PORTO GONÇALVES, 2010, p. 95).

A criação de grandes rodovias, como a Belém-Brasília, Transamazônica e Cuiabá-Santarém, alteraram profundamente o cenário político e econômico da região Amazônica. A dinâmica estabelecida nas regiões cortadas por essas estradas seguia traços mais ou menos comuns, ou seja, ao longo dessas rodovias iam sendo criados assentamentos de famílias vindas de várias regiões do Brasil, sobretudo da região Nordeste do país. Segundo Hébette (2004, p. 53): “Na segunda metade da década de 50 e ao longo da década de 60, chegaram levadas numerosas de migrantes que ocuparam as terras devolutas ainda abundantes [...]”.

Assim, a partir da abertura dessas estradas deu-se início a um fluxo maior de pessoas vindas de todas as partes do país para as regiões Sul e Sudeste do Pará. Os migrantes saíam de

seus estados de origem e chegavam à região com diversos interesses: trabalhar e viver na terra, formar latifúndios para criação de gado, conseguir terra para em seguida vendê-la, trabalhar com lavoura, praticar a grilagem etc. Nas palavras de Ianni, “a Amazônia chega à década de 60 com extensas áreas de terras tribais e devolutas, ao lado dos sítios, latifúndios e fazendas” (IANNI, 1979, p. 14). Os estudiosos são unânimes em dizer que esse processo dá origem a conflitos sangrentos em torno da ocupação da terra.

Segundo Ianni (1979), a colonização dessa região já vinha ocorrendo desde muito antes da construção da Belém-Brasília. A construção da Belém-Brasília - cujo nome oficial era Bernardo Sayão -, sendo a primeira das grandes estradas a singrar a imensidão verde da Amazônia, cumpriria o objetivo do Estado em ligar o norte do país à recém criada capital, Brasília. O projeto dessa estrada remonta à década de 1940, no Governo de Getúlio Vargas, em seu plano de colonização para a região, o qual recebeu o nome de “Marcha para o Oeste”, plano que só se concretizou no Governo de Juscelino Kubitschek (1956 – 1961). A continuidade dada ao processo de colonização com a construção desta rodovia intensifica-se ainda mais, na década de 1970, inaugurando, nesse período, um novo momento para a história dessa região.

A construção da Transamazônica, na década de 1970, é parte do projeto de modernização da Amazônia delineado no Plano de Integração Nacional (PIN) que pretendia assentar pequenos produtores em lotes agrícolas de cem hectares, às margens da rodovia. A intenção governamental era colonizar a região e criar, a partir desses pequenos agricultores, uma classe de prósperos agricultores, possibilitando, assim, o projeto de “homens sem terras à terra sem homens”. No entanto, algum tempo depois, os governos militares vão perceber que a colonização dessa região não seria tão simples assim, por motivos que veremos mais abaixo.

Outro motivo para a colonização da Amazônia, além dos supracitados, segundo Hall (1991), foi a suposta “ameaça expansionista” de países vizinhos. Segundo o autor, a integração alegava motivos de segurança nacional: “integrar para não entregar”, embora a preocupação em relação à soberania do território nacional anteceda o golpe civil-militar, remontando-se aos idos de 1900.

A derrocada da colonização do Primeiro Plano de Integração Nacional e o *lobby* de empresários interessados em investir na região resultaram no segundo Plano de Desenvolvimento da Amazônia, a partir do qual se

[..] estabeleceu uma agenda regional chamada Polamazônia. Como o acrônimo indica, o objetivo foi criar polos de crescimento por meio do redirecionamento de investimentos públicos e privados para áreas com alegado potencial econômico: pecuária e operações agrícolas e de mineração em larga escala. (SCHMINK e WOOD, 2012, p. 201).

A partir desse segundo plano, o governo militar se volta para um novo momento de colonização, agora, num viés desenvolvimentista. Nessa perspectiva, a prioridade era dada aos grandes conglomerados econômicos dos centros financeiros do Brasil e do mundo. O objetivo era aprofundar a acumulação de capital voltado para elevadas taxas de crescimento. Assim, a colonização, que era até então voltada para os agricultores oriundos, na sua grande maioria, do Nordeste, é preterida por um novo modelo de colonização.

Essa nova maneira de integração considerava ultrapassadas as práticas tradicionais empregadas até então na agricultura, e apostou em alta tecnologia para criação de bovinos, exploração do minério e da madeira. Segundo Hall (1991), a tentativa de “colonização social” do INCRA (Instituto de Colonização e Reforma Agrária), que consistiu em mobilizar grande contingente do Nordeste, foi um hiato nos programas de colonização da fronteira. Seu fracasso, segundo o autor, se deve a vários fatores, sendo eles de caráter técnico, administrativo, político e sociocultural. A opção dos governos militares, a partir de 1974, por uma colonização que privilegiava empresas privadas, deu-se, menos pelo fracasso da colonização dirigida a pequenos agricultores do que por pressões de setores do Estado alinhados a interesses empresariais, como era o caso do Banco da Amazônia (BASA), Superintendência do Desenvolvimento na Amazônia (SUDAM) e a Associação de Empresas da Amazônia (AEA). Esta, sediada em São Paulo, desde sua criação, em 1968, mobilizava-se, politicamente, em favor de subsídios para criação de gado na fronteira amazônica.

Além dos motivos citados acima, pelos quais a colonização social empreendida pelo INCRA, na região amazônica, não teria dado certo, havia outro fator apresentado pelos principais órgãos do governo – BASA, SUDAM e a AEA: segundo tais órgãos, os colonos não possuíam competência técnica para o desenvolvimento da agricultura na Amazônia, ou seja, não estavam preparados para a vida nessa região. Além disso, alegavam também serem os colonos os principais degradadores do meio ambiente e desperdiçadores de recursos públicos.

Essas acusações são contrapostas por Hall (1991) que aponta para a centralização e rigidez administrativas do INCRA e de outros órgãos do governo. Além disso, destaca: as estradas que ficavam intrafegáveis em período de chuvas, dificultando a colheita de alguns produtos subsidiados pelo governo, causando prejuízos aos agricultores; a imensa burocracia que dificultava a obtenção de créditos pelos pequenos agricultores; os conflitos desencadeados por pecuaristas, dentre outros agravantes que levavam os assentados a evadirem das terras, procurando outras regiões de fronteiras. Nas palavras de Hall (1991, p. 43):

Se os princípios da década de 1970 caracterizaram-se por um otimismo oficial sem reservas e por apoio financeiro à pecuária como a atividade econômica mais

produtiva, lucrativa e ambientalmente apropriada para a Amazônia, ao fim da década já se notava certo grau de decepção.

Assim, em apenas dez anos, a realidade da região amazônica se mostrou outra, totalmente o inverso das condições propagadas e prometidas pelo governo. A previsão de lucro estimado pelas empresas e o otimismo por parte dos entusiastas do governo não se confirmaram. Além disso, destacam-se o desmatamento e a disseminação da violência em torno da disputa pela terra, provocada pela criação de gado bovino na região.

Em decorrência dessas políticas, os povoados que antes se organizavam em função dos rios da região, passam agora a se reorganizar em torno das grandes rodovias. Assim, as novas cidades que nascem ao longo dessas estradas se conectam ao Centro-Sul do país, desempenhando o papel de exportadoras de matéria-prima e importadoras de produtos industrializados. A partir da cidade de Conceição do Araguaia, localizada na região Sul do Pará, os migrantes tinham acesso a outras partes da região, juntando-se aos que nela já viviam. Dessa forma, iam sendo criados povoados e novas cidades. Segundo Ianni (1979, p. 16):

Ao mesmo tempo que se realizava essa ocupação, construíram-se caminhos e estradas, formavam-se roças, criações, latifúndios, fazendas, empresas, agricultura, pecuária e extrativismo, com organização e fins comerciais. Foi assim que cresceu a população rural e urbana de Conceição do Araguaia, Santana do Araguaia e outros municípios. Ao mesmo tempo que se criaram vilas e cidades. Em pouco tempo, em especial a partir de 1970, espalhou-se na área o espírito de pioneirismo.

Por isso, o fluxo da frente pioneira para essa região, a partir das grandes estradas, não vai se caracterizar apenas com o deslocamento de indivíduos para um espaço novo e “vazio”, em busca de terra, uma vez que a dinâmica de ocupação vai se dando também dentro de um espírito de inovação e de “pioneirismo”, lançando mão de alta tecnologia na produção voltada para o mercado. Ainda na esteira do deslocamento dessa frente, ressalta-se o componente ideológico que prega a chegada do progresso em uma região considerada atrasada, pobre e retrógrada. Trata-se de uma estratégia fortemente aparelhada de instituições financeiras facilitadoras de créditos, de aparato legal para titulação de terras, de estradas, de empresas imobiliárias, de fomento do comércio local etc. (MARTINS, 1975).

A frente de expansão vai se caracterizar por um movimento espontâneo e lento, como uma prática voltada à agricultura de subsistência. Nesse contexto, a população que compõe a frente de expansão vai entrar em conflito com a frente pioneira. Isso ocorre porque

O ponto chave da implantação da frente pioneira é a propriedade privada da terra. Na frente pioneira a terra não é ocupada, é comprada. Desse modo, a renda da terra se impõe como mediação entre o homem e a sociedade. A terra passa a ser equivalente

de capital e é através da mercadoria que o sujeito trava suas relações sociais. Essas relações não se esgotam mais no âmbito do contato pessoal. O funcionamento do mercado é que passa a ser o regulador da riqueza e da pobreza. (MARTINS, 1975, p. 47).

É no contexto dessa nova relação estabelecida na fronteira que vai ocorrer a sobreposição de uma frente por outra, ou seja, a frente pioneira irá sobrepor a frente de expansão, ocorrendo a expropriação desta por aquela. O deslocamento de uma área rural para outra dilata a fronteira, não garantindo a fixação do colono nessa nova área. Segundo Hébette (2004), essa nova dinâmica da fronteira levou a uma “migração crônica”, destacando o trabalho nas fazendas sob condições degradantes; o êxodo para médias ou grandes cidades, responsável pelo inchaço populacional urbano.

Essa relação de duas frentes na fronteira amazônica não se deu sem conflitos internos e resistências, uma vez que a sobreposição não incorre na eliminação de uma das frentes, antes destaca-se o processo de resistência como forma de relação entre essas duas frentes.

2.1 As frentes de expansão pastoril e pioneira na formação da fronteira no Sul e Sudeste do Pará

Ainda na lógica das construções das grandes estradas é que se dá a formação da fronteira no Sul e Sudeste do Pará. Como já pontuamos, essas estradas foram parte dos planos de ocupação dessa região, a partir de meados dos anos 1960. As cidades mais importantes da região, nessa época, eram Marabá e Conceição do Araguaia. A primeira fundada às margens do rio Tocantins, em decorrência do comércio da borracha. A segunda fundada em 1897, na bacia do Araguaia-Tocantins, por missionários católicos que tinham como missão catequizar os índios. Outro grupo que chega praticamente ao mesmo tempo que os frades dominicanos foi os sertanejos, em busca de pastos para criação de gado bovino.

Segundo Vaz (2013), a ocupação da fronteira do Sul do Pará, por camponeses vindos do Nordeste se deu por dois motivos interdependentes: a falta de terras férteis e livres onde pudessem criar seu gado e os conflitos entre os grandes fazendeiros do Goiás. A autora remonta ao período colonial, nos séculos XVI e XVII, quando, por necessidade de pastagens e concorrência desleal com o crescimento dos canaviais, os criadores de gado manejam seus rebanhos para o norte do Goiás. Essa frente de expansão pecuarista se caracterizou pelo sentido de seu movimento de ocupação “migratória sertão-interior, produto da onda migratória de perfil pastoril” (idem, p. 21), chegando às margens do rio Araguaia.

Na segunda metade do século XIX, rebanhos de gado já ocupavam as margens paraenses do povoado que viria a se tornar Conceição do Araguaia em 1910. Nesse contexto, estavam

presentes nessa região índios e missionários com quem esses pecuaristas iriam conviver, de certa forma, “pacificamente”. Devido à distância da região em relação aos núcleos populacionais mais desenvolvidos e a seu afastamento das rotas comerciais que facilitariam o comércio do gado, esse grupo se encontrava em um estado de isolamento, mantendo-se, ora por uma economia de subsistência, ora por relações de comércio. Segundo Vaz (2013), esta condição teria contribuído para o processo de desenvolvimento de rebanhos bovinos.

Essa situação mudaria com a explosão do comércio de borracha, entre 1870 a 1910, proporcionando o que seria o primeiro momento de lucros para os habitantes dessa região, influenciando o crescimento populacional e elevando a vila de Conceição do Araguaia ao status de município. A partir do comércio do látex, deu-se a abertura de várias rotas que ligavam Conceição do Araguaia a outras partes da região, justamente onde havia a árvore do *caucho* (*Castilloa ulei*), favorecendo, assim, a derruba dessa árvore para a colheita do látex. Realidade contrária ao que ocorreu com a seringueira (*Hevea brasiliensis*) em outras regiões da Amazônia brasileira, cujo látex era extraído sem que a árvore precisasse ser derrubada.

Depois da exploração de uma área, os *caucheiros* eram levados a procurar novas florestas dessas árvores, expandindo as rotas de contato de Conceição com outras partes da região. A utilização de burros de cargas e a troca de canoas a remos por canoas a motor dinamizaram a busca do caucho. Em 1908, já havia uma embarcação a motor que ligava a cidade de Conceição do Araguaia ao longínquo rio Fresco (um dos afluentes do rio Xingu, localizado no município de São Felix do Xingu). “As tropas de mulas que viajavam, [...] ao longo dessa trilha, fizeram de Conceição do Araguaia um importante posto comercial e ponto de entrega da borracha coletada ao longo dos rios Fresco e Xingu” (SCHIMINK e WOOD, 2012, p. 197). Essa trilha foi feita pelos índios Kayapó e se chegava pelos rios Pau d’Arco e Arraias, percurso que viria a ser feito, futuramente, pela pelas rodovias PA 150 e PA 279. Esse tempo de bonança proporcionado pelo comércio da borracha contribui para a permanência dos grupos sertanejos que já vinham criando gado nessa região (VAZ, 2013, p. 47).

No entanto, a repentina queda do preço da borracha, em 1910, teve um efeito arrasador, tanto em Conceição do Araguaia quanto em Marabá e em várias outras partes do estado. Esse período de depressão causou um êxodo em massa na região. Em Conceição do Araguaia, Vaz (2013, p. 201): “a população caiu de 11 mil para 4.715 entre 1920 e 1940”. Ao passo que Marabá se firmou com o comércio da castanha, ao mesmo tempo que alguns donos de castanhais resolveram diversificar suas práticas econômicas inserindo a agricultura e a pecuária em suas atividades, consolidando, assim, o papel dessa cidade como um importante pólo comercial na região.

Nas décadas que seguem à derrocada do comércio da borracha, a cidade de Conceição do Araguaia sinaliza um considerável aumento nas atividades de agricultura. Segundo Vaz (2013), ao que tudo indica, parte da mão de obra, sobretudo a população vinda do nordeste, antes direcionada para a extração do látex, agora migraria para as atividades agrícolas. Dentre os fatores que teriam fortalecido essa atividade, a autora lista aqueles considerados como os mais importantes:

- a) No auge da borracha, a economia de capital feita por alguns criadores lhe proporcionou a compra de gado abaixo do preço quando da crise da atividade pecuária;
- b) A dedicação de alguns pecuaristas ao comércio local;
- c) O pagamento de vaqueiros por meio de partilha de novos bezerros acarretava, com o tempo, a autonomia deste trabalhador;
- d) A partir das décadas de 1930 e 1940 uma segunda geração de criadores, filhos dos pioneiros na região de Conceição do Araguaia, já tinha no comércio pecuarista uma atividade consolidada (idem, p. 53 e 54).

Esses fatores, entre outros, contribuíram efetivamente para a consolidação da criação de gado na fronteira do Sul paraense, de modo que já na década de 1950 os rebanhos produzidos na cidade eram exportados para Araguacema e de lá seguiam de avião para Belém. Havia também um comércio interno que colocava em contato vários produtores da região, nas trilhas desenvolvida pelos extrativistas do caucho. A essa época a população de Conceição do Araguaia já havia crescido e alcançava o número de 11.283 habitantes. Os povoados que haviam nascido em função do extrativismo do caucho já não existiam mais, no entanto os povoados que, antes mesmo da extração do látex, haviam se organizado em função da criação do gado, como é o caso de Pau d'Arco, continuaram na atividade pastoril. O contato com a capital do Estado - Belém - também podia ser feito a barcos de motor que navegavam o Araguaia-Tocantins se estendendo até as cidades de Imperatriz – MA, Tocantinópolis, Porto Franco, Carolina e Pedro Afonso, GO, além do transporte de avião que colocava a cidade de Conceição em contato com os grandes centros urbanos do país, já comum nessa época (VAZ, 2013).

À medida que a atividade da pecuária crescia e se fortalecia nessa região, um grupo de fazendeiros começava a fazer uso do arame farpado, tanto para conter o movimento do gado quanto para demarcar território. Adquiriam, também, gado de raça, como o Zebu, e começavam a introduzir a pastagem artificial na região. Acresce-se a isso o incipiente interesse nas titulações de suas terras. Assim, a prática da criação livre de outrora, começa a entrar em atrito

com as formas modernas de criação, instaurando, com isso, um conflito interno característico da fronteira. Segundo Vaz (2013, p. 57):

O grupo mais jovem visualizava como positivo as mudanças nos sistemas de apropriação do solo, queriam repetir um padrão que já existia em regiões vizinhas, por outro lado o grande grupo de vanguarda sentia-se ameaçado, justamente porque tal mudança colocaria em risco a continuidade da pecuária naquele padrão de ocupação dos pastos naturais.

Dessa forma, criou-se uma situação de tensão entre os pecuaristas que queriam inovar na criação de seus rebanhos e outros que resistiam a tal inovação. Todo esse movimento pode ser caracterizado como um interesse interno por parte de alguns pecuaristas, o que se explica a partir do contato destes com outros criadores de fora da região, do Goiás, por exemplo. No entanto, nas décadas seguintes vão se somar a esses, outros fatores externos e alheios à vontade dos moradores da região do Sul do Pará que iriam mudar, drasticamente, a realidade da população local. Acresce-se a esses fatores a presença de empresas corretoras e empresários que se manifestaram interessados na compra de terras na região de Conceição do Araguaia, no final da década de 1950. Esta pode ser considerada, segundo Vaz (2013), como a presença de uma outra frente na fronteira do sul do Pará: a frente pioneira. Ainda na trilha das mudanças advindas dessa frente está a alteração das relações trabalhistas. Por exemplo, na fase da frente pastoril, costumava-se pagar a mão de obra com bezerros – uma forma de dar continuidade ao crescimento de pequenos criadores de gado na região, não diretamente atrelados aos grandes fazendeiros. Com a frente pioneira, os fazendeiros assalariavam a mão de obra, transformando-a em trabalhadores funcionários de suas fazendas e, conseqüentemente, tornava-os diretamente dependentes das grandes propriedades.

A partir de 1946, no contexto das discussões sobre uma nova constituição, a região norte vai ser contemplada com o artigo 199 que assegura a elaboração de um Plano de Valorização Econômica da Amazônia, onde constava a aplicação de recursos na região durante vinte anos. Entres as disposições havia a que incentivava a plantação de pastagens e outra voltada para o melhoramento dos rebanhos. Em 1953, foi promulgada uma lei que aprovava um plano de desenvolvimento sob a gerência da Superintendência da Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), com sede em Belém e ligada diretamente à Presidência da República. A finalidade da lei era fomentar atividades voltadas ao extrativismo, à criação de gado da indústria e da mineração (HALL, 1991, p. 25):

Após dez anos de operação na Amazônia, os sucessos da SPVEA foram, para dizer o mínimo, modestos. À parte modernizar instalações portuárias e criar algumas grandes

indústrias, sua maior realização foi a construção da estrada de rodagem de 2.000 km, ligando a cidade de Belém a Brasília.

Assim, todos esses acontecimentos atingiram diretamente a população criadora de gado de Conceição do Araguaia e outras cidades do sul do Pará, mesmo estando à margem da economia paraense. Conforme discute Hall (1991), a construção da rodovia Belém-Brasília foi um marco importantíssimo na Amazônia oriental. Tendo se iniciado em 1956 e chegando ao sul do Pará em 1960, essa rodovia iria mudar consideravelmente a história de toda a região norte, embora nos detenhamos apenas aos seus efeitos na região Sul do estado do Pará.

Se nesta etapa o processo de migração para a região Sul do Pará tenha sido permeado por intensos conflitos entre a frente de expansão e a frente pioneira, a próxima etapa de migração que se dará a partir das construções de grandes estradas projetadas pelo governo federal, com a intenção de integrar a região norte ao restante do país, fará da Amazônia palco de novos conflitos e resistências, tornando o Sul do Pará uma das regiões mais violentas do Brasil entre as décadas de 1960 e 1970.

2.2 Atores e gestos de resistência face às dinâmicas instauradas nas regiões Sul e Sudeste do Pará

Os conflitos e resistências, como já dissemos antes, são elementos característicos da convivência em um mesmo espaço, de interesses e disputas, na região, representados, de um lado, pela frente de expansão e, de outro, pela frente pioneira. Ainda na lógica das construções de estradas, como forma de acesso à região norte do Brasil, é que se deu a construção da PA 150, em 1964, que tinha como objetivo ligar a rodovia Belém-Brasília à cidade de Marabá. Logo em seguida, no ano de 1976, deu-se a construção da PA 279 que ligaria a PA 150 ao município de São Félix do Xingu, situado no sul do Pará. Na “encruzilhada” entre estas rodovias, durante a construção da PA 279, começou um ajuntamento de pessoas que vieram a dar início ao Entroncamento do Xingu, localidade que, posteriormente, receberia o nome de Xinguara, nome criado a partir dos nomes dos principais rios da região: Xingu e Araguaia (SCHIMINK E WOOD, 2012). Assim como Xinguara, vários outros povoados na região, surgiram ao longo dessas duas estradas: Redenção, Rio Maria e Eldorado do Carajás, na PA 150; Tucumã e Ourilândia, na PA 279.

Como já nos referimos, o processo de ocupação dessas cidades se deu com a propaganda do governo federal, a partir da segunda metade da década de 1960. Se tomarmos o caso da cidade de Xinguara, fundada em 1976, veremos que essa cidade surge entre as cidades de

Conceição do Araguaia e Marabá, não apenas em função de povoamento à beira dessas estradas, mas, estrategicamente, a partir de intensa propaganda do governo estadual que prometia terra gratuita como parte de uma malfadada campanha eleitoral de um candidato da região. Isso levou a um intenso movimento de migração para essa cidade, que, por sua vez, desembocou em acirrados confrontos entre colonos e fazendeiros.

No final, tanto os órgãos federais quanto os estaduais, bem como a *Igreja católica e o sindicato rural*, acabaram se envolvendo num conflito que se tornou mais e mais complexo a cada tentativa fracassada de controlar a situação. A longa batalha que se travou pela terra deu a Xinguara a triste fama de ser um dos locais mais violentos de toda a Amazônia. (SCHMINK; WOOD, 2012, p. 226. Grifo nosso).

À época, a Igreja Católica, representada pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) eram instituições que davam amparo à resistência dos colonos, embora fosse exercida independente de uma organização política específica. Conforme Hébette (2004, p. 199), trata-se de resistências por parte de um “[...] movimento do qual lutas, conflitos, gritos, enfrentamentos, são a manifestação, e do qual os sindicatos e “os” outros movimentos organizados são apenas expressões políticas”.

Hebétte (2004), ao pontuar os objetivos da luta pela terra na Amazônia, elege alguns elementos que apontam para “a base popular” desses conflitos, dos quais, destacaremos apenas dois. Em primeiro lugar, a condição de migrante desses trabalhadores indica seu estado de *i) desenraizamento*, e aqui o autor contesta o caráter *espontâneo* que alguns estudos atribuem à *frente de expansão*, em oposição à *frente pioneira* que seria, na interpretação de alguns estudiosos, orientada por programas do Estado. Segundo Hebétte, estava latente nesses trabalhadores a vontade de retornar às suas terras de origem, às suas raízes. Embora alguns voltem, outros, no entanto, não conseguem mais retornar, seguindo na vida sob o estigma de migrantes. O segundo elemento motivador de conflitos seria *ii) a necessidade material*: “A pobreza é que impera; ela é quem manda” (HEBÉTTE, 2004, p. 201).

Assim, no caso particular do Sul do Pará, e, em geral da Amazônia, esses trabalhadores deixaram suas terras por necessidade econômica motivada pela seca, no caso do nordeste, e pela falta de terra para trabalhar, nos seus Estados de origem. Desta forma, a resistência que, num primeiro momento, se deu por iniciativa individual ou por grupos de colonos minimamente organizados, em torno da necessidade da terra, adquire, logo em seguida, caráter mais orgânico, justamente no momento em que uma ala progressista da Igreja Católica passa a auxiliar os colonos em seus movimentos de luta, até a chegada dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs) que se dispõem a organizar os trabalhadores na região.

Um caso exemplar de resistência dos trabalhadores se deu em 1979 numa fazenda de nome Tupã-Ciretã, localizada a 12 Km de Xinguara. Um banqueiro de São Paulo por nome de Flávio Pinto Almeida reivindicou direitos de propriedade sobre uma área de trinta mil hectares e exigiu a saída de quatrocentas famílias já assentadas nessa localidade. Diante da resistência dessas famílias, a polícia, acompanhada de seguranças particulares da fazenda, fortemente armados, torturaram e expulsaram alguns posseiros da área, reduzindo todas as suas casas a cinzas. Em resposta ao acontecimento, a Igreja católica, a CPT, o sindicato rural e grupos ligados aos direitos humanos fizeram um protesto em Xinguara, no dia 22 de outubro de 1979. O evento teria colocado seis mil pessoas em marcha pelas ruas da cidade clamando com o enunciado: “queremos terra”. De acordo com a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), o protesto, em Xinguara, foi a maior demonstração pública efetuada por trabalhadores rurais que o Brasil havia visto, desde a tomada dos militares em 1964” (SCHMINK; WOOD, 2012, p. 235).

A partir da década de 1980, houve uma crescente presença de instituições engajadas na luta pela terra, na Amazônia, atuando na organização dos trabalhadores sem -terra, em seu propósito de ocupação. Nas palavras de Hebéttte (2004), essas instituições se caracterizam pela importância que dispensam às áreas da política, profissional e à área técnica. Assim define o autor:

Por mais políticas, entendo as estratégias que visam transformações institucionais em nível de Estado e, portanto, na dimensão do país; por mais profissionais, entendo as estratégias das categorias profissionais organizadas, combativas e contestatórias, à dimensão, portanto, da categoria; por estratégias técnicas, entendo as que privilegiam os aspectos técnicos, econômicos, organizativos independentemente de objetivos institucionais nacionais ou de identificação com uma categoria social (HEBÉTTE, 2004, p. 206).

Segundo o autor, no campo das estratégias políticas, o representante mais significativo é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que chega ao Sul estado do Pará no final de 1980, no município de Conceição do Araguaia. Esse movimento ao se posicionar politicamente em favor da reforma agrária o faz enfrentando diretamente o Estado brasileiro. Suas ocupações não são localizadas como as do STRs, “ela é global e, portanto, não tem sentido se não for estendida a todo o país. As ocupações de terra e os assentamentos não têm sentido em si mesmos mas sim [...] como amostra de uma nova organização social [...] um novo projeto de sociedade” (HEBÉTTE, 2004, p. 207).

A partir de então a luta pela terra no Pará, mais especificamente, no Sul e Sudeste do estado, toma outras configurações estratégicas e políticas, sobretudo quando a direção do MST decide se deslocar de Belém para a cidade de Marabá, devido à centralidade dessa cidade na

conjuntura dessa região. Segundo Assis (2007), os motivos pelos quais o movimento teria ido para essa cidade seria por sua condição de polo regional do estado e, conseqüentemente, de sua estrutura logística, com dois jornais de circulação regional: Correio do Tocantins e Opinião, canais de televisão repetidoras da Rede Globo e SBT e correspondentes de alguns jornais importantes em circulação no estado. Estariam também na atenção dada por essas mídias às ações do MST. A partir de então, as ações desse movimento terá de fato uma maior atenção em nível estadual.

A década de 1980 foi marcada por conflitos, violências e resistências no Sul e Sudeste do Pará, bem como em assassinato de líderes sindicais. No entanto, a luta pela posse da terra tem o ano de 1996 como um marco importante no Sudeste paraense e na história recente do Brasil, pois no dia 17 de abril desse ano ocorre a chacina que ficou conhecida como o Massacre de Eldorado do Carajás, na rodovia PA 150, mais especificamente numa localidade dessa rodovia conhecida como curva do “S”, no município de Eldorado do Carajás, Pará. O Massacre resultou na morte de 19 trabalhadores rurais assassinados pela Polícia Militar, quando aqueles seguiam em marcha rumo à capital do estado, Belém, num protesto que exigia a desapropriação da fazenda Macaxeira (SENA, 2014). Esse acontecimento histórico foi noticiado em todo o país como um dos atos mais brutais da sua história. Os principais jornais dispensaram suas primeiras páginas ao Massacre, como foi o caso do jornal Folha de S. Paulo.

Em síntese, nesse capítulo apresentamos, a partir do conceito de fronteira e dos movimentos de migração caracterizados na frente de expansão e frente pioneira, a formação da região Sul/ Sudeste do estado do Pará. Apresentamos também as dinâmicas territoriais dessa região, acompanhadas de conflitos e resistências, na disputa pelos recursos naturais. Por último, trouxemos, brevemente, formas de resistência aos processos violentos de subjugação dos trabalhadores que para a região migraram estimulados pela propaganda governamental e pela busca de sobrevivência. Destacamos como formas de resistências a organização dos trabalhadores auxiliada pela ala progressista da Igreja Católica, a presença dos sindicatos dos Trabalhadores Rurais e, a partir de 1989, a presença do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, na região, como importante ator, na organização dos trabalhadores na luta pela Terra e por Reforma Agrária, no país.

No capítulo seguinte, nossa atenção se dirige, especificamente para as ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e a luta organizada dos trabalhadores rurais, na região, justamente porque nosso objeto de análise toma como foco os discursos da mídia sobre o MST, nas regiões Sul e Sudeste do Pará.

3. A PRESENÇA DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA NO SUL E SUDESTE DO PARÁ

O marco espaço-temporal de criação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) se deu no dia 24 de janeiro de 1984, na cidade de Cascavel, no Estado do Paraná. Antes, é preciso ressaltar que toda uma luta pela terra e pela reforma agrária já havia sido travada no Brasil, principalmente com as Ligas Camponesas, movimento criado no Nordeste em 1954 e posto na ilegalidade pela ditadura militar, em 1964. Aliás, segundo Stédile e Fernandes (2005, p.18), os integrantes do MST se consideram “herdeiros e seguidores das Ligas Camponesas”.

3.1. Bases constitutivas da formação do MST e elementos caracterizadores

O MST se inicia em um período de fortes expectativas do povo brasileiro em relação à abertura política do Brasil. Estas expectativas eram alimentadas pela queda do regime militar, pelo movimento Diretas Já para eleição presidencial, no fim do bipartidarismo, na reivindicação de direitos trabalhistas, entre outras frentes reivindicatórias. É, pois, nessa conjuntura histórica de cerceamento de direitos, própria dos regimes autoritários, que o MST se articula como movimento político de vanguarda na luta pela Reforma Agrária (RODRIGUES, 2007). Ainda segundo o autor, “[...] no final dos anos 80 e início dos 90, o movimento operário entra em refluxo, deixando, assim, de centralizar boa parte do debate de reivindicação popular” (RODRIGUES, 2007, p. 16). É nesse contexto que o MST vai chamar a agregar em suas lutas os anseios de vários outros movimentos sociais que reivindicam direitos frente ao capitalismo neoliberal no auge de sua ascensão, no começo dos anos 1990. Como afirma Rodrigues (2007, p. 17):

O operariado, que sempre foi a vanguarda política dos movimentos populares, deixa de sê-lo, enquanto os agricultores, que sempre foram considerados como uma classe atrasada, deixam de sê-lo também: os agricultores se constituem em vanguarda política, um espaço vazio deixado pelo operariado.

Esse dado de que trata Rodrigues constitui um outro ponto que faz do MST uma “vanguarda política”, ou seja, o fato de este movimento social ser formado por agricultores, uma vez que para a tradição socialista, conforme o *Manifesto do Partido Comunista*, de Marx e Engels (1990)¹, a revolução partiria do proletariado. É nesse vácuo, ou seja, no refluxo do

¹ O Manifesto Comunista foi escrito entre dezembro de 1847 e janeiro de 1848, tendo sido impresso e publicado, pela primeira vez, em Londres, em março de 1848 (MARX e ENGELS, 1990).

movimento operário, que se forma o MST, elevando a classe de agricultores ao anseio de classe revolucionária.

Outro elemento que se encontra na gênese do MST e que o coloca em relação com outros movimentos diz respeito à mística, oriundas de práticas religiosas cristãs. Assim, desde sua criação, este movimento social tem um caráter ecumênico, elemento importante na sua formação. Segundo Stédile e Fernandes (2009, p. 129), “Incorporamos a mística como uma prática social que faz com que as pessoas se sintam bem em participar da luta”. De acordo com os autores, a mística funciona como um elemento inovador que dá unidade ao movimento. Ressaltam que essa dimensão mística não era levada em conta por outros movimentos de luta pela terra.

Para o propósito da nossa pesquisa, vamos nos ater à década de 1964 em diante, considerando a resistência que vinha sendo feita, nesse período, por sindicatos de trabalhadores rurais ao regime ditatorial e à política estabelecida, sobretudo a política de ocupação da Amazônia.

Como já discutimos no primeiro capítulo, esse processo expulsou do campo um grande contingente de pequenos agricultores, meeiros, arrendatários e trabalhadores rurais que migraram para regiões de colonização. Os trabalhadores vieram para a região amazônica, sob a propaganda governamental que pretendia “povoar” a região sob os discursos do “vazio demográfico” e do “integrar para não entregar”. Na verdade, o plano do governo era disponibilizar mão de obra para a extração do ouro e da madeira (STEDILE; FERNANDES, 2005). Assim, o

[...] processo de des-ruralização e sub-urbanização se acentuou ensejando diferentes tensões com a expansão viária e com a construção de barragens que introduziram no léxico político outros protagonistas que se reinventam social, cultural e politicamente nesse novo contexto político nacional [...] A partir de então, e definitivamente, a experiência da diferença estará presente no movimento social do campo brasileiro se constituindo num dos seus maiores desafios epistêmico-políticos. Talvez uma das mais ricas contribuições do MST seja exatamente essa da *experiência da diferença* que, todavia, é bom que se registre, até mesmo pela novidade e pela envergadura do desafio de que se reveste, não está livre de contradições. (PORTO-GONÇALVES, 2005, p. 25-26)

Nesse momento histórico de mecanização e industrialização que gerou uma “des-ruralização” e “sub-urbanização” no Brasil, o MST expressa a síntese do anseio da população camponesa desenraizada do campo pelos processos capitalistas. Essa síntese se faz sob a herança de bandeiras socialistas e comunistas já presentes na luta por uma Reforma Agrária desde as Ligas Camponesas. A luta assumida pelo MST, em âmbito nacional, se amplia para além da luta pela terra, pois no bojo de um projeto que empunha bandeiras em defesa da reforma

agrária e em protesto contra o latifúndio brasileiro, encontram-se também outras lutas, como a luta por educação, cultura, saúde etc. Assim, o MST se caracteriza politicamente como um movimento que contesta um modelo modelo agrário que aprofunda o latifúndio, gera pobreza, marginalização e violência no campo e na cidade. Daí, porque a diversidade de lutas feitas pelo movimento aponta para o caráter de emancipação humana em relação ao modelo hegemônico do capitalismo. Assim,

Esta luta ganhou uma dimensão histórica, social e política impulsionada pelos ideais da esquerda mundial e pelas necessidades de vida mais digna para as famílias do campo, resgatando a questão agrária, colocando-a no cenário político do país e propondo a reforma agrária como alternativa para muitos dos problemas sociais. (PEREIRA, 2013, p. 128)

Nesse sentido, a luta travada pelo MST rompe com toda uma tradição de luta por terra até então praticada no Brasil. As dimensões histórica, social e política, enquanto dimensões da luta do MST, dizem respeito à amplitude da proposta desse movimento, que desloca a luta pela posse imediata da terra e o embate direto com os donos de grandes latifúndios para o enfrentamento com o Estado, na luta por direitos. Nesse contexto, a estratégia de luta pela Reforma Agrária passa a se dar pela ocupação, efetivada a partir de acampamentos nas grandes propriedades (RODRIGUES, 2007).

No que concerne à ocupação de terras como forma de luta do MST, Stédile e Fernandes (1999) afirmam ser uma estratégia cuja eficiência está no modo de organização de uma massa pobre que reivindica seus direitos contra uma estrutura social que se organiza historicamente em torno da posse dos latifúndios. Para o MST, é a ocupação que gera a desapropriação, não o inverso, ou seja, é através da formação de acampamentos que o MST questiona a propriedade improdutiva dos donos do latifúndio, bem como a prática ilegal de apropriação de terras improdutivas e/ou devolutas.

Outro aspecto importante diz respeito à repercussão das ocupações que, segundo os autores, se caracterizam por ser “[...] uma forma de luta contundente, não deixa ninguém ficar em cima do muro, obriga todos os setores da sociedade a dizerem se são a favor ou contra. Não há, enfim, oportunidade para escamotear o problema social” (STÉDILE e FERNANDES, 1999, p. 113).

3.2 O MST e o problema agrário brasileiro

Ao estudarmos a gênese do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Brasil e sua trajetória até chegar ao Sul e Sudeste do Pará, não poderíamos ignorar toda a questão agrária do país, que, inclusive, é o motivo pelo qual o MST surge na década de 1980. Embora tenha uma proposta de reforma agrária, não é, e nem poderia ser, a intenção do MST promover por si mesmo, através dos assentamentos, uma reforma agrária no país, uma vez que esta é uma atribuição do Estado. Segundo Martins (2000, p. 21), “[...] quem questiona e propõe não é quem resolve”, no caso o MST. No entanto, embora não seja missão nem incumbência do movimento social fazer a reforma agrária, para Martins (2000) foi a partir dele que a questão agrária ganhou um outro nível dentre os vários problemas sociais pautados “na agenda política do Estado brasileiro”. De modo que a questão da concentração fundiária deixa de ser um “problema residual, episódico e menor, como fora desde a aprovação do Estatuto da Terra, em 1965” (MARTINS, 2000, p. 22). Pode-se acrescentar que as formas de ocupação da terra e protestos em todo o país colocaram a questão na pauta das principais mídias jornalísticas da nação.

Ainda segundo Martins (2000), uma reforma agrária vem sendo feita desde o Estatuto da Terra. Por isso, a grande questão para o Estado e os movimentos sociais ligados ao problema agrário, diz respeito ao tipo de reforma que precisa ser feita. No embate pela decisão da melhor reforma agrária a ser feita, Martins (2000) destaca também o embate de ideias.

No mais das vezes, fica-se com a impressão de que o que menos conta é o destino dos pobres da terra e o que mais conta é o poder dos combatentes na definição do que as palavras dessa luta significam. Isso nos indica que a luta pela terra tornou-se também e sobretudo **um embate de ideias e de projetos históricos** [Grifo meu] [...] A luta ideológica engoliu a luta pela reforma agrária. (MARTINS, 2000, p.40).

Assim, para o autor, a discussão se perde em definições e propostas variadas do que seja a reforma agrária ideal para o Brasil. Segundo Stédile e Fernandes (1999), os diversos conceitos de reforma agrária suscitam em vários segmentos da sociedade – imprensa, academia, cidadão comum e movimentos sociais – diversificadas opiniões sobre o que seria na prática essa reforma. Os autores destacam três tipos de reforma agrária que ocupam a cena do debate, quais sejam: “uma reforma agrária do tipo clássica, capitalista; política de assentamentos confundida com reforma agrária e um terceiro tipo de reforma agrária seria aquela proposta por movimentos sociais, dentre eles a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) o próprio MST (STÉDILE e FERNANDES, 1999, p. 157).

Stédile e Fernandes (1999) asseguram que o primeiro modelo de reforma agrária acima mencionado é de vertente capitalista. Neste modelo, a reforma agrária foi “feita pelas burguesias industriais [...] depois da Segunda Guerra Mundial [...]. Seu principal objetivo: democratizar a propriedade da terra, distribuindo a terra para os camponeses e os transformando em pequenos produtores autônomos” (STÉDILE e FERNANDES, 1999, p. 157). Nesse tipo de reforma, estabelece-se uma dinâmica que assegura, de um lado, a criação de um mercado interno produtor de itens agrícolas e, de outro, a criação de grupos de pequenos produtores consumidores de produtos industriais. Segundo os autores, esse tipo de reforma foi fundamental para o desenvolvimento de países industrializados.

No segundo tipo de reforma agrária, as políticas de assentamento não correspondem a uma reforma agrária, efetivamente, porque mesmo assentando milhares de famílias, não se atinge o essencial de uma reforma que seria a “democratização da estrutura fundiária”. Os autores consideram esse tipo de reforma agrária como

[...] uma política de assentamentos sociais, em que o governo federal e às vezes até governos estaduais, premidos pelos movimentos sociais, e para evitar que os conflitos de terras se tornem conflitos políticos, resolvem conseguir algumas áreas, seja de terras públicas, seja negociadas, seja desapropriadas, e assentar a famílias. (STÉDILE e FERNANDES, 1999, p. 159).

Nesse modelo, as políticas de assentamentos são, antes, um subterfúgio usado pelos representantes dos poderes públicos para amenizar conflitos e adiar uma reforma agrária que, para ser assim considerada, atinja a democratização de toda a estrutura fundiária.

O terceiro e último modelo de reforma agrária, considerado por Stédile e Fernandes, é proposto pelos movimentos sociais do campo. Essa proposta consiste em: “[...] realizar um amplo programa de desapropriações de terra, de forma rápida, regionalizada, e distribuí-la a todas famílias sem-terra que, são 4,5 milhões em todo o Brasil” (STÉDILE e FERNANDES, 1999, p. 160). Assim, a proposta de reforma agrária defendida pelo MST está centrada na democratização do acesso à terra e, não somente no acesso, mas que o governo subsidie a produção dos assentados, ou seja, que o estado democratize também o acesso aos recursos necessários para que os trabalhadores tenham condições de produzir na terra. Além disso, segundo esses autores, uma reforma agrária também não pode ser feita com uma massa de camponeses ignorantes, daí a necessidade de uma educação do campo como uma questão de direito, assim como direito à saúde, à cultura etc.

Em síntese, a estratégia de ocupação de grandes latifúndio, adotada pelo MST, não faz deste movimento um agente de reforma agrária num país de alta concentração fundiária como o Brasil. É tão somente um movimento que interpela o Estado quanto à necessidade urgente de

uma reforma agrária capaz de eliminar o problema da pobreza e da exclusão de milhões de brasileiros.

3.3 Latifúndio, violência e a presença do MST no Sul e Sudeste do Pará

A chegada do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Pará ocorreu na região Sul do estado, na cidade de Conceição do Araguaia, no final da década de 1980, embora sua primeira ocupação tenha ocorrido em 1990 (SENA, 2014). “Na ocasião, noventa e cinco famílias ocuparam uma área na Fazenda Ingá, no município de Conceição do Araguaia. No mesmo ano, cerca de quarenta e cinco famílias ocuparam a fazenda Canarana, no mesmo município” (SENA, 2014, p. 51).

Segundo Assis (2007), o fato de a região Sul do Estado ter sido historicamente marcada pela presença de latifúndios e, conseqüentemente, por tantas violências no campo, pode ter levado os dirigentes do movimento a instalarem um diretório em Conceição do Araguaia, em finais de 1980. No que concerne à história e violência na região, segundo informações registradas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), desde a segunda metade da década de 1970, milhares de famílias de trabalhadores rurais vêm sofrendo algum tipo de violência por parte de empresas e proprietários rurais, muitas vezes com permissão ou participação de diversos órgãos públicos, caracterizadas em inúmeras ações de despejos, prisões, torturas, ameaças de morte e assassinatos.

Outros fatores que, segundo Assis (2007), teriam contribuído para a chegada do MST à região, seria a proximidade da diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Conceição do Araguaia (STR) à diretoria da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do MST do Goiás. Segundo o autor, embora as ações do MST, no município de Conceição do Araguaia, não tenham alcançado o êxito esperado, a partir delas surgiram líderes que dariam continuidade à frente do movimento na ocupação de outras propriedades.

Sendo um ou outro fator mencionado por Assis (2007) o responsável pela chegada do MST à região, é entre estudiosos que a sua atuação passa a redimensionar a luta pela terra e a confrontar o Estado no que concerne à democratização da terra e de outros direitos necessários para que os trabalhadores produzam sua existência material e simbólica no campo.

De um modo geral, a violência no campo está relacionada diretamente com uma política “viesada para o latifúndio”, em detrimento do pequeno agricultor (HALL, 1991). Acresce-se ainda como fator desencadeador de violência agrária, a ausência de uma política de Reforma Agrária efetiva no país, com controle e repressão aos danos ambientais. A violência se

aprofunda com a permanência da impunidade dos crimes praticados contra agentes de pastorais, advogados, trabalhadores rurais e suas lideranças, justamente porque a lei normalmente não alcança os mandantes e executores desses crimes.

Em estudos realizados Assis (2007) aponta que no Sul e Sudeste do Pará existem cerca de 130 fazendas ocupadas por, aproximadamente, 25 mil famílias de trabalhadores rurais Sem-Terras, abrangendo uma área superior a um milhão de hectares. Estas famílias esperam, desde meados dos anos de 1990, ser assentadas em lotes da reforma agrária. Nos últimos anos, milhares de migrantes continuam chegando à região em busca de trabalho e de melhores condições de vida, atraídos pelas propagandas governamentais e do setor de mineração. Na medida em que não conseguem ser absorvidos pelo mercado de trabalho, estes são “empurrados” para novas ocupações urbanas ou rurais, submetidos a situações de grande exclusão e violência. Assim, na medida em que os conflitos pela posse da terra persistem, a tendência é a continuidade da violência contra os trabalhadores rurais (ASSIS, 2007).

Quando da chegada do MST à região Sul do Estado, segundo Assis (2007), o STR de Conceição do Araguaia já havia ocupado uma área da fazenda Ingá localizada neste município. Unindo-se à luta dos posseiros, o MST ocupou outra parte da fazenda. Com a desapropriação da fazenda garantida, houve um desentendimento entre MST e STR, relacionado à forma de divisão e distribuição dos lotes. Nas palavras de Assis (2007, p. 122):

Uma parte da fazenda Ingá estava ocupada havia anos por posseiros ligados ao STR de Conceição. O MST ocupou a outra parte, unindo-se assim à luta dos posseiros [...]. Com a desapropriação garantida e o processo de criação dos assentamentos em pleno andamento, posseiros liderados pelo STR de Conceição do Araguaia e militantes do MST se desentenderam em relação aos procedimentos para a divisão e distribuição dos lotes entre as famílias.

Segundo Assis (2007), enquanto o STR exigia a delimitação imediata dos lotes, instalação das famílias e início da produção, o processo tramitava no INCRA. Já o MST defendia que as famílias se mantivessem acampadas e formassem grupos de discussão sobre as formas de uso do assentamento e que, somente após a demarcação dos lotes pelo INCRA, ocorreria a distribuição de lotes. Nesse sentido, o MST tinha uma agenda política que determinava os passos a serem dados logo após a ocupação, a saber: a apropriação coletiva ou individual da terra; enfrentamento com o Estado por créditos agrícola; definição do que produzir etc. (ASSIS, 2007). Por outro lado, os posseiros apoiados pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais tinham na posse da terra seu fim imediato. Ou seja, a terra serviria a uma necessidade imediata de produção e subsistência, sem constar da pauta do STR outras etapas

de luta com o Estado². No entanto, neste impasse, prevaleceu a decisão do STR e as famílias foram imediatamente instaladas nos lotes.

As divergências entre lideranças do MST e lideranças do STR, o isolamento das ações e a pouca repercussão das ações de ocupação do prédio do Incra, na cidade de Conceição do Araguaia, fizeram com que os dirigentes do MST pensassem em outra estratégia para dar visibilidade a suas ações na região. Nesse momento, decide transferir sua secretaria executiva para a cidade de Marabá. Esta cidade já contava com alguns veículos de comunicação de alcance regional e também já se constituía polo regional paraense (BRITO FILHO apud ASSIS, 2007).

Mesmo com a mudança da diretoria do MST para a Cidade de Marabá, a discórdia em torno da estratégia de luta pela terra com os STRs não se encerrou por aí. Segundo Pereira (2013, p. 207):

Essas diferenças chegaram a gerar tensões entre trabalhadores desses dois atores institucionais como foi, por exemplo, durante a ocupação da Fazenda Carajás, em Parauapebas, quando houve um enfrentamento entre um grupo apoiado pelo movimento sindical e um grupo apoiado pelo MST. Nesse conflito, morreram o posseiro conhecido por Ceará e o posseiro conhecido por Fonseca, ambos do movimento sindical.

Assim, é possível observar a dimensão das tensões estabelecidas entre o STRs e o MST, no que diz respeito às estratégias políticas de luta no acesso à terra e também nos procedimentos a serem adotados após o acesso a ela, como já pontuamos acima³. Ainda segundo Pereira (2013), as tensões entre essas duas organizações só se amenizaram após o Massacre de Eldorado do Carajás, em 1996. Na percepção do autor, após este fato, surge um gesto de solidariedade com o MST por partes de todos os atores que lidavam com a questão da terra no Sul e Sudeste do Pará, o que pode ser constatado com o acampamento realizado, conjuntamente, pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marabá e pelo MST em frente ao INCRA, no ano de 1997.

A presença do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Sul e Sudeste do Pará alterou toda uma dinâmica já em curso desde os projetos de colonização da região amazônica elaborados a partir de 1964, com o Golpe Militar. Com o êxodo de trabalhadores oriundos das diversas regiões do país, impulsionado pela propaganda de colonização, a região amazônica se tornou um palco de tensões motivadas pela posse das terra na região. nesse

² De acordo com Assis (2007), o apoio prestado pelos STRs aos posseiros geralmente se dava após a eclosão de conflitos, posteriormente às invasões.

³ Para Assis (2007), a divergência entre as duas organizações se deve muito mais a disputa de hegemonia política do que, propriamente, a questão de métodos e estratégias de ocupação da terra.

contexto, a luta entre camponeses e grandes latifundiários sempre se deu de forma individual ou por grupos que se formavam por iniciativa própria, com apoio da CPT e dos STRs tão logo os conflitos se estabelecessem após as ocupações em estabelecimentos improdutivos.

Conforme Pereira (2013, p. 216), “[..] podemos, de certa forma, afirmar que a luta dos trabalhadores pela terra significou, pelo menos em parte, a redefinição da posse e do uso da terra, configurando outro mapa fundiário do sul e sudeste do Pará”. O MST vai imprimir uma nova “política-metodológica” na luta pela terra no Sul e Sudeste do Pará. Apesar da resistência oferecida por parte dos STRs e dos posseiros, prevaleceram os métodos do MST, muito embora ainda haja ações de posseiros que lançam mão do enfrentamento direto com os proprietários de terras, método que vem entrando em decadência. Hoje, os próprios movimentos sindicais aderiram à política de acampamento.

No entanto, como já mencionamos acima, o marco da luta pela terra, não só no Sul e sudeste do Pará, mas em todo o país, foi o Massacre de Eldorado, em 1996. A partir da repercussão nacional e internacional do Massacre de Eldorado de Carajás, i) milhares de famílias foram assentadas em várias regiões do país; ii) houve a criação do Ministério Extraordinário de Política Fundiária e de superintendências do INCRA; iii) várias propriedades improdutivas, já desapropriadas desde 1980, foram transformadas em PAs, segundo Pereira (2013). A pressão exercida por órgãos nacionais e internacionais, em decorrência do Massacre, repercutiu positivamente na luta pela terra em todo país, tendo no MST, provavelmente, a maneira mais eficiente de organização e estratégia de pressão contra o Estado brasileiro em favor da Reforma Agrária.

3.4 O Massacre de Eldorado do Carajás

Por considerarmos o Massacre de 19 trabalhadores sem-terra ocorrido no município de Eldorado do Carajás-PA, um acontecimento histórico e discursivo do qual se ocupam nossos estudos, entendemos ser relevante oferecer ao leitor a conjuntura histórica em que este fato ocorreu.

No dia 17 de abril de 1996, 4.221 pessoas integrantes do MST, acampados na fazenda Macaxeira, município de Curionópolis-PA, marchavam rumo a Belém, capital do Estado, para requerer do governador do estado do Pará a desapropriação desse complexo de fazendas (NEPOMUCENO, 2007).

Ao chegar no município de Eldorado do Carajás, os manifestantes do MST decidiram fechar um trecho da rodovia PA 150, conhecido como Curva do S. A interrupção da rodovia se deu porque as exigências feitas pelas lideranças do MST ao governo do estado e ao Inbra, que consistiam no fornecimento de alimentação e medicamentos para as famílias acampadas não foram atendidas. Além desta exigência, havia também a solicitação de transporte para conduzir os manifestantes até Marabá-PA e, posteriormente, até Belém.

Como resposta do governo do estado às reivindicações dos trabalhadores, foi enviado ao local do massacre um número expressivo de policiais que deveriam colocar fim à obstrução da estrada (NEPOMUCENO, 2007). Segundo o autor, dois ônibus da empresa de transporte Transbrasiliana transportavam os policiais de Parauapebas e Marabá para Eldorado do Carajás. Ressalta, ainda, o autor, que os ônibus que transportaram os policiais ao local do Massacre foram alugados pela empresa Vale do Rio Doce, hoje Vale⁴, indiciando, com isso, a relação insidiosa entre os poderes público e privado. Nesse cenário, os acampados tiveram seu percurso interrompido com o assassinato de 19 trabalhadores, que ficaria conhecido como o nome de Massacre de Eldorado do Carajás.

Embora a mídia nacional já viesse noticiando ações do MST desde sua criação, a partir do Massacre do Eldorado, as ações desse movimento passam a receber maior atenção por parte dos meios de comunicação, até mesmo da mídia internacional. A partir de então, o movimento passa a ter página cativa nos noticiários locais e nacionais, ao mesmo tempo que se elevam o número de acampamentos ao longo das rodovias que cortam as regiões Sul e Sudeste do estado, indicativo da prevalência *modus operandi* do MST na luta pela terra. A presença deste movimento social, na região, mudou toda uma dinâmica de luta pela terra no Sul e Sudeste do Pará, no que concerne ao modo de organização dos trabalhadores e de seu enfrentamento com os grandes proprietários de terras. De enfrentamentos mais localizados e diretos de pequenos grupos de trabalhadores com os donos de terra, com a atuação do MST, passa-se a confrontos estabelecidos diretamente com o Estado brasileiro.

Apresentado o quadro da dinâmica agrária na região e das lutas dos movimentos sociais pela democratização do acesso à terra na região, no capítulo seguinte, traremos as bases teóricas que nos possibilitarão mobilizar nas análises os discursos que a Folha de S. Paulo circulou sobre o acontecimento histórico simbolizador destas lutas.

⁴ A empresa Vale do Rio Doce foi criada em 1942 em Minas Gerais à época do governo Getúlio Vargas para exploração de ferro. Com sua privatização em 1997, seu nome foi mudado para Vale. A empresa hoje tem sede no Rio de Janeiro e é a terceira maior empresa de mineração do mundo.

4. DISCURSOS EM MOVIMENTO: ANCORAGEM NOS ESTUDOS DE DISCURSO

Neste capítulo, recorreremos a alguns conceitos de teorias de discurso que serão produtivos para as análises que faremos dos discursos em circulação no *espaço discursivo* do Jornal Folha de S. Paulo, acerca do Massacre de Eldorado do Carajás, ocorrido em 1996.

Ainda que não seja nosso propósito nem possível fazer uma incursão exaustiva na história de constituição da AD, nem tampouco recorrer a todos os conceitos formulados no seu interior, no próximo item, traremos algumas postulações da Análise de Discurso de vertente francesa, sobretudo aquelas mais produtivas para nossas análises.

4.1 A Análise do Discurso Francesa: uma teoria de entremeio

A Análise do Discurso é uma disciplina que surge na França na década de 1960, tendo como seu objeto de estudo o discurso. Entre os principais teóricos da Análise do Discurso, destaca-se Michel Pêcheux (1938-1983), considerado um dos fundadores desse campo do conhecimento, sob influências teóricas do marxismo althusseriano. Destacam-se ainda as contribuições de Foucault para esta teoria, fornecendo-lhe conceitos produtivos, por exemplo os conceitos de formação discursiva, acontecimento discursivo, arquivo e memória.

De acordo com Maingueneau (1990), outro teórico da AD francesa, o projeto de análise de discurso se forja pela “necessidade de definir uma ciência da ideologia da qual a análise do discurso seria um componente essencial” (MAINGUENEAU, 1990, p. 68). A intervenção da linguística nesse campo de estudo das ideologias obedece a um duplo motivo, segundo o autor:

[...] antes de tudo a autonomia relativa da linguagem, unanimemente reconhecida na conjuntura estruturalista, impunha que se passasse por suas leis ao invés de se ‘agarrar’ diretamente a instâncias sócio-econômica. Em segundo lugar, no concerto das ciências humanas a linguística passa por ter operado de maneira decisiva esse ‘corte epistemológico’, este distanciamento de sua própria ideologia que qualifica a cientificidade. (MAINGUENEAU, 1990, p. 68, grifo do autor).

Nesse sentido, na percepção do autor, prevalecia a ideia de que, graças à linguística, seria possível constituir uma análise de discurso verdadeiramente científica. Na observação de Maingueneau, essa aposta na linguística se deve ao modo como esta ciência caucionava a linha

estruturalista na qual se inscreveu o procedimento althusseriano - base teórica fundamental para a constituição da AD. O projeto da AD nasce, portanto, nesse contexto de “estruturalismo triunfante” em que a linguística é promovida a ciência piloto (MALDIDIER, 1997).

Pêcheux e Fuchs (1997) estabelecem o quadro teórico em que se funda o empreendimento da análise de discurso sob a articulação de três regiões do conhecimento científico:

1. o materialismo histórico, como teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias;
2. a linguística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo;
3. a teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos (PÊCHEUX e FUCHS, 1997, p. 163-164).

Estas três regiões do conhecimento são atravessadas por uma teoria da subjetividade, a partir de uma leitura lacaniana. No entanto, nenhuma delas foi apreendida pela AD, sem ser questionada em seus próprios fundamentos. Assim, a AD questiona a concepção de ideologia formulada no interior do marxismo, enquanto “esfera das ideias”, acima da materialidade da vida; questiona a linguística em sua ordem própria que, embora seja necessária para uma análise não subjetiva da linguagem, não é suficiente, posto que a língua está sujeita a deslizos e falhas orientadas por suas *condições de produção*⁵; questiona, ainda, a psicanálise em sua concepção de inconsciente, fazendo intervir a noção de ideologia.

Por esta articulação de campos teóricos para fundar a AD, Pêcheux (1997) põe em questão os estudos linguísticos até o desenvolvimento desta ciência, cuja origem se marca com o *Curso de Linguística Geral* de Ferdinand de Saussure. Para Pêcheux, até então, na tradição escolar, estudar a língua se restringia, muitas vezes, a estudar textos e a colocar a seu respeito questões de compreensão e atividades de gramática normativa e descritiva⁶. Todas as questões formuladas a respeito da língua remetiam a questões de usos semântico e sintático que sempre resvalavam para as evidências colocadas pelo texto.

Em contraposição a esse modo de ler, segundo Maldidier (2003), o dispositivo de análise do discurso se pretende um instrumento científico; ele é o próprio modelo de uma máquina de ler que arrancaria a leitura da subjetividade, tal como apresentado em *Análise*

⁵ Voltaremos a esse conceito adiante.

⁶ As perguntas básicas neste tipo de estudo de textos, segundo Pêcheux (1997, p.61) eram: “De que fala esse texto?” “Quais são as ideias principais contidas nesse texto?” “Este texto está em conformidade com as normas da língua na qual ele se apresenta?” “Quais são as normas próprias a esse texto?”

Automática do discurso. Segundo a autora, quanto ao dispositivo de análise imaginado por Pêcheux,

[...] ele comporta duas fases distintas. A primeira, dita registro da superfície, é manual, ela é o prelúdio necessário à segunda, a única propriamente “automática”. Trata-se de uma análise linguística de seqüências do corpus que consiste em *deslinearizar*, isto é, em desfazer os encaixes da sintaxe reduzindo-os a enunciados elementares de um número de lugares fixos. Ela desemboca no esclarecimento de classes distribucionais comparáveis às classes de equivalência de Harris [...] (MALDIDIER, 2003, p. 23)

A fase a que refere a autora, acima, nomeada de ADD (Análise Automática do Discurso) remete à noção de “máquina discursiva”, em função do caráter das análises do corpus fechado na estrutura linguística, conforme descreve Maldidier (2003).

Em sua segunda fase, a AD faz intervir em seu dispositivo o conceito de formação discursiva, tomado de Foucault (1969). Incorpora, também, os conceitos de interdiscurso, pré-construído. O objeto da AD, nesta fase, passa a ser as relações entre formações discursivas, com foco na descrição de identidades de uma e outra formação discursiva em concorrência, colocando em evidência as suas particularidades.

Na chamada terceira fase da AD, produz-se um deslocamento da análise das relações entre formações discursivas e passa a considerar que uma mesma formação discursiva é atravessada por diferentes discursos na sua heterogeneidade constitutiva. Os estudos de Authier-Revuz (1990) plasmados nos conceitos de *heterogeneidade mostrada* e *heterogeneidade constitutiva*, os quais integram a noção de dialogismo bakhtiniana, trazem contribuições importantes para esta terceira fase da AD.

Essa é a fase em que Pêcheux (2008) se afasta das posições mais dogmáticas da primeira fase. Ao se afastar dessas posições, Michel Pêcheux (2008) se aproxima mais de Foucault e do conceito de heterogeneidade de Bakhtin (1997) a partir da leitura que Authier-Revuz (1990) faz desse autor; se aproxima também de Certeau (1980) e começa a dar mais atenção àquilo que chamou de *registro do ordinário do sentido*, ao contrário de como agia na primeira fase, onde o interesse era totalmente voltado aos discursos oficiais, escritos e legitimados (GREGOLIN, 2010).

A esse respeito vejamos o que diz o próprio Pêcheux:

A grande força dessa revisão crítica, é colocar impiedosamente em causa as alturas teóricas no nível das quais o estruturalismo político tinha pretendido construir sua relação com o Estado (eventualmente sua identificação ao Estado – e especialmente com o Partido-Estado da revolução). Este choque em retorno, obriga os olhares a se voltarem para o que se passa realmente “em baixo”, nos espaços infraestatais que constituem o ordinário das massas, especialmente em períodos de crise.

Em história, em sociologia e mesmo nos estudos literários, aparece cada vez mais explicitamente a preocupação de se colocar em posição de entender esse discurso, a maior parte das vezes silencioso, da urgência às voltas com os mecanismos de sobrevivência; trata-se para além das leituras dos Grandes Textos (da Ciência, do Direito, do Estado), de se pôr na escuta das circulações cotidianas, tomadas no ordinário do sentido (cf., por exemplo, De Certeau, *A invenção do Cotidiano*, 1980). (PÊCHEUX, 2008, p. 48)

Conforme se constata na citação acima, vemos que o autor faz uma revisão crítica da AD e propõe que se dediquem também às análises dos discursos “cotidianos”, enquanto objeto de estudo desse campo teórico. No entanto, cabe ressaltar que Pêcheux (2008) chamou a atenção para os riscos que podem incorrer as análises de discursos do cotidiano resvalarem para uma posição empiricista:

Simultaneamente, o risco que comporta esse mesmo movimento é bastante evidente: é o que consiste em seguir a linha de maior inclinação ideológica e se conceber esse registro do ordinário do sentido como um fato de natureza psico-biológica, inscrito em uma discursividade logicamente estabilizada. Logo, o risco de um retorno fantástico para os positivismos e filosofias da consciência. (PÊCHEUX, 2008, p. 49)

Desse modo, em sua revisão crítica, para Pêcheux, os discursos dos sujeitos comuns devem ganhar a importância que até então não tiveram nos estudos da AD. Por outro, cabe o cuidado para que a AD não caia num “positivismo” que tenha o “sujeito” como centro e origem dos sentidos.

Lembra Malidier (1997, p. 24), que “Efetivamente, toda a história da AD francesa é, grosso modo, depois da segunda metade da década de 1970, a história das desconstruções-reconfigurações a partir da sua construção inicial”. Considerando o percurso de constituição dos fundamentos da AD, é inegável que, hoje, ela ultrapassa seu enraizamento teórico de origem (MAINGUENEAU, 1990), considerando sua relação com outros campos do conhecimento. No entanto, prevalece nos fundamentos da AD, o pressuposto de que, tomar o discurso como objeto exige que se tome a relação da língua com a história e com a ideologia. Ao conceber a língua na sua ordem própria, a AD concebe também que ela não é suficiente sem que se considere o histórico e o ideológico.

Assim, empreender a tarefa de entender como um campo do conhecimento é formado é, antes, fazer o percurso dos conceitos e métodos com os quais essa disciplina trabalha. Esse entendimento de um campo disciplinar pode se dar lançando mão dos conceitos que lhe dão corpo teórico e metodológico. É como procederemos, no tópico a seguir, mobilizando alguns conceitos formulados no interior da Análise de Discurso, os quais são produtivos para a leitura do nosso corpus.

4.2 Alguns conceitos formulados pela AD

É no decorrer das definições dos conceitos da AD que veremos que esse campo do conhecimento se faz por empréstimos de conceitos a outras ciências, de modo que podemos considerá-lo interdisciplinar, ou, como afirmam alguns autores, uma disciplina de entremeio. Como já referimos acima, em seu percurso de pesquisas, Pêcheux lança mão de teorias da linguística, da história e da psicanálise para construir seu projeto de Análise de Discurso.

4.2.1 Língua e discurso

No que diz respeito ao sentido, a tradição linguística o concebeu na imanência da língua, ou seja, comportou-se como se ele já se encontrasse a priori na superfície das palavras ou do texto, sem que o sujeito e as condições históricas fossem levados em conta. É justamente na reflexão sobre o sentido que Pêcheux retorna a Ferdinand Saussure para discutir a Linguística estrutural, contestando-a na sua sistematicidade e propondo o discurso. O fundador da AD reconhece a importância da linguística estruturalista para seu projeto discursivo: “Para ele, Saussure mostrou a complexidade da língua, entende-a, ao mesmo tempo, como *instituição social* e como *sistema de signos*” (GREGOLIN, 2010. p. 37). No entanto, adverte que há as condições de produção que intervêm na língua.

De acordo com Malidier (2003), é no próprio texto do Curso de Linguística Geral que Pêcheux vai flagrar a porta aberta deixada por Saussure, ao tratar do fenômeno da analogia, fazendo intervir neste espaço teórico a fala e o sujeito individual e, portanto, a semântica. Nas palavras de Malidier:

Sobre o próprio terreno da linguística, Michel Pêcheux aprofunda sua afirmação. O raciocínio repousa sobre a intuição muito forte de que não se podem visar as sistematicidades da língua como um contínuo de níveis. Para além dos níveis fonológicos, morfológicos e sintáticos, cuja descrição Saussure autoriza, a semântica não é apenas um nível a mais, homólogo aos outros. É que “o laço que liga as “significações” de um texto às condições sócio-históricas desse texto não é de forma alguma secundária, mas constitutivo das próprias significações”. (MALDIDIER, 2003, p. 31)

Como se pode ver, há, por parte de Pêcheux, a clara proposta de mudança de abordagem dos estudos da língua. Na tradição linguística o sentido é abordado a partir de várias áreas; “a etimologia, a convenção, a distinção entre sentido e referência, extensão e intensão; sentido literal *versus* figurado, denotação *versus* conotação” (POSSENTI, 2005. p. 371). Nenhuma

dessas áreas, portanto, leva em conta que as palavras ou expressões fazem sentido porque podem ser substituídas por outras, considerando uma equivalência entre elas no interior de um discurso. Daí o termo “efeito de sentido”, pois não há um sentido a priori, ele já está mais ou menos previsto em cada uma das Formações Discursivas que é regida por uma Formação Ideológica. De modo que o sentido depende do lugar em que o sujeito fala. Tem-se que considerar a posição em que ele se encontra nas várias formações discursivas que estão em constante estado de atrito.

Para a AD, o sentido se constitui a partir das condições em que ele vai se construindo. Por isso mesmo, o sentido requer um estudo que vá além da análise do conteúdo e das estruturas linguísticas. Muito além do que está expresso na superfície das palavras. Assim, não se trata aqui de superar uma teoria anterior e continuar dentro do mesmo campo disciplinar, ou seja, da linguística estruturalista. Trata-se, antes, de inscrever a questão do discurso e do sentido em um outro campo de discussão. Isso requer, pois, uma ruptura. No entanto, o empreendimento teórico da Análise do Discurso continuará levando em consideração a linguística em sua relação com o marxismo e a psicanálise a fim de investigar o discurso.

O sentido não pode ser tratado a partir do conceito de valor – os pares de oposição onde os termos se definem negativamente – como o são a fonologia, a sintaxe e a morfologia, campos esses da ordem da língua. Para Pêcheux:

[...]o sentido de uma palavra, expressão, proposição não existe *em si mesmo* (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que palavras, expressões, proposições são produzidas (isto é, reproduzidas). (PÊCHEUX, 1995, p. 144)

Desse modo, o sentido é uma posição, um lugar de onde se fala, é discurso, levando em conta seu caráter histórico e ideológico. Daí que para Pêcheux, o sentido não é apreendido na ordem sistêmica da língua.

4.2.2 A noção de Sujeito e Ideologia: a contribuição de Althusser

Ao considerar o histórico e o ideológico na constituição do sentido, Pêcheux o faz a partir das releituras que Althusser (1974) empreende de Marx, em *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*. Numa clara leitura de Althusser, afirma Pêcheux:

Dizemos a *figura* da interpelação para designar o fato de que se trata, como indica Althusser, de uma “ilustração”, de um exemplo submetido a uma forma de exposição

particular, “concreta o suficiente para que possa ser reconhecida e abstrata o suficiente para que possa ser pensável e pensada, dando origem ao conhecimento”¹³. Essa figura, ao mesmo tempo religiosa e policial (“Você, por quem eu derramei essa de sangue”/“Ei, você aí”) tem o mérito, primeiramente, pelo duplo sentido da palavra “interpelação”, de tornar tangível o vínculo superestrutural – determinado ela infraestrutura econômica – entre o aparelho *repressivo* de Estado (o aparelho jurídico-político que distribui-verifica-controla “as identidades”) e os aparelhos ideológicos de Estado, portanto: o vínculo entre o “sujeito de direito” (aquele que entra em relação contratual com outros sujeitos de direito; seus iguais) e o sujeito ideológico (aquele que diz ao falar de si mesmo: “Sou eu!”). Seu mérito é também o de mostrar esse vínculo de uma maneira tal que o teatro da consciência (eu vejo, eu penso, eu falo, eu te vejo, eu te falo, etc.) é observado dos bastidores, lá de onde se pode captar que *se fala do* sujeito, que *se fala ao* sujeito, *antes de* que o sujeito possa dizer: “Eu falo”. As consequências que resultam diretamente desse ponto em relação ao problema da *enunciação* serão expostas mais adiante. (PÊCHEUX, 1995, p. 154)

Althusser considera que as ideologias têm existência material, ou seja, elas se realizam nas instituições, em seus rituais e práticas. Portanto, a ideologia interpela os sujeitos concretos e não no nível das ideias (ALTHUSSEUR, 1985). De acordo com Maldidier (2003), o texto publicado por Althusser, em 1970, na revista francesa *La Pensée*, intitulado “Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado (notas a uma pesquisa)”, foi decisivo para levar o ponto de encontro entre a língua e a ideologia, marcando todo o trabalho de Pêcheux, nos anos 1970.

É a partir das reflexões de Althusser, desde seu artigo “Notas para uma teoria geral da ideologia” que Michel Pêcheux inaugura o grande momento teórico com Semântica e Discurso, “fazendo explodir a unidade de um sujeito escritor/leitor” (MALDIDIER, 2003, p. 33). A língua, portanto, será o lugar onde a ideologia vai se materializar. É nela que se evidenciam os embates ideológicos entre as classes sociais. Pêcheux tem a preocupação de inscrever o discurso na relação ideológica de classes, levando em conta que o Sujeito, ao enunciar, enuncia a partir de um lugar específico que funciona como sítio de sentidos e espaço de interpelação ideológica.

É a ideologia que fornece as evidências pelas quais “todo mundo sabe” o que é um soldado²³, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve, etc., evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado “queiram dizer o que realmente dizem” e que mascaram, assim, sob a “transparência da linguagem”, aquilo que chamaremos *o caráter material do sentido* das palavras e dos enunciados. (PÊCHEUX, 1995, p. 154 -grifos do autor).

Daí porque a AD considera o sujeito como marcado pela historicidade e pelo Outro, de modo que não há sujeito sem ideologia, o sujeito não é a origem dos seus discursos porque ao dizer é sempre atravessado pelo já-dito desse lugar ideológico de onde fala. As palavras mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, ou seja, as palavras recebem sentido da formação discursiva em que são produzidas. A noção de formação

discursiva trouxe novas considerações de Pêcheux acerca da relação entre discurso e ideologia, como veremos adiante.

A partir dos trabalhos de Authier-Revuz (1990), em que o conceito de heterogeneidade se insere nos estudos de discurso, introduz-se, também, o conceito de sujeito descentrado.

Os estudos das teorias do inconsciente, através da leitura que Lacan promove de Freud, são centrais para a discussão que Pêcheux (1988) passa a fazer face às teorias idealistas que tomam o sujeito como a origem do dizer. Lembra Maldidier (2003) que esta temática do sujeito inconsciente desemboca na reflexão que Pêcheux elabora sobre “a ilusão subjetiva, melhor, a ilusão que tem o sujeito de estar na fonte do sentido” (MALDIDIER, 2003, p. 40). Segundo a autora, é a partir desta investida teórica que Pêcheux vai anunciar mais tarde, o “efeito Münchhausen”, em *Semântica e Discurso*, chegando a receber estatuto no espaço conceitual da teoria dos dois esquecimentos.

Essa é a concepção de sujeito bastante vigente na atual Análise do Discurso, um sujeito fala a partir de lugares determinados, ou seja, ele fala na posição de professor, pai, consumidor etc. Como esse sujeito discursivo heterogêneo fala a partir de uma formação social também heterogênea, há que se considerar a fala do outro no seu discurso. Assim, outros discursos se repetirão no discurso desse sujeito. Além do que, o próprio sujeito se constituirá como tal a partir desse “Outro” como referência.

É a partir da descoberta do inconsciente por Freud que o conceito de sujeito muda profundamente, indo de um sujeito homogêneo, pleno ao sujeito cindido, descentrado, entre o consciente e o inconsciente. Lacan, partindo da descoberta de Freud e assumindo o estruturalismo de Saussure, “considera que o inconsciente se estrutura como uma linguagem, como uma cadeia de significantes latente que se repete [...] como se o discurso fosse sempre atravessado pelo discurso do Outro, do inconsciente” (MUSSALIM, 2012, p. 119).

Diante do proposto, considera-se que quando o indivíduo vem ao mundo os discursos já estão em movimento desde sempre. Ele é imerso no mundo da linguagem ao mesmo tempo que é constituído por ela. Passa a ocupar espaços já pré-determinados nas formações sociais, sem que tenha plena consciência disso (apagamento). Pêcheux (1988) nomeia esse apagamento dos sentidos que já foram ditos de “esquecimento”, nomeando-o de esquecimento número 1 e esquecimento número 2.

Em relação ao segundo esquecimento afirma Pêcheux:

Concordamos em chamar *esquecimento n° 2* ao “esquecimento” pelo qual todo sujeito-falante “seleciona” no interior da formação discursiva que o domina, no sistema de enunciados, formas e seqüências que nela se encontram em relação de

paráfrase – *um enunciado, forma ou seqüência, e não um outro, que, no entanto, está no campo daquilo que poderia formulá-lo na formação discursiva considerada.* (PÊCHEUX, 1988, p. 173- grifos do autor).

Segundo esse autor o sujeito seleciona o que vai dizer e que está disponível dentro de uma formação discursiva dada. Esse “dizível” está “em relação de paráfrase” com outros dizeres possíveis, de modo que o que não é selecionado sofre um apagamento, conferindo ao sujeito a ilusão de que é a fonte do que está sendo dito. É por conta desse apagamento que surge também o efeito de unicidade do dizer, pois o sujeito não tem acesso a outras possibilidades de formular um outro modo de dizer outra coisa de maneira diferente.

Sobre o esquecimento de número 1 Pêcheux afirma o seguinte:

[...]o esquecimento nº 1, que dá conta do fato de que o sujeito-falante não pode, por definição, se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina. Nesse sentido, o esquecimento nº 1 remete, por uma analogia com o recalque inconsciente, a esse exterior, na medida em que (...) esse exterior determina a formação discursiva em questão. (PÊCHEUX, 1988, p. 173 – grifos do autor)

O sujeito é interpelado em sujeito pela ideologia e inserido em várias formações discursivas, reguladas por uma formação ideológica, embora tenha a ilusão da autonomia do seu discurso e de que é senhor do que diz. Esquece de que esses dizeres só são possíveis porque há um “já-dito” anterior a todo discurso, ou seja, o interdiscurso ou memória discursiva. Pela noção de esquecimento e de inconsciente, a AD considera em seu quadro epistemológico a teoria lacaniana da subjetividade como um campo do conhecimento que atravessa as outras três regiões do conhecimento constitutivas dessa disciplina: o materialismo histórico; a linguística e a teoria do discurso.

4.2.3 A noção de Formação Discursiva: contribuição de Foucault

Outro conceito importantíssimo para a AD vem de “Foucault com a noção de *formação discursiva*, da qual derivam vários outros conceitos (interdiscurso; memória discursiva; práticas discursivas)” (GREGOLIN, 2003. p. 25, grifo da autora). De acordo com Gregolin, trata-se de um conceito responsável por mudanças importantes no quadro da formação dessa disciplina.

O conceito de Formação Discursiva procede de *A arqueologia do saber* (2004), obra de Michel Foucault, com quem Pêcheux vai estabelecer uma relação desde o começo de seus trabalhos. Embora, em muitas teorias da AD não se verifique atribuição explícita do conceito

de Formação Discursiva a Foucault, em *Discurso, Estrutura ou Acontecimento*, Pêcheux explicita:

A noção de “formação discursiva” emprestada a Foucault pela análise de discurso derivou muitas vezes para a idéia de uma máquina discursiva de assujeitamento dotada de uma estrutura semiótica interna e por isso mesmo voltada à repetição: no limite, esta concepção estrutural da discursividade desembocaria em um apagamento do acontecimento, através de sua absorção em uma sobre-interpretação antecipadora. (PÊCHEUX, 2008, p. 56)

É a partir da entrada desse conceito que a AD irá sofrer alterações no que diz respeito a considerar a heterogeneidade dos *corpora* discursivos. Como vimos acima, na primeira fase da AD, não se consideravam as multiplicidades das formações discursivas que constituíam o discurso, optando por um *corpus* mais fechado, homogêneo. Ao considerar, e reconfigurar sob uma ótica do marxismo althusseriano, esse conceito, Pêcheux o fará levando em conta outros dois conceitos: formação social, formação ideológica, concebendo-o como o que pode ser dito em uma formação ideológica, levando em conta as lutas de classes em relação a esse dizer. Assim Pêcheux retoma o conceito:

Chamaremos, então, *formação discursiva*, aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classe, determina *o que pode e deve ser dito* (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.) (PÊCHEUX, 1995, p. 160)

É, pois, a partir do conceito de Formação Discursiva que Pêcheux (1995), paulatinamente, vai reconfigurando o quadro epistemológico da AD, relacionando esse conceito sempre à ideologia e lutas de classes. Trata, portanto, segundo o próprio Pêcheux (2000) de buscar na noção de Foucault o que ela refletia do materialismo histórico (revolucionário), ou seja, o discurso como prática, embora esse autor não levasse em conta a ideologia e as lutas de classes na perspectiva marxista para sua concepção de formação discursiva. Estando aqui muito da resistência de Pêcheux à obra de Michel Foucault.

Pêcheux, partindo das leituras que Althusser faz da teoria marxista, afirma que numa sociedade de classes, para manter a dominação, a classe dominante gera mecanismos de perpetuação ou de reprodução das condições materiais, ideológicas e políticas de exploração. Das leituras que Pêcheux faz desse autor, elabora sua teoria do discurso, considerando que na reprodução das relações de produção é a ideologia a interpeladora do indivíduo em sujeito ideológico. Por isso o sujeito não age de forma autônoma (embora pense que assim o faça), mas a partir de uma formação ideológica que determina ou o que deixa de dizer no interior de uma

formação discursiva dada. É esta que o impele a se posicionar dentro de “um grupo ou classe de uma determinada formação social” (BRANDÃO, 2012. p. 47). O discurso é, portanto, a instância na qual a ideologia se materializa, controlado por Formações Ideológicas. Por sua vez, as formações ideológicas, segundo Brandão (2012), dominam as várias formações discursivas que se atrim no seu interior.

4.2.4 A noção de interdiscurso

O interdiscurso, que se configura como sendo o espaço de trocas entre Formações Discursivas, é definido pela AD como um feixe de formações discursivas em contato umas com as outras, tendo nessa relação seu caráter de coesão (identidade). Conforme Pêcheux (1995, p. 164): “O pré-construído “corresponde ao ‘sempre-já-aí’ da interpelação ideológica que fornece-impõe a ‘realidade’ e seu ‘sentido’ sob a forma de universalidade (‘o mundo das coisas’). O interdiscurso, assim, é a memória discursiva que disponibiliza dizeres outros que, retomados, fazem com que todo dizer seja possível, ou seja, “os já-ditos”, são sentidos colocados em circulação por alguém tornando possível outros dizeres.

Conforme Orlandi (2012, p. 32), “O fato de que há um já-dito que sustenta a possibilidade mesma de todo dizer, é fundamental para se compreender o funcionamento do discurso, a sua relação com os sujeitos e com a ideologia”. Desse modo, não há um discurso fundado no próprio ato de dizer do sujeito, antes, os sentidos atualizados por ele remetem-se a discursos já disponíveis no decorrer do tempo.

Nas palavras de Orlandi (2012 p. 30), as condições em que os discursos são produzidos apontam para um “contexto imediato”, que pode ser o momento do enunciado, e outro “sócio-histórico”, bem mais amplo, que diz respeito a como os discursos são produzidos no decorrer da história. Em ambos os casos devemos levar em conta o histórico e o ideológico.

Assim, a uma Formação Discursiva se liga sempre um interdiscurso que Pêcheux (1995, p. 162), denominou “[...] esse “todo complexo com dominante” das formações discursivas [...]”, ou seja, uma FD se encontra sempre sob o domínio de um interdiscurso.

Maingueneau (2008) trata da noção de interdiscurso afirmando o primado do interdiscurso. Segundo o autor, em uma FD, o interdiscurso é anterior e constitutivo do próprio discurso, não tendo, portanto, a FD uma identidade a priori, uma vez que uma formação discursiva é constituída a partir de outras formações em constante estado de atrito. Desse modo, segundo o autor, só é possível definir uma formação discursiva a partir de seu interdiscurso, da sua relação com o outro.

O interdiscurso consiste em um processo de *reconfiguração incessante* no qual uma formação discursiva é levada (...) a incorporar elementos pré-construídos, produzidos fora dela, com eles provocando sua redefinição e redirecionamento, suscitando, igualmente, o chamamento de seus próprios elementos para organizar sua repetição, mas também provocando, eventualmente, o apagamento, o esquecimento ou mesmo a denegação de determinados elementos. (MAINGUENEAU, 1997, p. 113)

Assim, para Maingueneau (1997) a formação discursiva resulta de um trabalho no interdiscurso e não se define, portanto, a priori. Por isso mesmo ressalta o autor que a formação discursiva não deve ser concebida como um bloco fechado, pois: “O fechamento de uma formação discursiva é fundamentalmente instável, não se constituindo em um limite que, por ser traçado de modo definitivo separa um interior e um exterior (MAINGUENEAU, 1997, p. 112).

Nesse sentido, o conceito de interdiscurso que vinha sendo modificado desde as três fases da AD é, mais uma vez redimensionado. Nas palavras de Possenti (2009, p. 153 –154):

[...] a AD não funciona como [...] a física ou mesmo a gramática gerativa, ou seja, a partir da última versão da teoria, porque ela teria superado as anteriores. Isso significa que não há propriamente, no campo da AD, questões vencidas. E por isso sempre haveria o que dizer também sobre interdiscurso.

Assim, podemos dizer que em Maingueneau (2008) o conceito de interdiscurso ganha prevalência em relação ao discurso, como já apontamos acima. Ainda, segundo Possenti (2009), o conceito ganha a partir do “primado do interdiscurso” um sentido mais produtivo e operacional, além de mobilizar outros três novos conceitos: *universo discursivo*, *campo discursivo*, *espaço discursivo*. Explicaremos mais abaixo cada um desses três conceitos acima.

Ainda sobre o interdiscurso, segundo Maingueneau (2008, p. 31), a “hipótese do primado do interdiscurso se inscreve na perspectiva de uma heterogeneidade constitutiva que amarra, em uma relação inextricável, o Mesmo do discurso e seu Outro” (idem, p. 31). A alteridade do discurso é, pois, o objeto de análise por excelência, segundo esse autor. Muito embora essa heterogeneidade discursiva constitutiva não possa ser assim de pronto detectada por uma análise linguística que se detenha apenas na superfície do texto.

A maioria das considerações sobre a heterogeneidade de uma FD está ancorada nos estudos sobre o dialogismo do círculo de Bakhtin (1929/1988). Segundo este autor, a *plurivalência* é parte constitutiva do sentido. Daí porque uma formação discursiva nunca é um bloco homogêneo, como já vimos: um discurso sempre existirá em função de outros. Portanto, é partir do conceito de dialogismo que Authier-Revuz (1990) traz para a AD a noção de heterogeneidade discursiva. A autora formula alguns tipos de heterogeneidade que vão da

mostrada marcada – discurso direto – mais evidente nas superfícies dos textos, à mostrada não marcada – discurso indireto livre – que são menos evidentes nos discursos e, portanto, menos indiciado na materialidade do texto.

Apesar das classificações de todos esses tipos de heterogeneidade, é importante ressaltar que há um tipo de heterogeneidade discursiva constitutiva de todo e qualquer discurso, que não pode ser identificável na superfície do texto. Assim, não há discurso que possa ser considerado como uma voz nunca dantes enunciada.

Maingueneau (2008, p. 33) incorpora ao conceito de interdiscurso uma tríade conceitual: “*universo discursivo, campo discursivo, espaço discursivo*”. O primeiro conceito se refere ao todo de formações discursivas de variadas matizes “que interagem numa conjuntura dada” (idem). Para o autor, embora esse conceito diga respeito a uma rede finita de discursos, ele não pode ser “apreendido” em sua totalidade, tendo, contudo, a função de apontar para os *campos discursivos*, esses, sim, passíveis de serem estudados pelo analista de discurso. Para apreender o conceito de *campo discursivo*

[...] é preciso entender um conjunto de formações discursivas que se encontram em concorrência, delimitam-se reciprocamente em uma região determinada do universo discursivo. “Concorrência” deve ser entendida da maneira mais ampla; ela inclui tanto o confronto aberto quanto a aliança, a neutralidade aparente etc... entre discursos que possuem a mesma função social e divergem sobre o modo pelo qual ela deve ser preenchida. Pode-se tratar do campo político, filosófico, dramaturgico, gramatical etc. Esse recorte em “campos” não define zonas insulares; é apenas uma abstração necessária, que deve permitir abrir múltiplas redes de trocas (MAINGUENEAU, 2008, p. 34).

Determinado o conceito de campo discursivo, conforme o citado acima, onde os discursos se restringem a uma mesma “função social”, dentro de um escopo de vários outros discursos, conceituado por universo discursivo, o autor afirma que esses discursos se comportam de maneira a concorrer uns com os outros no que diz respeito ao “preenchimento” dessa função social. Acrescenta que essa concorrência, “de maneira ampla”, põe esses discursos em estado de “confronto, aliança ou neutralidade”.

Por fim, o autor isola no interior do campo discursivo, num terceiro e último domínio, subconjuntos de formações discursivas denominados de *espaços discursivos*. A seleção desses espaços ficará a critério do analista no que eles forem de utilidade para sua pesquisa. Considerando o conhecimento do *corpus* e histórico, a partir dos quais as hipóteses serão ou não confirmadas no decorrer da pesquisa.

Partir do princípio do primado do interdiscurso implica lançar mão de “um sistema no qual a definição da rede semântica que circunscreve a especificidade de um discurso com a

definição das relações desse discurso com seu Outro” (MAINGUENEAU, 2008, p. 35-36). Desse modo, a interdiscursividade se apresenta como anterior à discursividade, tendo a primazia o interdiscurso como objeto de análise, uma vez que é nela que se dá a relação Eu x Outro. Ainda segundo o autor, considerando esse espaço como um lugar de troca, questiona-se o mesmo como um espaço de identidade fechada. Assim, “Esse questionamento de uma concepção primária do “fechamento” estrutural inscreve-se no prolongamento de uma corrente da análise do discurso que busca repensar as relações do Mesmo e do Outro tais como se desenhavam nos anos 1960” (POSSENTI, 2009, p. 163).

No entanto, para Maingueneau (2008), não se faz necessário demonstrar a identidade de cada formação discursiva a partir da relação interdiscurso e intradiscurso, de modo que não se faz obrigatório que a presença do Outro seja localizada no espaço discursivo como forma de um fragmento citado nesse espaço. A presença do Outro vai além da consideração feita pelo conceito de heterogeneidade mostrada/constitutiva, visto que ela [a presença do outro] se dá independentemente de qualquer indicativo de alteridade. Daí o caráter dialógico constitutivo de todo discurso. Para Possenti (2009), esse Outro é o elemento faltoso e sistematicamente necessário para a identidade de todo discurso.

4.2.5 Acontecimento histórico e acontecimento discursivo

Segundo Pêcheux (1990), os discursos podem vir a ser um acontecimento discursivo quando eles rompem com a estabilidade de discursos anteriores. Assim, ao passo que as várias estâncias sociais vão discursivizando acerca do fato histórico é que os discursos vão se dando e o fato histórico chega a acontecimento discursivo. Segundo Cazarin e Rasia (2014), referindo-se ao autor supracitado, há três instâncias sobre os fatos, quais sejam: o “evento empírico, o fato histórico e o discursivo”. Segundo essas autoras, para a AD, o evento empírico interessa menos que o fato histórico, pois esse se dá a partir da discursividade que se faz daquele, ou seja, ao interpretar os fatos é que se dão os discursos.

Sabemos com Pêcheux (1990) que o sujeito quando produz seu discurso o faz filiando-se a uma determinada Formação Discursiva, mesmo inconscientemente, como já vimos acima, recorrendo a saberes inscritos nessa FD. Esses saberes atualizados nos discursos de uma dada formação discursiva, estão presentes em uma estrutura e se materializam através de enunciados, denominados por Pêcheux (1997) de *materialidades discursivas*. É essa materialidade que inscreve os já-ditos na ordem da repetibilidade, ou seja: “[...] os saberes originam-se na rede de formulações e a ela retornam, instituindo uma espécie de moto perpétuo ou, se preferirmos, um

ciclo de repetibilidade” (INDURSKY, 2003, p. 102). Desse modo, ao materializar seu discurso em enunciados discursivos o sujeito retoma saberes ditos antes em uma outra conjuntura histórica e “reutilizando-os” empresta aos mesmos um caráter de atualidade.

Nas palavras de Pêcheux (1990, p. 17), “o discurso tem sua materialidade numa intersecção que se dá quando acontece o cruzamento de uma *memória* com uma *atualidade*”.

Fazendo uma autocrítica, em O Discurso, estrutura ou acontecimento, Pêcheux (2008), anuncia que o movimento intelectual que recebeu o nome “estruturalismo, particularmente na França, se configurou com uma tentativa de anti-positivista de novas práticas de leitura aplicadas aos textos:

[...] o princípio dessas leituras consiste, como se sabe, em multiplicar as relações entre o que é dito aqui (em tal lugar), e dito assim e não de outro jeito, com o que é dito em outro lugar e de outro modo, a fim de colocar em posição de “entender” a presença de não-ditos no interior do que é dito. (PÊCHEUX, 2008, p.44)

No entanto, adverte Pêcheux que a fuga do movimento estruturalista ao narcisismo das psicologias do ego, da consciência, do comportamento e do sujeito epistêmico e a sua posição e desvio teórico conferiu a esta abordagem a aparência de “nova ciência régia” por elas mesmas criticadas. Segundo Pêcheux (2008), o desmoronamento do estruturalismo desde os anos 1980 obriga “os olhares a se voltarem para o que se passa realmente “em baixo” nos espaços infraestatais que constitui o ordinário das massas, especialmente em período de crise (PÊCHEUX, 2008, p. 48).

Desta percepção, destacando-se a necessidade de se colocar na escuta dos discursos ordinários, Pêcheux (1997) exprime a ideia de se fazer uma análise de discurso que faça se entrecruzar os discursos cotidianos e os arranjos textuais-discursivos. Segundo o autor: “essa aproximação engaja concretamente maneiras de trabalhar sobre as materialidades discursivas (estruturas) implicadas em rituais ideológicos, nos discursos filosóficos, enunciados políticos, nas formas culturais e estéticas, através de suas relações com o cotidiano, com o ordinário do sentido (PÊCHEUX, 2008, p. 49).

Nesse projeto anunciado, Pêcheux (2008) reclama o reconhecimento de um real específico da língua, da materialidade discursiva, atravessado por dois espaços:

o da manipulação de significações estabilizadas, normatizadas por uma higiene pedagógica do pensamento, e o da transformação do sentido, escapando a qualquer norma estabelecida a priori, de um trabalho do sentido sobre o sentido, tomados no relançar indefinido das interpretações. (PÊCHEUX, 2008, p.51)

Além desses dois espaços, Pêcheux (2008) elenca uma zona intermediária onde há processos discursivos que ora oscila em direção aos significados estabilizados, ora transformam seus sentidos. Nessa zona, esses discursos ordinários sobre os acontecimentos representados em seus enunciados oscilam de posições discursivas; abrem-se a outros sentidos e consideram o equívoco. Esse aspecto paradoxal foi totalmente ignorado pelo campo de investigação estruturalista.

Ao lado da retomada, da repetição que está implicada em cada formulação, podem ocorrer deslizamentos de sentido, os quais são responsáveis pela reorganização da *memória*” (INDURSKY, 2003, p. 107). Ou seja, nesses “deslizamentos de sentido” podem ocorrer rupturas onde novas discursividades serão instauradas, ocorrendo, assim, um *acontecimento discursivo* (PÊCHEUX, 1990). Tal acontecimento perturba a ordem da repetibilidade disponibilizando novos sentidos, sem, contudo, ter o poder de exaurir a memória discursiva que sustenta a repetição dos dizeres, apenas a reorganiza.

A noção de acontecimento, tal como apresentada por Pêcheux, é fundamental para as análises de nossos dados, na medida em que pretendemos apreender sentidos que vão do acontecimento histórico a uma discursividade sobre ele, a qual tendemos considerar como um *acontecimento discursivo*. Aliamos ao conceito de acontecimento o conceito de arquivo, não entendendo este como um dado fechado e cristalizado, mas aberto a modificações, rupturas, tal como propôs Foucault, em *Arqueologia do Saber*. A opção por mobilizarmos este conceito é por considerarmos que a imprensa enquanto um arquivo de controle de memórias está sujeita a rupturas, falhas orientadas pelas próprias condições históricas em que seus discursos são produzidos. Assim, no item seguinte trazemos breves notas sobre o conceito.

4.2.6 Regras de formação do arquivo

Neste tópico partiremos do conceito de arquivo proposto por Foucault (2008), ao considerá-lo como um espaço de jogo onde os enunciados são submetidos a determinadas regras sob as quais aparecem, desaparecem, se aproximam ou se afastam de outros discursos, em dada conjuntura. Desta forma, entendemos que as matérias que compõem nosso *corpus*, pertencentes a uma esfera midiática, entram circulação, na sociedade, sob essas regras, daí porque saber como se dá a formação do arquivo a partir das matérias publicadas pelo jornal Folha de S. Paulo, parece ser de extrema relevância para nossa pesquisa, uma vez que este conceito possibilita a compreensão de como uma memória é controlada e distribuída socialmente, em relações de poder e de resistência.

Assim, antes de tratar diretamente do conceito de arquivo, Foucault (2008) se ateu ao conceito denominado por ele de *a priori histórico*. Segundo ele, esta noção diz respeito às condições de emergência dos enunciados, sua relação com outros enunciados, leis que ditam a permanência ou não desses enunciados, enfim, *o a priori*: “define-se como o conjunto das regras que caracterizam uma prática discursiva” (FOUCAULT, 2008, p. 145). A partir desta formulação, Foucault (2008) chega ao conceito mais geral, por ele denominado arquivo. Assim, nos diz Foucault:

[...] chamaria de arquivo não a totalidade dos textos que foram preservados por uma civilização, nem o conjunto das marcas que se puderem salvar de suas ruínas, mas o jogo de regras que determinam, em uma cultura, o surgimento e o desaparecimento de enunciados, sua remanescência e eliminação, sua existência paradoxal de acontecimentos e de coisas. Analisar os fatos do discurso no interior do meio comum do arquivo é considerá-los não como documentos [...], mas como monumentos (FOUCAULT, 2004, p. 95).

O conceito, conforme o que define Foucault, diverge do conceito mais comum de arquivo que equivale a repositório de documentos, acervo, conjunto de informações. O arquivo, na perspectiva aberta por Foucault, diz respeito ao “jogo de regras” que atua sobre a existência e extinção dos enunciados. É nesse jogo que a materialidade histórica dos discursos representados pelos enunciados oferece ao analista a possibilidade de perscrutar sentidos e identificar suas filiações a Formações Discursivas a que eles se encontram ligados. Segundo Foucault (2004), o conceito de arquivo abarca todos os outros que dizem respeito ao discurso. Sobre isso, vejamos o que diz Gregolin (2004, p. 91): “A partir dele, pensando em termos descendentes podemos unir todos os conceitos – enunciado, formações discursivas; conjuntos de enunciados (discurso); práticas discursivas; *a priori histórico* [...]”. Portanto, o arquivo diz respeito às regras discursivas que instauram um conjunto de enunciados vistos como acontecimentos, uma vez que seus sentidos se produzem e se deslocam orientados por condições históricas.

Nesse sentido, o arquivo não se configura como um grande livro ou uma biblioteca que conserva tudo que já foi dito, mas como um sistema que instaura enunciados como acontecimento, ou seja, o arquivo é a lei do que pode ser dito e o que reaparece, esfuma e agrupa, em figuras distintas. (FOUCAULT, 2008). Desse modo, “[...] considera-se que o arquivo, construído a partir da espessura material dos enunciados efetivos, conduzirá à possibilidade de analisar as práticas discursivas de uma sociedade” (SARGENTINI, 2006, p. 38). Embora as “práticas discursivas” que possibilitam as análises dos discursos de uma sociedade sejam feitas a partir dos “enunciados efetivos”, os mesmos não têm sua origem nos atos de enunciação dos sujeitos,

antes recorrem a já-ditos arquivados nas práticas cotidianas dessa sociedade. Esse é o funcionamento do arquivo.

Pêcheux (2010, p. 59), também tratando do conceito de arquivo, define-o como um “campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão”. Nesse sentido, o arquivo é tomado como uma prática documental que confere ao conjunto de discursos produzidos um caráter de memória institucional onde os sentidos se estabilizam, ainda que provisoriamente. Ao partimos do conceito de arquivo apresentado por Pêcheux, é preciso levar em consideração a distinção estabelecida entre o *interdiscurso*, que diz respeito aos já-ditos que possibilitam o surgimento de outros discursos e a *memória* ligada ao arquivo, institucionalizada e estanque. Assim,

No arquivo, o dizer é documento, atestação de sentidos, efeitos de relação de forças. Se no interdiscurso há o que se deve dizer mas também o que se pode dizer e mesmo a possibilidade de se dizer o irrealizado, o arquivo repousa sobre o realizado, menos sobre o que pode e muito mais sobre o que deve ser dito. No arquivo há, assim, um efeito de fechamento. Se o interdiscurso se estrutura pelo esquecimento, o arquivo é o que não se esquece (ou o que não se deve esquecer). (ORLANDI, 2003, p. 15).

Note-se, portanto, que a memória institucionalizada nos arquivos, segundo a autora, funciona como a metáfora do documento que garante o que deve ser dito, enquanto que o interdiscurso, ou memória discursiva, está ligado à condição para que os discursos sejam postos em movimento. Dessa perspectiva, se o arquivo impõe dizeres, o interdiscurso permite dizeres.

O conceito de arquivo formulado por Foucault (2008) parece mais produtivo do ponto de vista das análises. Diante disso, levaremos em conta que o discurso do jornal Folha de S. Paulo, ao colocar em circulação suas matérias, obedece às regras do arquivo. Os discursos veiculados estão sob um sistema geral de formação e transformação de enunciados que muda de acordo com o momento histórico, podendo mudar, se renovar, se deslocar ou mesmo deixar de existir.

5. O MASSACRE DE ELDORADO DE CARAJÁS: O REGIME DE PRODUÇÃO DISCURSIVA NA FOLHA DE S. PAULO

5.1 O trabalho metodológico de aproximação e organização dos dados

Como um modo de aproximação do corpus e de explicitação da forma de organização dos dados, faremos, inicialmente, breves considerações sobre o suporte midiático a que recorremos em nossa pesquisa, ainda que sem a pretensão de esgotar nossa discussão sobre ele.

Partiremos das considerações feitas por Souza (2005) sobre a Folha de S. Paulo. Segundo a autora, o jornal surge no Brasil no ano de 1921 com o nome de Folha da Noite, sob propriedade de Olival da Costa e Pedro Cunha. O jornal segue dessa data até a década de 1940 com um perfil agrário-burguês. Dessa data em diante adquire um perfil urbano-industrial e segue mudando de acordo com as condições político-econômicas do país, sempre mantendo seus vínculos de interesses com as elites, uma vez que, segundo Souza (2005), seus donos sempre estiveram ligados ou pertencentes ao estrato social de classe dominante.

Mas as mudanças que nos interessam aqui são, sobretudo, as que se deram na década de 1980. Foi nessa década que o jornal “vislumbrou a possibilidade de dar um salto na história e tornar-se o veículo impresso mais influente do Brasil. As bases para essa mudança estavam asseguradas pelo sucesso da estratégia do jornal em se aliar ao *Movimento das Diretas Já!*” (NOVELLI, 2002 apud SOUZA, 2005, p. 9). Com uma nova formulação editorial em apoio às *Diretas Já!*, o grupo Folha se destaca dos demais jornais brasileiros, uma vez que esses, apoiadores da ditadura militar, se mostravam céticos em relação às propostas de redemocratização do país. Assim, com a notoriedade advinda do apoio às Diretas, o jornal se tornou referência de editorial para os demais veículos de notícias em todo o Brasil.

As mudanças seguiram nas décadas de 1990, mas agora interessados em inserir o jornalismo como veículo de comunicação numa lógica de mercado. Já no final dessa década, a empresa implementou um rigor técnico à notícia, rompendo, assim, com a ideia de um jornalismo tradicional e dando uma nova roupagem a esse veículo midiático. Dentre as várias mudanças que ocorreram, Souza (2005) destaca duas: uma, que diz respeito a maior abertura para publicidades e para o entretenimento, e, outra, desta derivada, que foi a elevação da notícia a status de produto.

Pode-se dizer que o grupo Folha é, hoje, a maior empresa de jornalismo impresso do Brasil, tendo estendido seus negócios para o mercado on-line, com página na internet, Facebook e um canal de Tv no Youtube. Assim, com exceção do telejornal no Brasil, pode-se dizer que o jornal Folha de S. Paulo é a empresa jornalística que atinge o maior número de leitores, alcançando grande prestígio para alguns setores da sociedade. Mas, segundo Novelli (2002 apud SOUZA, 2005), mudanças ocorridas neste jornal não contribuíram efetivamente para a qualidade da notícia veiculada, pois do ponto de vista de uma atividade jornalística crítica e descompromissada com os ideais do mercado, o que se observa é o comprometimento da empresa com lucros e com os posicionamentos neoliberais.

De acordo com o autor, o jornal Folha de S. Paulo, ao retratar em suas notícias os acontecimentos do dia-a-dia, o faz sob interesses que levam em conta seus posicionamentos mercadológicos, seus lucros e os espaços vendidos às propagandas presentes em suas páginas. De modo que ao pregar seu desprendimento com posições políticas e ideológicas, sob o signo da imparcialidade, o que se vê é justamente o contrário, já que funciona com uma empresa em busca de lucratividade.

5.1.1 O corpus da pesquisa

O interesse pelo discurso veiculado sobre o Massacre de Eldorado nos levou à decisão de estudá-lo a partir das reportagens que a mídia nacional dispunha sobre esse ocorrido. Logo após uma pesquisa rápida na internet, verificamos que havia muitos trabalhos acadêmicos que já tinham empreendido pesquisas sobre o Massacre de Eldorado do Carajás, embora muitos deles não estivessem interessados em adotar análises de abordagem discursiva.

Situados na perspectiva discursiva, decidimos, no início da pesquisa, compor um *corpus* formado de notícias circuladas em dois jornais, que seriam os jornais Folha de S. Paulo e O Liberal, este último sediado na capital do Estado do Pará, Belém, portanto, com circulação estadual. A intenção era cotejar os discursos que tomavam como objeto o Massacre em um jornal de circulação nacional e outro de circulação estadual. Mas à medida que a pesquisa foi se desenvolvendo constatamos que o empreendimento seria impossível, considerando o tempo disponível para a realização de uma pesquisa num curso de Mestrado.

Assim, decidimos que nossa proposta de pesquisa seria realizada com um corpus composto de matérias de um único jornal, razão pela qual decidimos trabalhar com o jornal Folha de S. Paulo, orientado pelo critério de que este jornal poderia veicular matérias que cobrissem diferentes estados, circulando, nacionalmente, diferentes discursos sobre o Massacre de Eldorado do Carajás. Apesar dessa mudança em relação aos jornais de circulação dos

discursos sobre o Massacre, mantivemos nossa pergunta de pesquisa inicial: Como se configura, discursivamente, na Folha de S. Paulo o trabalho de produção de uma memória do Massacre de Eldorado do Carajás? Com o intuito de responder a tal questão, iniciamos o processo de composição dos dados, selecionando reportagens on line produzidas pela Folha de S. Paulo, tendo o Massacre de Eldorados do Carajás, se não como tema principal da matéria, mas como tema desencadeador de discursos sobre o MST, sobre a política agrária no país, cujo debate se intensifica a partir do Massacre; sobre a polarização discursiva em torno das ações do MST, na luta pela terra etc.

As primeiras reportagens foram buscadas a partir da palavra-chave Massacre e Eldorado do Carajás. Esta busca inicial nos levou ao sitio do próprio jornal Folha de S. Paulo onde encontramos o arquivo: *acervo.folha.uol.com.br*, disponibilizado para consultas de todas as edições do jornal – desde a sua primeira publicação, em 1921, aos dias atuais.

A partir de então, tomamos como marco temporal para composição do corpus o próprio acontecimento histórico que geraria os discursos que nos interessariam: o Massacre de Eldorado do Carajás. Assim, numa primeira tentativa de recorte dos dados, selecionamos todas as matérias que versavam sobre o Massacre de Eldorado, compreendidas entre o ano 1996 e o ano 2006, cobrindo, portanto, dez anos de publicação. Esta temporalidade de dez anos se orientou não por um critério quantitativo, mas qualitativo, uma vez que este recorte poderia nos ajudar a perceber como em um espaço de dez anos a memória do Massacre de Eldorado do Carajás seria mobilizada por este jornal. No percurso de aproximação do objeto, que, na verdade, já se constitui uma espécie de primeiras incursões analíticas, selecionamos dez matérias, publicadas a cada mês de abril, por identificarmos que, como o mês de abril (mês em que ocorreu o Massacre) se tornou o chamado “mês de luta” do MST ou “Abril Vermelho”, este marco discursivo favoreceria a veiculação de matérias voltadas especificamente ao Massacre ou ao MST.

A seleção das dez reportagens se orientou por serem reportagens que cobrem as manifestações do MST em protestos, ocupações e passeatas que relembram o Massacre em Eldorado. Nossa hipótese é que a veiculação de matérias sobre diferentes momentos de atuação do MST, todas elas ligadas à disputa pela posse da terra, favoreceria apreensão dos modos de funcionamento de uma “prática discursiva” do jornal acerca das ações do MST no país.

O jornal cobriu o Massacre de trabalhadores logo após o acontecimento e seguiu na cobertura dos desfechos decorrido deste acontecimento, quais sejam: apuração da quantidade de mortes; as justificativas das autoridades em relação ao ocorrido e providência a serem

tomadas; as falas das famílias atingidas; o julgamento dos policiais e do comandante envolvidos no Massacre, anos depois, etc.

No quadro abaixo, segue os títulos de todas as matérias que são parte de nosso *corpus*. Com isso, pretendemos apresentar o recorte que fizemos, de um *corpus* mais amplo, e que será objeto de nossas análises.

Quadro 1 – Títulos das reportagens analisadas

Reportagem nº	Títulos das Matérias	Ano
1	Conflito mata pelo menos 19 no PA	18/04/1996
2	Massacre de sem-terra é o maior	19/04/1996
3	Três Poderes vão tentar agilizar a reforma agrária	20/04/1996
4	FHC diz que o governo não pode fazer tudo	20/04/1996
5	Massacre, Terra e Lei	17/04/1997
6	FHC critica invasões a terras produtivas	14/04/1999
7	Verba não suspende abril vermelho, diz Stedile	16/04/2004
8	Governo de Minas critica ‘tranquilidade’ de Lula com invasões	17/04/2004
9	‘Ainda somos pacíficos’, diz líder do MST	01/04/2004
10	Sobreviventes de Carajás carregam sequelas	16/04/2006

Agrupamos as reportagens considerando três temas enunciativos que as reúnem num espaço de tempo: i) A transformação do acontecimento histórico (Massacre) em acontecimento discursivo; ii) A mobilização de esferas políticas (governo federal, governo estadual, Câmara de Deputados, Senado Federal) sobre a questão agrária no país; iii) construção dos processos de criminalização das ações do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra: do governo FHC ao governo Lula. A percepção desses temas oferecidos pelas próprias práticas discursivas do jornal nos orientou a analisar as reportagens por “blocos enunciativos”, uma vez que os sentidos são também fruto das condições discursivas em que foram formulados.

O conceito de arquivo formulado por Foucault (2008) foi produtivo para compreendermos com a memória/arquivo de um fato histórico se inscreve num regime de controle de discursos, ou seja, como uma prática discursiva se estrutura a partir de formulações

e reformulações, considerando as disputas ideológicas que se travam na sociedade, de modo que a mídia organiza e distribui estes discursos de acordo com sua posição ideológica.

5. 2 O Massacre: a discursividade de um acontecimento histórico

Segundo Pêcheux (1990), quando a ordem da repetibilidade na discursividade dos fatos são rompidas, instaura-se aí um Acontecimento Discursivo. Assim, veremos nesse tópico como o fato histórico entra na rede de sentidos como Massacre de Eldorado e vai sendo reformulada ao longo da história e da perspectiva ideológica da imprensa.

Para efeito didático, Souza (2005) dividiu a trajetória do MST em três momentos. O primeiro deles se classifica por uma luta não organizada com ocupações pontuais em alguns lugares do país. Vale destacar que esse período se deu nos anos de crise da ditadura brasileira, que compreende os finais dos anos de 1970 e começo dos anos de 1980. A partir de 1984/85, cria-se um movimento unificado em nível nacional, quando se inicia uma segunda fase na história deste movimento social. No governo de José Sarney ocorre o lançamento do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e a questão agrária passa a ser tratada no Congresso Constituinte. É nessa época que se dá o crescimento do número de assentamentos e o incipiente interesse do Estado brasileiro em integrar à agenda do país a Reforma Agrária, como uma tímida reação do Estado às ações do MST. No entanto, este aparente interesse por Reforma Agrária, segundo Souza (2005, p. 25): “[...] praticamente não extrapola o nível das propostas e “boas intenções”. Durante esse período nada de concreto acontece em prol da questão agrária no Brasil.

O período dos governos Fernando Collor/Itamar Franco corresponde ao terceiro momento caracterizado pela intensificação das ocupações do MST e dos números de desapropriações ocorridas em todo Brasil. A partir desse momento, e com a posterior eleição de Fernando Henrique Cardoso para presidência, acontece a consolidação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra, bem como um intenso diálogo desse movimento com a grande mídia brasileira e internacional.

É nessa terceira fase que acontece o Massacre dos trabalhadores rurais em Eldorado do Carajás, tornado notícia nas páginas dos jornais já com o título de Massacre de Eldorado do Carajás. Essa nomeação já é fruto de uma discursivização do fato empírico em si que vai se tornando fato histórico. O acúmulo de discursos sobre os conflitos de terras enunciados por várias instâncias sociais no Brasil, em diferentes momentos históricos, é que possibilita que o

jornal Folha de S. Paulo, assim como outras mídias, trabalhe no discurso a designação de Massacre para o fato ocorrido.

Conforme já contextualizamos no capítulo 2, no dia 17 de Abril de 1996, sob a ordem do Governo do Estado para desobstruir a rodovia PA 150, deu-se o confronto entre os trabalhadores rurais sem terra e a Polícia Militar do Pará, resultando na morte de 19 trabalhadores.

Os discursos veiculados sobre o massacre, apesar de noticiarem um fato novo, não são inaugurais, uma vez que emergem já filiados a redes discursivas – já-ditos – inscritas em uma Formação Discursiva que, por uma relação de identificação, permitem certos discursos e impedem outros, obedecendo a um sistema de formação e de transformação de enunciados, tal como nos fala Foucault (2008), ao tratar do arquivo enquanto “uma prática que faz surgir uma multiplicidade de enunciados como tantos acontecimento regulares, como tantas coisas oferecidas ao tratamento e à manipulação” (FOUCAULT, 2008, p. 150). É nesta percepção do autor que pretendemos captar a produtividade do *enunciado-acontecimento*, na sua emergência enunciativa.

A primeira referência que a Folha de S. Paulo faz ao que vai nomeado de Massacre de Eldorado, ocorre no dia 18 de abril de 1996, portanto, no dia seguinte ao fato/acontecimento histórico.

Reportagem 1

São Paulo, quinta-feira, 18 de abril de 1996

DIRETOR DE REDAÇÃO: OTAVIO FRIAS FILHO • UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL • ALAMEDA BARÃO DE LIMEIRA, 425 • ANO 76 • Nº 24.487 • R\$ 1,00

Policiais se chocam com sem-terra em desocupação de estrada; mortos podem chegar a 60, segundo líderes dos agricultores

Conflito mata pelo menos 19 no PA

<p>Confronto entre Polícia Militar e sem-terra em Eldorado de Carajás (oeste do Pará) deixou pelo menos 19 mortos, segundo o governo do Estado.</p> <p>Para líderes dos trabalhadores rurais, as mortes são cerca de 60. Hospital da vizinha Curionópolis diz ter recebido 18 sem-terra mortos.</p>	<p>“Os corpos têm várias perfurações de bala, inclusive na cabeça”, disse um médico.</p> <p>O confronto ocorreu quando 200 policiais tentavam liberar a rodovia PA-150, interditada por 3.500 sem-terra.</p> <p>Segundo o governo, os policiais foram recebidos a tiros. Os sem-terra negam. Pág. 1-8</p>
--	---

<http://acervo.folha.com.br/fsp/1996/04/18/2/>

Até mesmo nos jornais da região foram poucas as informações que circularam no dia seguinte ao ocorrido, sobretudo no que concerne ao número exato de mortes. Por isso mesmo, como se pode ver, o resumo da reportagem traz informações ainda bastante imprecisas sobre o fato. A partir dos enunciados discursivos presentes no resumo da matéria, o jornal ainda não anuncia em suas manchetes os números de mortes decorrentes do confronto. Assim vejamos na sequência abaixo, extraídas da reportagem 1:

Mortes podem chegar a 60, segundo líderes dos agricultores
Conflito mata pelo menos 19 no PA

Os modalizadores - “mortos podem chegar a 60”; Conflito mata pelo menos 19 no PA - evidenciam a posição imprecisa do jornal ao anunciar dados referentes à quantidade de mortos. Esta imprecisão, no entanto, vai adquirindo contornos discursivos heterogêneos no corpo do texto, ao serem assumidos por diferentes enunciadorees. Este modo de acontecimento discursivo do jornal coloca em cena uma polêmica que, se olhada da perspectiva das condições e relações históricas dos sujeitos que o jornal coloca na cena enunciativa, é possível apreender aí a organização de uma materialidade discursiva que agencia muito mais do que uma discordância sobre números de mortos. Assim vejamos:

Confronto entre Polícia Militar e sem-terra em Eldorado de Carajás (Oeste do Pará) deixou pelo menos 19 mortos, segundo o governo do Estado.

Para líderes dos trabalhadores rurais, as mortes são cerca de 60.

Hospital da vizinha Curionópolis diz ter recebido 18 sem-terra mortos

Os enunciados que fazem referência ao número de mortos não são expostos pelo jornal de forma aleatória ou com o único interesse de se chegar à precisão dos dados. Antes, o que passa a ser gestado pela imprensa é a disputa de uma suposta verdade no mundo ou de uma vontade de verdade (FOUCAULT, 2008), presente nas diferentes formações discursivas em combate: a formação discursiva Estado; a formação discursiva do MST e a da medicina representada pela voz médica.

Esse modo construção de posições discursivas corresponde a um modo de gestar a memória de um fato histórico na sua passagem para um fato discursivo, na medida em que o discurso sobre o massacre vai adquirindo espessura discursiva. Além de colocar em cena os sujeitos da disputa política, sob o manto de uma polêmica que se esteia na objetividade de números, o jornal também constrói referências sobre o próprio fato, através do recurso da nominalização, da vontade de fazer corresponder as palavras às coisas no mundo, num gesto de produção de verdades:

Conflito mata pelo menos 19 no PA

O confronto ocorreu quando 200 policiais tentavam liberar a rodovia PA-150

No discurso da imprensa o fato ocorrido entre sem-terra e polícia do Estado do Pará é nomeado, ora de “conflito”, ora de “confronto”, enquanto termos intercambiáveis. Esta nomeação, que numa leitura para além da superfície linguística revela um trabalho de estabilização de sentidos, sofre, no processo de discursividade do acontecimento histórico, uma mexida nas redes de significação quando o MST e outras organizações sociais a ele aliadas, passam a nomear o ocorrido como Massacre e não como confronto ou conflito, de modo que alguns jornais, sobretudo os jornais locais, passam por um processo de oscilação quanto à nomeação do fato: ora o nomeiam como conflito, ora como massacre. Outros jornais firmam a nomeação em Massacre (Cf. SENA, 2014).

Além da nomeação do fato em si, outros enunciados vão conformando o todo enuntiativo da imprensa, em que o dito aciona o não- dito como retorno aos mesmos espaços discursivos, articulando, na opacidade, a voz médica de um lado e de outro a voz política (Estado X MST), produzindo o efeito da polarização:

‘Os corpos têm várias perfurações de bala, inclusive na cabeça’, disse um médico.

O confronto correu quando 200 policiais tentavam liberar a rodovia PA 150, interditada por 3.500 sem-terra.

Segundo o governo, os policiais foram recebidos a tiro. Os sem - terra negam.

Se olharmos para a materialidade discursiva, particularmente para o trabalho argumentativo em que a opacidade do discurso se inscreve na história, é possível apreender nas circunstâncias imediatas da enunciação a inscrição dessa materialidade numa memória em que repousa o funcionamento discursivo do processo argumentativo.

Assim, é interessante acompanhar, no rearranjo da ordem significativa, a construção de um trajeto que produz deslizamentos de sentidos de um enunciado a outro. Retomando os três enunciados imediatamente acima, extraídos do resumo de reportagem, vejam que a polêmica instaurada, agora, não tem mais o número de mortos como objeto do discurso. O objeto do discurso se desloca para a qualificação do ato, e para a responsabilização das partes envolvidas no acontecimento histórico. Temos, portanto, o discurso da medicina oferecendo o laudo médico e produzindo a visibilidade dos corpos: diz da perfuração dos corpos, atingindo, inclusive a cabeça, o que viria a dar sustentação a discursos futuros de que os trabalhadores foram mortos à “queima-roupa” pelos policiais armados, sem condições de defesa.

No entanto, neste aparente jogo de mostrar versão dos fatos, outros enunciados se sobrepõem, expondo-se num degrau superior do plano da formulação (intradiscurso), numa relação constitutiva com o interdiscurso que define sua objetividade material contraditória (ORLANDI, 1998). Assim, o segundo enunciado restringe o foco à temporalidade do ato (quando o fato correu); o terceiro . introduzido pelo discurso do governo do estado, traz o tom da acusação de que foi o MST que recebeu os policiais a tiros. O discurso do MST, por sua vez, nem chega a ser formulado pela mídia, pois adentra o espaço discursivo da mídia apenas como a negação da acusação.

Como sabemos que o sujeito é um lugar de significação historicamente constituído pelas posições que ocupa, é preciso apreender como esta temporalidade se inscreve numa ordem discursiva, com espessura política. Olhando para a materialidade discursiva, podemos, por uma relação parafrásticas, captar gestos de interpretação de como o discurso da imprensa constroi sua objetividade contraditória, num arranjo de significantes que pelo modo como estão dispostos produzem valores comparativos, pontos de vista, filiações ideológicas inscritas no jogo da argumentação.

Cada um dos dois enunciados se apresentam elididos por um jogo comparativo entre a quantidade de policiais *vs.* quantidade de Sem-Terra, evidenciando o desequilíbrio quantitativo de policias (200) em relação à quantidade de Sem Terra presentes na pista (3.500). Além desse sentido de comparação quantitativa, a forma verbal que define a ação dos policiais (**liberar**) distenciona a ação destes sujeitos, ao passo que a ação verbal referida a ação dos Sem-Terra (**interditar**) produz sentido radicalmente oposto, desenha uma imagem negativa de sujeitos que impedem alguém de fazer algo, ir e vir, por exemplo. Além destas dicotomias produtoras de imagens positivas e negativas, tem-se a voz incidiadora do Estado construindo verdades (**os policiais foram recebidos a tiro**) e apenas a negação do outro (os Sem-Terra negam), numa relação desigual com o dizer. Um dos polos do debate detém a verdade sobre os fatos, o outro

tem a possibilidade de apenas negar os fatos, defender-se, uma vez que não lhe é dada a possibilidade de, também, construir sentidos outros sobre os fatos. Assim, só lhe resta negar.

Como já referimos no início da análise, embora a reportagem seja inaugural enquanto circulação jornalística sobre o acontecimento/fato histórico, ela não é inaugural do ponto de vista do acontecimento discursivo, pois a posição discursiva da imprensa não desliza para sentidos novos, mas reafirma sua posição e sua filiação ideológica. Ela trabalha no domínio da organização do dizer, mas não afeta a ordem discursiva com deslocamentos de sentidos numa nova ordem.

Interessa-nos, nas análises seguintes, apreender esse funcionamento de gestão da memória deste acontecimento e como a imprensa vai inscrevendo-o de diferentes maneiras em uma memória discursiva. Como nos diz Foucault (1997): “Uma formação discursiva será individualizada se se puder definir o sistema de formação de diferentes estratégias que nela se desenrolam; em outros termos, se se puder mostrar como todas derivam (malgrado sua diversidade por vezes extrema, malgrado sua dispersão no tempo) de um mesmo jogo de relação”.(FOUCAULT, 1997, p. 75). Nesse sentido, não temos a ilusão de que há uma origem onde se forja a identidade, posto que o que é possível apreender é a dispersão, os deslocamentos, as derivas, enfim, o que o discurso silencia ou põe em evidência nos distanciamentos ou nas aproximações com outros discursos.

Conforme Sena (2014), referindo-se a Brandão (1998), há um “apagamento” do sujeito que enuncia, dando a ilusão de que o jornal lida com os fatos de modo transparente, sem tomar posição sobre eles; daí o “efeito” de objetividade e imparcialidade. Isso fica evidente quando a matéria recorre a: “Segundo o governo...” e “Os sem-terra negam.” Ao “dar voz” às partes na superfície textual produz-se o efeito da imparcialidade, o que para a Análise do Discurso não procede, uma vez que os sujeitos sempre enunciam de um lugar ideológico.

Indursky (2003) afirma que quando o jornal criminaliza as ações do MST a partir desse discurso jurídico, ele assume uma “posição-sujeito” que dialoga com a “posição-sujeito” dos grandes proprietários rurais. Portanto, a FD de onde enuncia o jornal Folha de S. Paulo guarda relações com a FD dos donos de terras/latifundiários, pois ambos recorrem a um Estado de direito embasados em uma ética conservadora no tocante ao direito de propriedade. Nesse sentido é que na reportagem 1 recorre-se às instâncias representativas do poder desse Estado, como a “Polícia Militar” e o “governo” do estado do Pará a fim de amparar-se no discurso da legalidade.

Podemos dizer que saberes discursivos arquivados na sociedade brasileira referente à posse da terra remetem à Lei de Terras de 1850, primeiro documento legal que restringiu o

direito à aquisição da terra. Essa lei transformou as terras devolutas em propriedade do Estado, de modo que sua posse só se daria por meio de leilões com pagamentos à vista. Isso limitou a obtenção de terras a um pequeno grupo de pessoas de grande poder aquisitivo. A partir de então, a terra passa a ser uma mercadoria e para obtê-la deve-se submeter a trâmites legais (STEDILE, 2012). É a partir dessa discursivização que vem se dando em torno das garantias legais ao direito de propriedade que a FD dos proprietários rurais mobiliza discursos em defesa da propriedade privada, bem como criminaliza toda e qualquer ação do MST, em relação à cupação da terra.

Na reportagem que segue (Reportagem 2), o conflito em Eldorado do Carajás vem estampado na primeira capa do jornal Folha de S. Paulo, na seção intitulada de primeiro caderno, cujas páginas são em sua maioria dedicadas ao Massacre. Nessa matéria, veremos como o discurso da mídia, apesar de manter sentidos de criminalização das ações dos Sem-Terra, enuncia-o num “tom” diferente da que vimos na reportagem 1.

Reportagem 2

São Paulo, sexta-feira, 19 de abril de 1996
DIRETOR DE REDAÇÃO: OTAVIO FRIAS FILHO *** UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL * ALAMEDA BARÃO DE LIMEIRA, 425 * ANO 26 * Nº 24.188 * R\$ 1,00

Massacre de sem-terra é o maior

☆ *As 19 mortes no Pará são recorde no país, segundo a Pastoral da Terra*

☆ *Corpos mostram tiros pelas costas; FHC diz que ação é “injustificável”*

O confronto que matou pelo menos 19 sem-terra em Eldorado de Carajás (PA) é o maior do país envolvendo agricultores, segundo a Comissão Pastoral da Terra, da Igreja Católica. Outros 41 sem-terra, incluindo mulheres e crianças, e 4 policiais militares ficaram feridos. O conflito ocorreu anteontem, quando 200 PMs tentaram liberar a rodovia PA 150, bloqueada por 1.200 trabalhadores rurais.

O governador Almir Gabriel (PSDB) disse que a PM foi recebida “agressivamente” por sem-terra armados com revólveres e fuzis, mas atribuiu o desfecho a precipitação de um dos comandantes da ação, o coronel Mário Pantoja “Flepartiu para cima”, afirmou Pantoja toralastado.



⁷O confronto que matou pelo menos 19 sem-terra em Eldorado de Carajás (PA) é o maior do país envolvendo agricultores, segundo a Comissão Pastoral da Terra da Igreja Católica. Outros 41 sem-terra, incluindo mulheres e crianças, e 4 policiais militares ficaram feridos. O conflito ocorreu anteontem, quando 200 PMs tentaram liberar a rodovia PA 150, por 1.200 trabalhadores rurais. (FSP, 19/04/1996, p. 1)
O governador Almir Gabriel (PSDB) disse que a PM foi recebida “agressivamente” por sem-terra armados com revólveres e fuzis, mas atribui o desfecho a precipitação de um dos comandantes da ação, o coronel Mário Pantoja. “Ele partiu para cima” afirmou Pantoja [palavra incompreensível]. (FSP, 19/04/1996, p. 1)

Se na reportagem 1, há dúvidas quanto aos números de assassinatos e de sem-terra presentes no bloqueio da rodovia, na reportagem 2 as dúvidas são dirimidas e a mídia nacional começa a enunciar o ocorrido como um Massacre, amparando-se em vozes de movimentos sociais do campo. Começamos pelo título da reportagem:

Massacre de sem-terra é o maior

No título temos um rearranjo no nível do significante produzido pela designação “Massacre”, o que produz mudanças no significante, uma vez que na reportagem anterior (1), o jornal designou o ocorrido, ora de “conflito” ora de “confronto”. Essas marcas discursivas – conflito e confronto – são comumente utilizadas para referir-se a episódios que se deram entre Polícia e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), antes do acontecimento histórico em Eldorado do Carajás. Por exemplo, abaixo alguns enunciados da Folha de S. Paulo relacionados a conflitos entre trabalhadores rurais e Estado:

Proprietários de terras do Pontal do Paranapanema enviaram ao governo estadual na semana passada uma proposta para tentar pôr fim aos conflitos fundiários da região (FSP, 03/06/1991, p. 1-6).

Confronto agrava crise no pontal (FSP, 08/02/1993, p. 2).

É a partir da reportagem 2 que a Folha, entre outros jornais⁸, traz na materialidade dos discursos uma rede de repetição e de regularização complexa: de um lado os Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra trabalham com o sentido negativo da palavra “massacre”,

⁷ Os excertos em recuo foram reproduzidos por nós para facilitar a leitura da reportagem, uma vez que a reprodução do texto do jornal não está totalmente legível.

⁸ Por exemplo, o jornal Opinião, de circulação regional, sediado em Marabá-PA, cidade vizinha de Eldorado de Carajás, publica no dia 19 de abril de 1996, dois dias após o fato, uma reportagem com a seguinte manchete: “Massacre! No dia 26 de abril, circula a manchete: “Massacre em Eldorado” e no dia 18 de maio de 1996: “Manifestação marca um mês no Massacre”.

restabelecendo nesta materialidade toda uma rede de implícitos que ultrapassam o fato empírico e se filia aos discursos sobre violência no campo. Por outro lado, o jornal passa a utilizar a palavra massacre enquanto um trabalho de ajuste e naturalização de sentidos, situado ao mesmo nível de conflitos, naturalizando sentidos. É certo, como afirma Pêcheux (1999, p. 52), retomando hipóteses de P. Achard, que os implícitos, nos discurso, se apresentam “ausentes por sua presença”, sob a forma da repetição, sob o efeito de uma regularização. No entanto, adverte Pêcheux (1999), ainda sob as hipóteses de Achard:

[...] essa regularização discursiva, que tende assim a formar a lei da série do legível, é sempre suscetível de ruir sob o peso do acontecimento discursivo novo, que vem perturbar a memória: a memória tende a absover o acontecimento, como uma série matemática prolonga-se conjeturando o termo seguinte em vista do começo da série, mas o acontecimento discursivo, provocando interrupção, pode desmanchar essa “regularização” e produzir retrospectivamente uma outra série sob a primeira, desmascarar o aparecimento de uma nova série que não estava constituída enquanto tal e que é assim o produto do acontecimento; o acontecimento, no caso, desloca e desregula os implícitos associados ao sistema de regulação anterior (PÊCHEUX, 1999, p. 52)

A discursivização que se dará na imprensa sobre esse acontecimento incide ao mesmo tempo sobre a atualização e estabilização de sentidos em torno da palavra “massacre”, produzindo o efeito de uma espécie de acomodação ou “domesticação” de sentidos. Ao referir-se ao Massacre de Eldorado como o maior, o discurso aciona, por comparação, uma memória discursiva na qual se inscrevem outros acontecimentos e toda a discursividade sobre eles, inclusive veiculados na própria Folha de S. Paulo, como se pode constatar no enunciado a seguir.

O massacre do Carandiru divide leitores (FSP, 11/10/1992, p. 1-6).

A reportagem 2 apresenta as vozes enunciativas da Comissão Pastoral da Terra (CPT), do então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso (FHC) e do governador do Estado, Almir Gabriel. As duas primeiras declarações institucionais são colocadas simetricamente, contra o Massacre dos sem-terra: a CPT classificou o confronto “como o maior do Brasil envolvendo Agricultores”, já o Presidente como “injustificável”. A terceira voz, do governador do estado do Pará, atribui a tragédia à “agressividade” com a qual os policiais foram recebidos. As três vozes enunciam de seus lugares institucionais, de modo que, ao selecionar cada enunciação, o jornal delimita posições em relação ao fato no mundo. Nesse jogo de heterogeneidades discursivas, o discurso do jornal produz a imagem da imparcialidade ou da fidelidade aos fatos.

Cabe destacar que tanto o discurso de FHC quanto o do governador do Estado Almir Gabriel, embora falem de uma mesma formação discursiva (PSDB), na distribuição das hierarquias sociais, apresentam desacordos sobre o fato. O discurso de FHC se apresenta como o que não admite a violência expressa na morte de 19 trabalhadores e o de Almir Gabriel na defesa de seus policiais em oposição à “agressividade” dos Sem-Terra. O jornal trabalha esta heterogeneidade discursiva, delimitando posições políticas e ideológicas.

A reportagem 3 que segue abaixo foi publicada no dia 20/04/1996, no primeiro caderno na seção **brasil**, três dias após o episódio de Eldorado do Carajás. O texto faz considerações sobre o que teria dito o presidente Fernando Henrique Cardoso sobre o ocorrido, passando pelo tema da política agrária para o país.

Reportagem 3

1 ■ 4 brasil sábado, 20 de abril de 1996

FOLHA DE S. PAULO

REAÇÃO *FHC vai pedir para apressar projetos que facilitam desapropriações*

Três Poderes vão tentar agilizar a reforma agrária

MARTA SALOMON
AUGUSTO GAZIR

da Sucursal de Brasília

O destino da reforma agrária no país vai reunir os três Poderes da República na segunda-feira, 22.

O presidente Fernando Henrique Cardoso pretende dividir responsabilidades no combate à violência no campo e no ritmo do assentamento dos sem-terra.

A resposta ao confronto de quarta-feira em Eldorado do Carajás, no Pará, deveria ser produzida num esforço conjunto do Executivo, da Justiça e do Congresso, avaliou Fernando Henrique.

Os presidentes do STJ (supremo Tribunal Federal), Sepúlveda Pertence, da Câmara, Luis Eduardo (PTB-BR) e do Senado, José Sarney (PMDB-AP), foram convidados para a reunião no Planalto.

Sepúlveda ouviu um apelo para que apresse os processos de desapropriação de terra emperrados na Justiça. Sarney e Luis Eduardo serão chamados a apressar a votação de dois projetos de leis.



Na materialidade do discurso, as cruzes e a inscrição: “Massacre no campo”, em cor branca sobre um fundo preto remete não à luta dos trabalhadores, mas ao sentido cristão da morte. Dois enunciados fazem a chamada da matéria: o primeiro é nomeado pela jornal de Reação (“FHC vai pedir para apressar projetos que facilitam desapropriações”) e o segundo, tratando-se do título da reportagem (Três Poderes vão tentar agilizar a Refrma Agrária), anuncia a ação articulada dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, para resolver a problemática da questão agrária no país, cujo efeito de sentido e o de uma “força-tarefa” empreendida pelo Governo Federal para resolver o problema agrário. Como se pode depreender dessa discursividade, os dois enunciados convergem para a produção da imagem positiva do governo FHC, ou seja, a imagem de um governo que reage de forma imediata à problemática instaurada no país com a morte dos trabalhadores. Além disso, reúne forças políticas nas três esferas de poder para adotarem medidas necessárias à resolução do problema.

Em se tratando da imagem, segundo Courtine (2006 apud CAZARIN; RAZIA, 2014), numa análise discursiva que considere os textos vinculados na mídia, não se pode separar discursos verbais e não verbais, pois ambos “funcionam” produzindo sentidos. Nesse caso, as cruzes reforçam imagetivamente o clima taciturno com que a mídia nacional e internacional começou a tratar o ocorrido em Eldorado do Carajás, embora o MST tenha optado por simbolizar a morte do 19 trabalhadores Sem Terra, não com cruzes, mas com 19 troncos de castanheiras queimadas, implantados no local do Massacre, numa dupla simbolização da atividade castanheira como um dos ciclos de exploração econômica da região e a relação dos trabalhadores sem terra contra a exploração e a violência no campo. Assim, o sentido de morte preservado pela formação discursiva cristã, representado por cruzes, no discurso do MST, esburaca-se, desliza-se para a força da luta expressa nas castanheiras que também representam um momento da economia local e motivo de conflitos entre fazendeiros e trabalhadores, como vimos no primeiro capítulo deste trabalho.

5.3 A demanda do MST pela Reforma Agrária e a agenda política de FHC: um diálogo impertinente

Na reportagem publicada no dia 20/04/1996, na página 4 da seção **brasil**, portanto três dias após o Massacre, temos a seguinte matéria:

Reportagem 4

FHC diz que governo não pode fazer tudo

da Sucursal de Brasília

O presidente Fernando Henrique Cardoso disse a um grupo de parlamentares que "é preciso repartir as tarefas, não só da reforma agrária quanto da apuração dos delitos."

A afirmação foi feita pelo porta-voz da Presidência, Sergio Amaral, depois do encontro, realizado no Palácio do Planalto.

Durante a reunião, o líder do PSDB na Câmara, José Aníbal (SP), defendeu a formação de uma comissão suprapartidária para defender o assunto. Os parlamentares se dispuseram a criar uma "força tarefa" para acelerar a votação de projetos.

FHC disse ainda que "o Executivo não pode resolver tudo sozinho e que é preciso que haja um enten-

dimento sincero entre os partidos" para resolver a questão.

Segundo Sergio Amaral, o presidente afirmou que "está disposto a fazer tudo o que estiver ao seu alcance para pôr fim a essa situação de violência e impunidade".

Ele disse ainda que, se preciso, o governo vai repassar mais verbas, além da dotação orçamentária de R\$ 1,7 bilhão do Incra, para garantir o processo de reforma agrária e o assentamento de 60 mil famílias neste ano.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP), porta-voz da comissão, disse que "está para ver que ele (FHC) faça isso com o mesmo vigor e rapidez com que tratou a questão do socorro aos bancos".

A comissão levou ao presidente seis fotos tiradas por um fotógrafo que teve acesso ao IML (Instituto

Médico Legal) de Marabá, mostrando cadáveres de sem-terra.

FHC espalhou as fotos em sua mesa e ficou alguns instantes parado, observando-as. Ao final, exclamou: "Inaceitável!".

Ministro

O presidente afirmou aos parlamentares que "não tem compromisso com nome ou partido" para suceder Andrade Vieira no Ministério da Agricultura.

Suplicy sugeriu que o presidente acolhesse sugestões do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) para o ministério, pois, segundo ele, tem de ser um nome "com sensibilidade para a reforma agrária".

O senador elogiou o nome do ex-presidente do Incra, Francisco Graziano, para ocupar o cargo.

<http://acervo.folha.com.br/fsp/1996/04/20/2>

Segundo Michelotti (2009), muito embora já estivesse em curso um crescente número de assentamentos em todo o território nacional, fruto da luta pela terra em todo país, a pressão nacional e internacional que o governo de FHC sofre por causa do Massacre de Eldorado faz com que o número desses assentamentos aumente de maneira significativa. Esse autor dá destaque a dois períodos mais favoráveis na história da luta pela terra no Brasil e na região Norte. No primeiro, de 1987-88 há uma intensa luta pela terra que se dá por ocasião da

Constituinte. Já no segundo período, o crescente número de assentamentos se dá nos anos de 1996-1999. Nessa fase, o Massacre exerceu grande pressão para que o número de assentamentos se ampliasse.

Nesse sentido, a reportagem acima, publicada no dia 20 de abril de 1996, portanto, três dias após o Massacre, situa-se no último período mencionado pelo autor e refere-se às primeiras enunciações de FHC sobre uma agenda da Reforma Agrária no país. No entanto, o anúncio desta ação é materializado no discurso da imprensa sob a regulação de uma memória, através de retomadas, repetições, conflitos.

FH diz que governo não pode fazer tudo

Este enunciado tem como paráfrase outros enunciados que a Folha de S. Paulo dispõe no corpo da reportagem:

O presidente Fernando Henrique Cardoso disse a um grupo de parlamentares que “é preciso repartir as tarefas, não só da reforma agrária quanto da apuração dos delitos”.

[...] o líder do PSDB na Câmara, José Aníbal (SP), defendeu a formação de uma comissão suprapartidária para defender o assunto.

Os parlamentares se dispuseram a criar uma “força tarefa” para acelerar a votações de projetos.

FHC disse ainda que “o executivo não pode resolver tudo sozinho e que é preciso que haja um entendimento sincero entre os partidos” para resolver a questão.

Segundo Sérgio Amaral, “o presidente disse que está disposto a fazer tudo que estiver a seu alcance para pôr fim a esta situação de violência e impunidade”

Ele disse ainda que, se preciso, “o governo vai repassar mais verbas, além da dotação orçamentária de R\$ 1,7 bilhão do Incra, para garantir o processo de reforma agrária e o assentamento de 60 famílias neste ano.”

Como se vê, o discurso da Folha de S. Paulo reorganizou e distribuiu várias enunciações institucionais mobilizadas em torno da situação agrária que teve como seu ápice a morte dos 19 trabalhadores. No jogo da heterogeneidade discursiva, a imprensa coloca em foco não apenas a impossibilidade de o governo resolver sozinho os problemas agrários no país, mas, sobretudo, a imagem de um governo que convoca coesão das forças políticas partidárias, e até mesmo suprapartidárias, para enfrentar as demandas dos movimentos sociais sobre a reforma agrária no país e, sobretudo, na região amazônica, foco dos conflitos pela posse da terra. Todos os enunciados dispostos acima convergem para a constituição da imagem de um governo que busca o consenso, que está acima das polêmicas partidárias, que conclama a união de todos na resolução de um problema, que tem interesse em fazer reforma agrária. Vejam que, mais uma

vez, no jogo das hierarquias de poder, a voz do governo de Estado é silenciada. A força política do PSDB se agrega ao discurso de FHC e seu aliados partidários.

No entanto, como nenhum discurso se sustenta sem o seu outro que o constitui, a voz dissonante – embora não seja a voz preponderante “desenhada pelo jornal” - se apresenta no discurso de Eduardo Suplicy, então senador do PT (SP), nomeado pelo jornal de “porta- voz da comissão”. Ao mesmo tempo, o recurso adotado pela imprensa de trazer a voz do adversário político é também uma forma de construir uma imagem de imparcialidade do jornal, trazendo para a cena da imprensa o discurso de todos. Sabemos, no entanto, que o modo como o discurso do outro adentra o discurso “do um” é um modo eficaz de produção de sentidos, de imagens. Assim, a Folha, ao trazer a voz do então senador do PT, Eduardo Suplicy, expõe a cenografia que legitima seu dizer, ao mesmo tempo que o institui (MAINGUENEAU, 1997):

O senador Eduardo Suplicy, porta-voz da comissão, disse que “está para ver que ele (FHC) faça isso com o mesmo vigor e rapidez com que tratou a questão do socorro aos bancos.

Segundo Maingueneau (1997), num espaço discursivo estão em relação de concorrência, no mínimo, duas formações discursivas. No discurso em análise, uma das vozes que representa uma das formações é a do Presidente FHC que dá título à matéria: “...*governo não pode fazer tudo*”, apontando para a impossibilidade de o governo agir sozinho, tanto no que se refere à apuração das mortes no Massacre quanto a uma política de Reforma Agrária. A voz dissonante de Eduardo Suplicy coloca em dúvida a eficiência do Presidente Cardoso ao lidar com a questão. No entanto, no jogo de forças, o discurso de FHC, na mídia, se apresenta como i) o discurso da coesão política e supra partidária; ii) o discurso de um governo a favor de uma agenda da Reforma Agrária. Assim, o Massacre de Eldorado produz uma discursividade não apenas sobre o fato em si, mas abre possibilidades de novas interpelações do estado e faz reintroduzir a Reforma Agrária na agenda política do País. Aliás, os discursos sobre o Massacre abrem possibilidades de sentidos mais radicais do que a demanda por Reforma Agrária, se considerarmos o discurso de Suplicy citado pela Folha:

Suplicy sugeriu que o presidente acolhesse sugestões do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra)... pois, segundo ele, tem de ser um nome “com sensibilidade para a reforma agrária (...)

Neste discurso, Suplicy sugere que o MST seja ouvido por Fernando Henrique Cardoso, no sentido de sugerir o nome de figuras políticas para assumirem a pasta agrária do governo

FHC, considerando a experiência deste movimento com assuntos relacionados à questão agrária. Embora esse discurso não tenha eco na política governamental, explicita o jogo de forças políticas entre MST e governo FHC, naquele momento. Assim, o Massacre abre novos sentidos sobre a luta pela terra no país, coloca em cena vozes dissonantes e vozes aliadas sobre a política agrária, produz novos acontecimentos discursivos, novos modos de discursivizações (PÊCHEUX, 1990). Assim, o jornal vai gerindo a memória do Massacre na tensão política sobre a questão agrária no país, tema difícil de ser mobilizado no governo de Fernando Henrique Cardoso, embora a imagem consituída seja de um governo com disposição para agilizar a Reforma Agrária. No trabalho de agenciamento de sentidos pela imprensa, há deslocamentos de sentidos que favorecem a produção de sentidos novos, acontecimentos.

Na reportagem 5⁹, a seguir, publicada na Folha de S. Paulo no dia 17/04/1997, na sessão Opinião, analisaremos os discursos levando em conta os contextos imediato e mais amplo em que se coloca em debate a questão agrária no Brasil, um ano após o Massacre.

⁹ Essa matéria abre a sessão opinião e se apresenta como um editorial da mesma. Não traz a assinatura de nenhum jornalista responsável.

MASSACRE, TERRA E LEI

Está prevista para hoje a manifestação que encerra os dois meses da marcha dos sem-terra. O objetivo declarado do protesto é condenar a política agrária do governo e lembrar o massacre de 19 trabalhadores rurais pela Polícia Militar do Pará, ocorrido há um ano. O MST quer a lei para os criminosos de Eldorado de Carajás e negociar com o governo uma política mais ampla de assentamentos.

Lei e negociação são, de fato, as palavras fundamentais na crise agrária do país. Merece firme apoio a atitude do MST de cobrar Justiça. No caso de Eldorado de Carajás, é preocupante o andamento do processo. A deficiência técnica dos inquéritos pode comprometer a justiça do julgamento, quando ele chegar aos tribunais. Ademais, a sentença pode levar entre dois e seis anos para sair, o que é muito grave. Julgamentos que tardam em demasia estimulam a impunidade, vício nacional.

É elogiável também a intenção do MST de negociar. Mas o diálogo democrático tem certos pressupostos que não vêm sendo observados pelos sem-terra. Um deles é a lei. Não há

negociação possível quando uma das partes já decidiu arbitrariamente e de antemão que o Estado de Direito pode ser violado, como ocorre nas invasões de propriedade chamadas eufemisticamente de “ocupações”.

Outro dos pressupostos que os sem-terra devem levar em conta é o da realidade econômica. Como o presidente Fernando Henrique Cardoso observou, é preciso definir como vai ser paga a dívida social, da qual os lavradores sem propriedade também são credores, mas não os únicos. Será necessária uma dura negociação nacional para estabelecer quais são as prioridades do investimento público. Se os assentamentos devem ser multiplicados por cinco em 97, como quer o MST, alguém vai perder —cumprir tal meta custaria R\$ 20 bilhões, segundo FHC.

É auspicioso que o governo federal e os sem-terra venham anunciando a intenção de negociar. Mas é preciso que tenham em mente que o diálogo deve ser pautado pela racionalidade e pelo firme compromisso de cumprir a lei. A alternativa é o prolongamento da crise e mais violência.

<http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1997/04/17/2/>

A palavra “Massacre”, no título da matéria da Folha, já é parte da discursivização da problemática agrária do país, principalmente porque retoma as marchas dos Sem-Terra, um ano depois do Massacre. Aqui, no entanto, acrescentam-se ao Massacre, as palavras, terra e lei, produzindo uma nova mexida nas filiações da memória discursiva.

A reportagem se inicia afirmando que o motivo da marcha dos sem terra é protestar e condenar a política agrária de FHC e lembrar as mortes dos sem-terra de Eldorado. No jogo argumentativo, o discurso encena uma suposta adesão ao MST, quando relata que este cobra do

Estado a aplicação da lei na punição dos criminosos do Massacre e tenta negociar com o govorno a ampliação de uma política fundiária. O tom de adesão ao discurso do MST se explicita nos índices linguísticos “Merece firme apoio a atitude do MST”; “É elogiável a intenção do MST de negociar”. No entanto, no fio do discurso, um outro discurso irrompe e a imagem do MST se configura como “os fora da lei”. Esta imagem se materializa no enunciado: “mas o diálogo democrático tem certos pressupostos que não vêm sendo observados pelo MST. Um deles é a lei”. Na sequência, esta imagem de criminalização adquire corpo com as palavras ou expressões: “decidiu arbitariamente”; “estado de direito violado”; “invasões de propriedades chamadas eufemisticamente de ocupações”. Pelo operador argumentativo “mas”, o locutor faz intervir o simulacro do outro. Segundo Maingueneau (2008), o simulacro é uma tradução do discurso do Outro que “para constituir e preservar sua identidade no espaço discursivo, o discurso não pode haver-se com o Outro como tal, mas somente com o simulacro que dele constrói” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 100). Por isso, uma FD não leva em conta as motivações ideológicas de sua FD antagônica, mas lê esse Outro a partir de suas próprias motivações. A posição do locutor produz o simulacro da outra Formação Discursiva oposta, traduzindo o discurso dos movimentos sociais com as grades semânticas de sua formação discursiva.

Conforme Maingueneau (2008), o sujeito ignora o discurso do Outro, em virtude de uma *interincompreensão* que acontece quando um FD se reporta à outra FD. A *interincompreensão* aqui é uma característica da relação *polêmica* do discurso que, segundo o mesmo autor, tem na citação de um discurso por outro a marca da “relação explícita” entre ambas as formações discursivas. Ou seja, a posição-sujeito do jornal interpreta o discurso de ocupações do MST a partir de seus próprios critérios e de seu lugar ideológico, sendo o resultado dessa um simulacro.

A partir dos pares de oposição “Estado de Direito” *versus* “invasões de propriedade” tem-se a leitura da posição-sujeito do jornal e dos grandes proprietários, rechaçando o método de ocupações praticado pelo MST e ignorando as motivações políticas deste. Assim, a não compreensão desse litígio se dá porque ambas as FD,s enunciam de lugares ideológicos antagônicos e a partir de um arsenal semântico constituído de palavras que refletem esses lugares: uma sujeito de direito *versus* um sujeito sem-terra (INDURSKY, 2002). De modo que esses discursos constroem-se sobre o desentendimento em torno da posse da terra.

Segundo Maingueneau (2008), um procedimento que visa delimitar os discursos no interior do espaço discursivo é o *comentário*. O comentário destacado no excerto acima atribui ao Outro o uso eufemístico do termo “ocupações” quando, na interpretação do locutor, seriam invasões. Assim, a partir desse comentário, o Outro é evocado para o interior dessa FD; e é a

partir da palavra-chave – “ocupações” – que se caracteriza o discurso antagonizado. Ele é evocado para em seguida ser negado sob a acusação de eufemismo, daí um simulacro. No discurso polêmico, a FD do jornal, segundo Maingueneau (2008b, p. 108), “[...] introduz o Outro em seu recinto para melhor afastar sua ameaça, mas esse Outro só entra anulado enquanto tal [...]”. Assim, o *comentário* a esse Outro se dirige pontualmente à palavra-chave que é recorrentes em sua cadeia semântica, no excerto em análise, como se pode destacar da matéria, a palavra “invasão”.

Trata-se de uma rejeição de natureza completamente inversa, que pode ser exemplificada assim: se digo que os sem-terra *ocuparam* uma fazenda, rejeito que eles a tenham *invadido*. Ou seja, um certo discurso e, conseqüentemente, um certo sujeito rejeita *invadir* (dizendo *ocupar*). Outro rejeita *ocupar* (dizendo *invadir*). Não se trata de uma seleção paradigmática, em termos de língua, mas de assumir uma posição discursiva. (POSSENTI, 2005, p. 377)

Se considerarmos as condições de formação discursiva em seu sentido amplo, veremos que as exigências do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra inclui um espectro político de reformas estruturais do país que tem na posse da terra sua questão central. Nas palavras de Martins (2003, p. 147): “O latifúndio se consolidou e se expandiu com a Lei de Terras de 1850, pela qual o Estado brasileiro abdicou do senhorio sobre as terras do país e institui a propriedade fundiária privada e plena”. Logo após a Lei de Terras se deu a libertação dos escravos, em 1888, e toda essa mão de obra de ex-escravos foi impedida de se transformar em camponês, de ter seu próprio pedaço de terra (STEDILE, 2012).

No entanto, o discurso de criminalização do MST adquire força nesse período da história brasileira, em que as ações do MST vão sendo cada vez mais interpretadas e lançadas ao mundo da criminalidade. Por exemplo, na mesma página do jornal de onde extraímos ta reportagem 5, fora publicada uma outra, de autoria de Clovis Rossi, intitulada “A vitória dos ‘primitivos’”. Nesta reportagem, o autor faz referência a uma audiência que FHC teria no dia seguinte com líderes do MST e diz que esta seria a primeira derrota do presidente em seus 28 meses e meio de mandato. Acresce a isso o fato de que havia apenas um mês, FHC e seu ministro da justiça, Nelson Jobim, teriam ensaiado criminalizar publicamente o MST, referindo-se ao movimento como “primitivo”.

Ainda retomando a análise da reportagem 5, se, por um lado, o MST é representado como o discursos à margem da lei, FHC, centrado na verdade econômica, é convocado pelo jornal como um discurso do qual a mídia se beneficia. O tom de adesão ao discurso do presidente da República se materializa na passagem “Como o presidente Fernando Henrique observou...” Na sequência, toda a argumentação se volta à crise econômica que o país poderá enfrentar, caso

seja ampliado o número de assentamentos da Reforma Agrária, para atender às reivindicações do MST. Esse discurso tem larga circulação na mídia, até resvalar para o discurso da criminalização.

Lembra Martins (2008) que, apesar da impunidade e dos entraves no diálogo entre governantes e movimentos sociais, houve avanços que podem ser representados pela criação de um Ministério Extraordinário da Reforma Agrária, em 29 de abril de 1996. É quando a questão agrária passa a ser tratada nesse governo como política de Estado. Assim, as

[...] tragédias de Curumbiara, em Rondônia, em 9 de agosto de 1995, e a de Eldorado de Carajás, no Pará, em 17 de abril de 1996 serviram como alerta para o governo e a sociedade de que, apesar das aparências, as tensões no campo estavam em nível explosivo (MARTINS, 2003, p. 141).

Segundo esse autor, ambos os Massacres são a causa de um processo histórico que reflete as duas principais questões de ordem estrutural da história do Estado brasileiro, a saber, o trabalho escravo e a posse da terra (MARTINS, 2003b). Outro elemento que compõe as condições de produção discursiva do governo de FHC (1995 – 2002), no que se refere à questão agrária, é o programa de Reforma Agrária de mercado implementado pelo Banco Mundial, com início em 1997. De orientação neoliberal e contestando a reforma agrária conduzida pelo Estado, pautada na desapropriação, esse modelo toma a terra como uma mercadoria sob as leis da oferta e da procura (PEREIRA, 2005). É, pois, considerando essas condições de produção discursiva nesse contexto que daremos continuidade à análise, destacando, a emergência de um discurso da mídia que coloca em cena o embate político que se aprofunda no governo FHC contra o MST.

5.4 Rearranjos discursivos da imprensa: entre o uso da força e o sentido de justiça no governo FHC

No presente item veremos como o jornal Folha coloca em cena forças argumentativa do Estado brasileiro para lidar com a “questão agrária” do país suscitada pelas ocupações de terras pelo MST. Em sua estratégia discursiva, a mídia traz em uma única página duas reportagens cujos discursos se entrecruzam, ou seja, uma diz respeito à forma contundente como FHC decide enfrentar as ocupações de terra. Na outra reportagem, em que noticia o julgamento dos policiais envolvidos no Massacre de Eldorado do Carajás, produz-se a imagem de que a violência no campo é enfrentada ao rigor da lei, gesto traduzido como justiça.

QUESTÃO AGRÁRIA Para presidente, governadores “não devem se acanhar” em usar meios legais para expulsar invasores

FHC critica invasões a terras produtivas

da Sucursal de Brasília

O presidente Fernando Henrique Cardoso disse que os governadores “não devem se acanhar” e, “havendo de terra produtiva por provocação”, devem “tirar” os invasores. “Eu nunca fui nem sou partidário desses atos de violência, mas eu percebo que existe hoje no Brasil uma disposição que não é a de fazer reforma agrária, mas uma atuação que é perigosa. (...) (Ela desafia) aqui pelo que nós lutamos sempre, que é o Estado de Di-



Campo minado

reito, que é o respeito à lei. E isso não é aceitável”, disse ontem, diante de uma platéia de 11 governadores, no Palácio do Planalto.

“Diga-se de passagem, também, que os governadores não devem se acanhar. (...) E as instituições têm que utilizar os recursos legais de que dispõem para que a lei seja respeitada”, continuou o presidente.

Em outro momento, FHC disse que é importante que os governadores tenham “meios para enfrentar as ocupações” para que possam usar recursos que não sejam “só o pior, que é o uso da polícia”.

Sem citar nomes de entidades que vêm promovendo invasões, como o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e a

Contag, (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), o presidente disse que se tratam de “movimentos que dizem que querem terra, mas querem é bagunça”.

“Nada justifica que se veja esse movimento espetacular de num mesmo dia, em todo o Brasil, ocupar não sei quantas terras produtivas e não produtivas. Isso é ‘show off’, para mostrar na imprensa estrangeira, para fazer de conta que aqui está havendo um caos social que não está havendo”, afirmou.

Eldorado dos Carajás

Ontem, o STJ (Superior Tribunal de Justiça) determinou a transferência de Marabá para Belém, am-

bas cidades do Pará, do julgamento dos 154 policiais militares e dos 3 policiais civis acusados de terem participado do assassinato de 19 sem-terra em Eldorado do Carajás, em 19 de abril de 1996.

A decisão era o último entrave para a realização do julgamento, que pode ocorrer em maio.

O ministro Raul Jungmann (Política Fundiária) disse que vai assistir pessoalmente ao julgamento.

Ele elogiou a decisão do STJ. “Louvo a decisão do STJ, que decidiu no sentido da Justiça. Espero que a impunidade de Eldorado de Carajás seja enfim erradicada e que sejam presos os responsáveis por essa barbárie.” (WILLIAM FRANÇA e SILVANA DE FREITAS)

NO AR

Cadeia

NELSON DE SA
do Reportagem Local

O primeiro a cair, talvez o único, já foi julgado e condenado, virtualmente. É o ex-presidente do Marka, FHC, ACM e Renan Calheiros até afinaram o discurso.

Do presidente à rádio Itatiaia, ontem, no registro da Agência Folha:

— Se confirmar, ele tem que dizer a quem deu o dinheiro. Se não confirmar, é calúnia.

Francisco Lopes foi instruído a não deixar o país.

E ACM salti dizendo, ontem na Globo News:

— Não posso mentir. Houve o pedido do ministro Malan para que a sabatina (de Lopes) fosse adiada. Não sei qual foi o motivo. Mas ele pediu.

Se uma cabeça não bastar, talvez entreguem duas.

★
A Federação do Comércio do Estado de São Paulo está no ar com comerciais que, mostram-

<http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/>

A reportagem 6 data do dia 14 de abril de 1999 e está situada na seção **brasil**, página 1, do jornal Folha de S. Paulo. Como se pode ver no título da matéria - **FHC critica invasões a terras produtivas**- e no seu resumo - **Para presidente, governadores “não devem se acanhar” em usar meios legais para expulsar invasores**- , o MST enfrenta uma conjuntura política de ataques às suas ações, em nível federal e estadual. No corpo da matéria, outros enunciados reforçam esta constatação:

O Presidente Fernando Henrique Cardoso disse que os governadores “não devem se acanhar” e, ‘havendo ocupação de terra produtiva por provocação, devem ‘tirar’ os invasores.

“[...] FHC disse que é importante que os governadores tenham ‘meios para enfrentar as ocupações’ pra que possam usar recursos que não sejam ‘só o pior , que é o uso da polícia’.

Sem citar nomes de entidades que vêm promovendo invasões, como oMST e a CONTAG, o Presidente disse que se tratam de “movimentos que dizem que querem terra, mas querem é bagunça”.

Nada justifica que se veja esse movimento espetacular de num mesmo dia em todo o Brasil, ocupar num mesmo dia , não sei quantas terras produtivas e não produtivas.

Maingueneau (2008) considera o discurso como sendo uma dispersão textual que sustenta um espaço de regularidades de enunciados, que se verifica por meio de uma “semântica de base”. É, nesse sentido, que retomaremos na materialidade do discurso marcas que representam a semântica de base dos discursos em litígio nesse espaço discursivo em análise. Como já pontuamos no início do capítulo, essas marcas discursivas apontam para o interdiscurso a que se filiam FDs em discordância quanto à propriedade da terra no país. Em torno desse embate semântico, cabe ressaltar que o jornal orienta seus enunciados a partir do uso de marcas discursivas que ‘judicializam’ a questão agrária do país, empurrando-a para o campo do legal/ilegal, como já vimos nesse capítulo. Por isso, as marcas linguísticas presentes na matéria: “Estado de Direito; respeito à lei; recursos legais”. Dessa forma, a reportagem põe em cena a força do estado representadas em: “o pulso firme” do governo FHC no trato com as “invasões” do MST, “os governadores não devem se acanhar”.

Num jogo de antecipação, ao final da matéria, no subtítulo “Eldorado do Carajás”, noticia a transferência do julgamento dos 154 policiais militares e dos 3 policiais civis acusados do assassinato dos 19 sem-terras. Ao destacar o “rigor legal” no trato com as invasões e o “senso” de justiça com os acusados pelo Massacre, produz-se no discurso do jornal um efeito de sentido sobre as ações do governo brasileiro, destacando-o como um presidente rigoroso com a lei e preocupado com a justiça social, jogo que produz o silenciamento de questões de ordem política, econômicas e legais que tocam diretamente a questão agrária do país. Por esse recurso protege-se a imagem de FHC que se apresenta como governo rigoroso e cuidadoso no tratamento da injustiças sociais.

Ainda no excerto acima, a FD do jornal Folha de S. Paulo, reproduzindo a fala do presente FHC, parece incorrer numa contradição quando lança mão de uma palavra-chave pertencente à semântica de base da FD discursiva “inimiga”: *ocupação*. Numa explicação de viés psicanalítico, poderíamos dizer que o presidente comete um *ato falho* (NUNES, 2011). E, assim, acabaria por admitir como correta a posição discursiva do MST, que vem sendo negada constantemente pela posição-sujeito de um presidente neoliberal; e num “lapso do discurso” usa “ocupação” ao invés de “invasão”. No entanto, conforme já afirmamos anteriormente nesse capítulo, as palavras não carregam seus sentidos nelas mesmas, antes eles são inferidos das FDs em que se inscrevem. Desse modo, podemos afirmar que o termo “ocupação”, nesse caso, é sinônimo de “invasão”, o que se verifica pelo uso da sequência: “devem “tirar” os invasores”. A condição para a retirada dos “invasores” é a “ocupação”. Portanto, a marca discursiva característica da posição-sujeito do MST, foi usada por sua FD rival, mas seu sentido,

considerando as condições de produção do discurso, não foge ao simulacro da ilegalidade atribuída às ações dos sem-terra, presente na fala do presidente Fernando Henrique Cardoso.

Ao criticar as ocupações – tanto de terras “produtivas” quanto “improdutivas”, FHC se ampara nos conceitos de propriedade (art. 5º da Constituição). Por este discurso o chefe do Estado brasileiro alia-se à posição-sujeito dos grandes proprietários, contrários à forma de ocupação do MST, como temos observado desde o princípio das análises. Quanto aos pares de semas “produtiva/improdutiva” Indursky (2002, p. 127) afirma que “O artigo 184 da Constituição diz o seguinte: “Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel que não esteja cumprindo sua função social”. No entanto, o quesito legal da função social da terra não é levado em conta na fala do presidente, uma vez que essa FD produz um interincompreensão das políticas de sua FD antagônica, conforme discute Maingueneau (2008).

Independentemente de a terra ser produtiva ou não, a construção de um discurso em defesa da posse da terra é seletiva, com base em uma polêmica. Tudo isso se dá porque a propriedade da terra no Brasil é central para o desenvolvimento capitalista que se constata numa “[...] acomodação política e econômica entre a propriedade do capital e a propriedade da terra” (MARTINS, 2000, p. 42). Assim, a formação de uma elite capitalista no Brasil se dá em torno dessa relação. Isso implica em uma não democratização da propriedade da terra, no momento histórico oportuno, como parte do projeto capitalista, como aconteceu em outros países (MARTINS, 2000b).

5.4.1 Rearranjos discursivos da Imprensa no governo Lula

Observamos que a circulação das reportagens até aqui analisadas coincide com o Governo FHC, caracterizado por um discurso litigioso com o MST. As reportagens 7, 8 e 9 que apresentaremos a seguir, circulam no período do Governo Lula. Esta temporalidade política é importante para a apreensão dos discursos que passam a circular sobre o MST na mídia.

A reportagem 7 não é uma reportagem em que apenas se diz algo sobre o MST. Nela, observa-se a centralidade dispensada pela mídia ao discurso de João Pedro Stédile, liderança nacional do MST. Nosso interesse é captar o tom do discurso que agora se instaura pela mídia considerando a ao de uma memória histórica entre MST e Lula. A nosso ver, a mídia se vale dessa memória para reorganizar os discursos que passam a circular numa nova conjuntura política.

CAMPO MINADO Coordenador do MST afirma que recurso extra liberado pelo governo não resolve problema da reforma agrária

Verba não suspende abril vermelho, diz Stedile

ELVIRA LOBATO

DA SUCCURSAL DO RIO

O coordenador nacional do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), João Pedro Stedile, disse ontem que o suplemento de R\$ 1,7 bilhão no orçamento do Ministério do Desenvolvimento Agrário, anunciado anteontem pelo ministro Miguel Rossetto, demonstra boa vontade do governo, mas não resolve o problema da reforma agrária.

A verba extra, segundo ele, tampouco mudou a disposição do MST de fazer mobilizações em todo o país, no correr deste mês.

Stedile disse que o "abril vermelho", anunciado por ele em Campo Grande (MT), não significa uma onda de invasões, mas protestos por mudanças no modelo econômico adotado no país.

"O governo está engessado pelo Estado. O Estado brasileiro é burocrático e preparado para atender só a 10% da população. Não é por falta de vontade de Lula que não há mais verba para a educação ou para a saúde. É preciso que os estudantes, os servidores públicos, os sem-terra se mobilizem para inverter a lógica do funcionamento e as prioridades do Estado", afirmou o líder do MST.

Stedile disse que usou a expressão "abril vermelho" como linguagem figurada, não como bravata, no sentido de estimular as manifestações públicas.

O coordenador nacional do MST disse também estar convencido de que a única saída para a crise brasileira é uma grande mobilização popular de pressão por mudanças.

<http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/>

A reportagem traz em seu título "Abril Vermelho", introduzindo-o como um referente que orienta o leitor para um espaço discursivo que tem o MST como referência, uma vez que Abril Vermelho é uma designação do mês de abril (mês do massacre), em que o MST realiza

intensas mobilizações no país, ocupações de terras, de órgãos públicos e rodovias, em protesto à violência no campo, efeito da ausência de uma política agrária. Em 28 de março de 2004, em um discurso em Campo Grande (MT), João Pedro Stedile, líder nacional do MST, dissera que abril seria o mês vermelho¹⁰. Nossa atenção se volta para produção de sentidos que decorrem do Massacre de Eldorado do Carajás, na medida em que Abril Vermelho refere-se ao mês do massacre, transformado em mês de luta, tendo a cor vermelha como a representação da luta. Assim, inaugura-se depois do Massacre um período específico em que as lutas do MST adquirem regularidade em todo o país, retomando sempre as memórias do Massacre.

Consideramos, portanto, que o sintagma “vermelho” pode mobilizar a memória de luta para uma formação discursiva, mas pode também mobilizar sentidos que colocam a luta no mesmo campo da criminalidade. Nesse sentido, vale lembrar que a Folha de S. Paulo associou o vermelho a uma possível ação de insurgência civil que pudesse incitar uma onda de ocupações violentas por parte do MST, no mês de abril. Segundo Romão (2004, p. 10): “Na maior parte dos relatos jornalísticos, a designação “*abril vermelho*” criou o efeito de desqualificação das ações populares [...]”. Produz-se, assim, mais um simulacro do discurso do outro.

¹⁰ *Diário Vermelho*: www.vermelho.org.br (28/04/2014)

CAMPO MINADO Para Aécio Neves, ações dos sem-terra preocupam governadores; Alckmin cobra ajuda do presidente

Governador de Minas critica 'tranquilidade' de Lula com invasões

DA AGÊNCIA FOLHA, EM BELO HORIZONTE
DA REPORTAGEM LOCAL

O governador de Minas, Aécio Neves (PSDB), defendeu ontem a medida provisória antiinvasão de propriedades, formulada na gestão FHC e renegada pelo governo Lula, e criticou o que chamou de certa tranquilidade da gestão do PT quanto às invasões de terras por parte do MST. Para Aécio, isso preocupa os governadores.

"Preocupa-nos a questão das invasões e uma certa tranquilidade do governo em relação a essa questão", disse, acrescentando que a onda de invasões feitas pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) será um dos temas que os governadores discutirão no dia 26, em Brasília.

"Preocupa não a Minas em especial, porque aqui não tem sido foco maior dessas invasões, mas é uma questão que preocupa ao país, e nos preocupa sobretudo os seus desdobramentos", afirmou.

Em Minas, o MST, dentro do "abril vermelho" anunciada pelo movimento, já invadiu três fazendas e apoiou uma outra ação realizada por quilombolas. Também o MTL (Movimento Terra, Trabalho e Liberdade) fez uma invasão.

Sobre o fato de o governo Lula considerar sem eficácia a medida editada em 2000 pela gestão tucana, Aécio disse: "Apoiei a proposta que impedia vistorias com o objetivo de desapropriação de terras invadidas. Aquilo permitiu certo ordenamento no processo e

na relação com os sem-terra."

A MP proíbe por dois anos as vistorias em terras invadidas.

Para Aécio, o fundamental agora é o governo colocar de forma "clara para a sociedade qual o projeto de reforma agrária". "Todos nós consideramos a questão essencial, mas ela não pode ser feita à margem da lei. E, aqui em Minas, a lei vai ser cumprida."

Alckmin

O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), cobrou ajuda do governo federal para agilizar a reforma agrária no Estado. Ele se reuniu ontem com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva antes da abertura da 18ª Bienal Internacional do Livro, em São Paulo.

Alckmin disse que o governo do Estado tem enfrentado problemas com a Justiça, que precisa julgar as ações declaratórias (nas quais o juiz declara a autenticidade ou falsidade de um documento) antes de conceder a imissão de posse da área. Segundo o governador, essas terras somam cerca de 6 mil hectares somente na região do Pontal do Paranapanema.

Porém, para a efetivar o negócio é preciso pagar com Títulos da Dívida Agrária (TDAs). "A terra não se paga com dinheiro, mas com TDAs, e quem tem as TDAs é o governo federal", disse. Alckmin afirmou que convidará o ministro Miguel Rossetto (Desenvolvimento Agrário) para vir discutir formas de acelerar o processo.

(PAULO PEIXOTO E CHICO DE GOIS)

PT defende Lula e critica reforma agrária de Alckmin

DA REDAÇÃO

O PT divulgou nota ontem defendendo a política agrária do governo federal e acusando os tucanos de fazer "disputa política num tema extremamente delicado".

Anteontem, o PSDB disse que as invasões de terra são "fruto da ausência de uma política efetiva de reforma agrária". Na sua nota, os petistas dizem que os tucanos evitam, "talvez em razão dessa disputa [política]", fazer referência à atuação do governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), no Pontal do Paranapanema (extremo oeste do Estado).

Grupos de sem-terra que têm feito invasões na região acusam o governo estadual de ser lento na implantação de assentamentos.

A nota do PT, assinada pelo presidente do partido, José Genoino, também critica as invasões de terras produtivas pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra): "O PT foi e continua sendo contra as ocupações de terras produtivas".

Observemos que a matéria é aberta com a seguinte chamada: “Campo minado”, seguida de uma referência aos discursos do então governador de Minas Gerais, Aécio Neves e Governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, sobre as ações dos sem-terra no país. Cabe ressaltar aqui que se trata do segundo ano de governo do presidente Lula (2004).

A matéria reproduz a fala de Aécio Neves e Geraldo Alckmin, de modo direto e indireto, fazendo críticas ao governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Com a ascensão do governo Lula à presidência do país (2003), as condições de produção dos discursos são outras. Diante dessas condições é que haverá reações por parte da FD antagonista, na reportagem que toma como objeto falas dos governadores Aécio Neves e Geraldo Alckmin.

No título da matéria:

Governador de Minas critica ‘tranqüilidade’ com invasões,

A palavra “tranquilidade”, no fio do discurso do então governador de Minas, Aécio Neves, produz um efeito de sentido que coloca em questão a posição do presidente Lula, face às ações do MST, filiando-se ao interdiscurso que tem o governo Lula como suposto aliado do MST. Portanto, tranquilidade pode ser traduzido como um governo que não se opõe às ações dos Sem-Terra, não adota providências sobre as ações do movimento social.

No decorrer da matéria, perceberemos que o discurso de Aécio Neves se inscreve num interdiscurso que recupera o simulacro da criminalização que perpassa toda o discurso colocado em cena pelo jornal Folha de S. Paulo quando este se refere às ações do MST. Vale lembrar que há uma Medida Provisória (MP 2.027-38/2000) que proíbe, por um período de dois anos, vistorias e desapropriações em terras ocupadas pelos sem-terra. Tal MP foi editada no governo de Fernando Henrique Cardoso como estratégia para impedir as ocupações realizadas pelo MST. Assim, a marca discursiva “tranquilidade”, proferida por Aécio Neves, é, antes, uma acusação subreptícia de negligência do então presidente Lula, face aos instrumentos legais já existente para coibirem ocupações de terras.

Isso posto, o que temos é uma outra condição de produção discursiva que mobiliza novas vozes, embora enunciando das mesmas posições-sujeitos (Estado e Movimentos Sociais mediados pela mídia). Destaca-se que as vozes colocadas em cena pelo jornal, nesta nova conjuntura histórica, mobilizará também discursos do Estado e do MST, com a observação de que o Estado está sujeito a duras críticas, seja pelo discurso direto da mídia, seja pela nova tensão instaurada entre movimentos sociais e governo, agora representado por Lula.

Seguindo na leitura da matéria, já ao final da fala de Aécio reproduzida no texto, temos o segundo excerto:

Para Aécio, o fundamental agora é o governo colocar de forma “clara para a sociedade qual o projeto de reforma agrária”. “Todos nós consideramos a questão essencial, mas ela não pode ser feita à margem da lei [...]

Como já vimos nesse tópico, durante o governo de FHC, entra em sua agenda uma discussão sobre reforma agrária mobilizada pelo Massacre de Eldorado do Carajás. O discurso de Aécio, no entanto, polemiza com o PT, partido do presidente Lula, uma vez que sabemos que o PT sempre questionou o modelo de Reforma Agrária adotado por FHC. Nesse sentido, Lula é acusado de não ter um projeto claro de reforma agrária, assim como e que a questão agrária, passa a ser tratada, no governo Lula, à margem da lei. Assim, Aécio filia-se ao discurso que acusa o PT e, conseqüentemente, o presidente Lula, de que ele apoia as ações de ocupações de terras do MST. Daí o jogo de antecipação, “todos nós consideramos a questão essencial,” seguido do discurso de que o PT/Lula apoia as ações do MST e que estas são feitas “à margem da lei”. Como já pontuamos antes, a formação discursiva representada por essa posição-sujeito, ao encerrar o reconhecimento da necessidade de uma reforma agrária, o faz negando a proposta de desapropriação dos grandes latifúndios pregada por sua FD antagonista. Daí a necessidade de ressaltar a importância da lei, uma vez que seu discurso se faz, principalmente, em torno do direito à propriedade. Nessa nova discursividade, os ataques não se dão agora entre governo e MST, mas entre adversários de Lula e do MST. Esse novo movimento discursivo produz contornos complexos que exigem a compreensão de que o arquivo não é fixo, ele se move com a história, deslocando-se com o movimento das forças políticas e ideológicas.

5.4.2 A Folha de S. Paulo orienta a polêmica entre MST e Governo Lula

Na edição que segue, do dia 17/04/2004, publicada na seção Brasil, página A8, sob a assinatura de Virgílio Abranches, temos a seguinte reportagem:

CAMPO MINADO Declaração foi feita por Gilmar Mauro durante evento em São Paulo; no Sul, Stedile atacou o presidente Lula

'Ainda somos pacíficos', diz líder do MST

VIRGILIO ABRANCHES

DA REDAÇÃO

O coordenador nacional do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) Gilmar Mauro afirmou ontem que acredita que o movimento, apesar da onda de invasões que tem promovido desde o mês passado, ainda é muito "pacífico" e "lento". Ontem, o MST completou 81 invasões no país desde 10 de março.

"Diante de tamanhas injustiças sociais que nós temos no país, nós ainda somos muito pacatos, lentos, até tranquilos", disse Mauro em evento promovido por cinco deputados estaduais do PT paulista na Assembleia Legislativa do Estado. O encontro fez parte das comemorações do aniversário de 20 anos do MST, que foi fundado em janeiro de 1984.

"Outros países já viveram situação muito semelhante à nossa e chegaram até a viver guerras civis.

O que nós queremos é fazer um alerta: ou se avança numa perspectiva de resolver os problemas sociais, ou o caos se estabelece. E nesse sentido eu acho que ainda somos pacíficos", disse Mauro.

O evento teve a participação de cerca de 250 pessoas, a maioria integrantes de acampamentos e assentamentos do MST.

Representando o governo, estavam o ex-ministro da Segurança Alimentar e atual assessor especial da Presidência, José Graziano, e o superintendente do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) de São Paulo, Raimundo da Silva.

Durante o evento, o líder do MST evitou ataques ao governo e fez questão de frisar: "A 'jornada de luta' não é contra o governo Lula. A 'jornada de luta' é contra o latifúndio. Não temos a intenção de desestabilizar o governo".

No entanto, houve um ponto em que Graziano e Mauro entra-

ram em choque. Foi quando foi abordado o papel do agronegócio no país, defendido pelo assessor do presidente Lula e atacado pelo líder do movimento.

"O setor exportador tem interesse em aumentar o mercado interno, em aumentar salários e postos de trabalho. Esse setor não é inimigo da reforma agrária. É um erro político e estratégico classificá-lo assim. Há espaço para a convivência", disse Graziano.

"O que aconteceria se aplicássemos o modelo do agronegócio de forma cega? (...) Vamos ampliar as favelas e os problemas sociais dos grandes centros urbanos. Esse modelo não comporta povo", retrucou Mauro.

Ao final, Graziano amenizou o problema: "Não creio que o MST veja o agronegócio como inimigo. Tenho certeza de que irá reverter essas invasões indiscriminadas".

O assessor da Presidência também admitiu que o governo Lula

enfrenta problemas para fazer a reforma agrária. E culpou o governo anterior. "O Incra não tem, hoje, as condições necessárias para fazer a reforma agrária. Foram dez anos de sucateamento do Incra. É o que está impedindo a reforma agrária que o presidente Lula gostaria de fazer." Depois, Graziano afirmou que o governo irá cumprir a meta de assentar 115 mil famílias neste ano.

Stedile ataca governo

Ao contrário de seu colega Gilmar Mauro, que evitou atacar a gestão Lula durante evento do MST, o coordenador nacional do movimento João Pedro Stedile, que no início do mês previu um "abril vermelho" no país, reforçou o tom crítico ao governo federal e ao presidente.

"Elegemos o Lula para mudar o país, e não para puxar o saco dos banqueiros", disse, para vibração de cerca de 300 integrantes e simpatizantes do MST que acompa-

nhavam o discurso na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

De acordo com Stedile, "só um idiota não pede para mudar a política econômica". Ele ainda definiu a elite brasileira como "estúpida e nojenta". "Milhões de desempregados neste país pedem para ser explorados e nem isso eles [a elite] sabem fazer."

Colaborou LEO GERCHMANN, da Agência Folha em Porto Alegre

O título da chamada: "Campo minado" anuncia a fala de Gilmar Mauro e Stedile na matéria intitulada: '**Ainda somos pacíficos', diz líder do MST.**

A enunciação: "Ainda somos pacíficos [...]", é produzida pelo coordenador nacional do MST, Gilmar Mauro, num contexto político do país em que o MST produz a crítica sobre falta de resolução dos vários problemas que ainda persistem na sociedade brasileira. E, mesmo afirmando que a "jornada de luta" não era contra o governo Lula, no decorrer da matéria, a ameaça vai de encontro ao discurso de José Graziano, assessor especial da Presidência. As falas de ambos os sujeitos foram pronunciadas num encontro em comemoração aos 20 anos de criação do MST.

Nos discursos presentes nessa reportagem o que se pode notar é que o MST começa a ter um lugar de presença na mídia. Até então as vozes representativas desse movimento tinham nas reportagens anteriores apenas discursos relatados (AUTHIER, 1998), sem atribuir aos mesmos caráter de centralidade. Diante do exposto cabe fazermos as seguintes perguntas: será que poderíamos falar com Foucault (1971) que o aparecimento dos discursos seguem um sistema de poder? Por que justamente no governo do PT o discurso do MST toma espaço na mídia, inclusive com o mesmo espaço dado ao governo, se o discurso da mídia se mantém na mesma formação discursiva? Qual é o regime de restrição ou de permissão desse discurso? Quais são os regimes que permitem que a mídia traga à cena discursiva por ela gerida os discursos do MST?

Até então, o litígio entre as FDs se deram entre discursos marcadamente opostos do ponto de vista político. Como já vistos nos tópicos anteriores, a questão agrária brasileira se dá entre uma ética socialista, por parte do MST, e uma capitalista, por parte de grandes empresas agrárias e latifundiários (INDURSKY, 2002). A partir de um discurso jurídico, a posição da Folha de S. Paulo elabora um simulacro de sua FD oponente. No entanto, com a ascensão de um governo petista, já no seu segundo ano de mandato (2004), o que temos na matéria da Folha acima é uma “ruptura” entre as posições discursivas MST/Lula, e uma nova posição sujeito que se configura a partir daí: MST *versus* governo/Lula. No entanto, na reportagem referida, a posição da Folha não é sobreposta por essas novas posições, antes, os embates entre sem terra e governo será muito bem explorado pelo jornal Folha de S. Paulo. Isso porque as contradições desse embate favorece o discurso dessa mídia.

No texto acima, a FD que fala em nome do governo Lula é representada pelo assessor especial da Presidência, José Graziano. Já a do MST é representada nas vozes de Gilmar Mauro e João Pedro Stédile. Nos recortes que seguem abaixo analisaremos como se darão os efeitos de sentido oriundos dessas relações. Passemos ao primeiro recorte:

A ‘jornada de luta’ não é contra o governo Lula. [...] é contra o latifúndio. Não temos a intenção de desestabilizar o governo.

No entanto, houve um ponto em que Graziano e Mauro entraram em choque. Foi quando foi abordado o papel do agronegócio no país, defendido pelo assessor do presidente Lula e atacado pelo líder do movimento.

No excerto acima, as sequências discursivas “não é contra o governo Lula; é contra o latifúndio”, destacadas da fala de Gilmar Mauro, líder do MST apontam para um deslocamento de posições discursivas em relação aos discursos do MST no governo FHC. Neste governo não seria possível ao MST se contrapor ao latifúndio e não ser contra o governo, também. Sabendo

que o latifúndio é um problema de ordem estrutural do Estado brasileiro (MARTINS, 2000), não haveria como tratá-lo sem atingir a figura política que representa esse Estado.

É desse modo que o jornal coloca em contraposição os dois discursos – MST x governo/Lula –, do ponto de vista da contradição. No fio do discurso, a marca da contraposição se encaminha na materialidade discursiva pelo operador argumentativo: “No entanto, [...] Graziano e Mauro entraram em choque”. O confronto apontado no texto gira em torno do tema do “agronegócio” defendido pelo “assistente do presidente Lula” e “atacado” pelo representante dos sem-terra. Se outrora esse discurso podia ser enunciado pela figura política do Lula e do MST de um mesmo lugar discursivo, em uma conjuntura política com um presidente do PT no governo, não é mais possível. Tal ruptura, segundo Orlandi (2012, p. 54), se dá: “Pela natureza incompleta do sujeito, dos sentidos, da linguagem [...], ainda que todo sentido se filie a uma rede de constituição, ele pode ser um deslocamento nessa rede”. Isso por que as condições de produção do discurso alterou as posições enunciativas desses sujeitos, forçando as posições-sujeitos enunciarem de lugares diferentes.

Outra voz que sinaliza essa ruptura é a de João Pedro Stedile, coordenador nacional do MST, que enuncia:

Elegemos o Lula para mudar o país, e não para puxar o saco dos banqueiros

Diferente de Gilmar Mauro, a fala do coordenador nacional do MST é apresentada sob o subtítulo de “**Stedile ataca governo**”. E na continuidade do texto, demos destaque à fala de Stedile disposta acima. A marca discursiva “mudar o país” está em oposição a “puxar o saco dos banqueiros”. Ou seja, para mudar o país, sabemos que o representante dos sem-terra defende uma reforma agrária, e, para tal, necessário se faz mexer nas estruturas econômicas do país. Esse discurso traz à tona a força das contradições, na medida em que se antecipa aos discursos que dizem que o MST calou-se no governo Lula.

A reportagem abaixo foi publicada no dia 01/04/2004, na seção Brasil, página A 13, assinada pela repórter Elvira Lobato da sucursal do Rio.

5.4.3 Outras filiações à memória do Massacre: a interdiscursividade entre passado e presente dos sobreviventes

A reportagem a seguir foi publicada pela Folha, em 2006. Traz um texto que apresenta uma espécie de balanço dos dez anos do Massacre de Eldorado. Na materialidade do discurso, textos verbais contracenam com textos visuais, num complexo processo em que as linguagens se desdobram em sentidos metadiscursivos.

À época dessa reportagem, a maioria dos sobreviventes viviam no assentamento 17 de abril, situado no município de Eldorados do Carajás (PA), área conquistada logo após o Massacre, pertencente ao complexo da fazenda Macaxeira.

Reportagem 10

A 12 .domingo, 16 de abril de 2006

BRASIL

FOLHA DE S.PAULO

TERRA SEM LEI Dez anos depois do massacre, lavradores com balas alojadas em seus corpos ainda tomam remédios para aliviar dores

Sobreviventes de Carajás carregam seqüelas

EDUARDO SCOLESSE
JORGE ARAUJO

ENVIADOS ESPECIAIS A ELDRADOS DO CARAJÁS

Além de 19 sem-terra mortos, o massacre de Eldorado do Carajás completa dez anos amanhã com um saldo de dezenas de vítimas que ainda sofrem com as seqüelas daquele 17 de abril de 1996. A rotina de algumas delas é mantida a doses de remédios e visitas a hospitais para aliviar as dores causadas por balas alojadas na cabeça, no pescoço, no peito e nas pernas. Na semana passada, a Folha localizou algumas delas. A maioria vive no assentamento 17 de Abril, em Eldorado do Carajás (PA). A área, a antiga fazenda Macaxeira, foi desapropriada pela União depois que 19 sem-terra morreram e outros 69 ficaram feridos numa operação da Polícia Militar para desobstruir a rodovia PA-150, bloqueada na curva do "S" por uma marcha do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Hoje ninguém está preso por conta do massacre. Dos 155 PMs que participaram da ação, só dois foram condenados pela Justiça do Pará. Mas, por conta de uma decisão do Supremo Tribunal Federal, o coronel Mário Colares Pantoja e o maior José Maria de Oliveira



Francisco dos Santos mostra foto na qual ele (de boné) e outras crianças formam barreira após o massacre para impedir passagem de PMs

Estava com meu pai, meu irmão e meu avô. Na hora do tiroteio, quando vi uma caminhonete de policiais se aproximando, sai correndo pro mato. Junto comigo passava um monte de gente rasgada de bala

aguardam em liberdade até que se esgotem todas as opções de recursos, o que deve durar dois anos. Rubenita Justiniano da Silva, 36, é uma das sobreviventes. Ela vive com a mãe e uma irmã numa pequena ilha da periferia de Belém e até hoje carrega no pescoço uma bala que, dez anos atrás, entrou por sua boca, fraturou a mandíbula, rasgou a língua e quebrou seis dentes. "Não consigo trabalhar. Meu olho fica vermelho e dói o pescoço. Tenho de ficar correndo atrás de médico e remédio."

Ela conta que entrou por acaso no MST. Ganhada da vida de doméstica e de entregadora de marmitex na capital, partiu ao sul do Pará em 1992. "Aí descobri que um irmão meu estava na coordenação do movimento. Conectei a mim e saí, ajudando nas reuniões e nos acampamentos."

Sobre o dia do conflito, ela diz: "Foi terrível, não tem nem como descrever. Depois que levei o tiro, consegui me apoiar num companheiro, mas não conseguia nem respirar. E só depois de dois dias é que me levaram para Belém".

Garimpeiro

Francisco de Luzilândia, Antônio Alves de Oliveira, José Carlos dos Santos, 36, é uma das 20 vítimas que recebe desde 2000 uma pensão de um salário mínimo e meio do governo do Pará. No conflito, levou um tiro no olho direito. Perdeu essa vista e tem fortes dores de cabeça por conta do projétil alojado em sua cabeça. "Não tem como tirar a bala. Se tentar, o médico disse que eu morro ou fico doído", afirma José

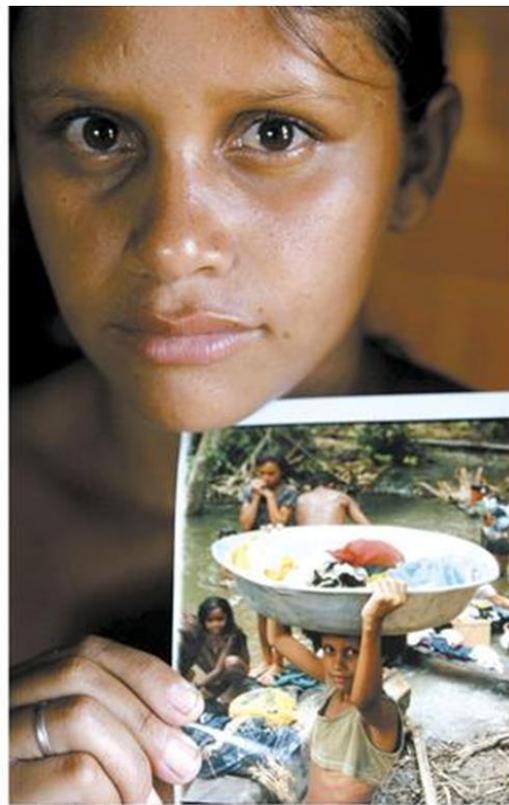
Carlos, que vive no 17 de Abril com os pais, José Maria, 62, e Maria Raimunda, 52. "Nosso dia-a-dia é muito triste. Uma mãe ver um filho assim, sofrendo e sem condições de trabalhar, é uma tristeza só", afirma a mãe. No assentamento, cada família cuida de seu próprio lote. Plantam arroz, feijão, milho, banana e mandioca. Numa área de 19 mil hectares, vivem hoje 6.000 pessoas, mais do que das 2.500 que chegaram por lá no final de 1996.

Josimar Pereira de Freitas, 41, é um dos coordenadores do assentamento. Dez anos atrás, ele levou um tiro de fuzil na perna direita de homens da tropa do coronel Pantoja. Teve fratura exposta. "Me levaram para o meio do mato, uns 500 metros da rodovia, onde tinha um monte de gente aglomerado." Natural de Ananás (TO), casado e pai de três filhos, passou oito meses com a perna engessada. "Eu estou aqui conservando e sempre tem uma dor que incomoda. Eu sofro de câibras quase todos os dias."

Outro caso de fratura exposta é de Domingos da Conceição, 30. Por conta das fraturas, sua perna direita encurtou 2,5 cm. "Eu nunca pensei que eles [PMs] fossem atirar para matar", diz. "Em dias de frio, a perna dói muito."

Ao lado de Domingos, outro maranhense, João Rodrigues, 31, conta sua história. "O sorrito do meu pai sempre foi ter um pedaço de terra. Por isso eu entrei no movimento. Hoje, ele [pai] está feliz por eu estar vivo e triste por ver um filho com dificuldades para trabalhar." Natural de Vitorino Freire (MA), Rodrigues carrega até hoje uma bala no peito. "Eu até tento trabalhar na roça, mas o peito começa a doer e o braço fica adormecido. Tenho que tomar sempre um anti-inflamatório."

Rubénita, Oliveira, Domingos e Rodrigues trabalham agora para vender exemplares do recém-lançado "Os sobreviventes do Massacre de Eldorado do Carajás", livro de produção independente do advogado Waldir Bretz. "Tudo o que for arrecadado virá para pagar os custos que temos com remédios e hospitais", diz Rubénita.



Rondinele Nero Lima, hoje com 20 anos, na época ajudava a mãe a lavar as roupas num igarapé

Assentados não querem saber de novos conflitos

DOS ENVIADOS A ELDRADOS DO CARAJÁS

Dez anos atrás, então com 43 anos, Andreína Souza de Araújo apareceu na capa de jornais e revistas de todo o mundo como o símbolo das vítimas do massacre de Eldorado do Carajás. Com o filho Robinson de três anos no colo, ela chorava desesperada ao lado do caixão do marido, João Rodrigues de Araújo.

"Hoje eu vejo como foi difícil cuidar sozinho desses sete filhos. Eu ganhei um pedaço de terra, mas não tenho meu marido ao meu lado. Eu acho que não foi feita Justiça", afirma Andreína, 53. Hoje, além de uma pensão do governo do Estado, é beneficiária do Bolsa-Família.

"Eu nunca mais vou pra estrada [para marchas]. Depois daquele dia, não quero mais saber disso. Lembro daquela correria, o tiroteio, a camisa de meu marido loaa-

da no chão da rodovia. Hoje tenho minha casa, minha terra e não preciso trabalhar pra fazendeiro nenhum", diz a agricultora. Seus filhos vão na mesma linha: "Não quero nem saber disso. Eu quero trabalhar só com a caneta", diz Robinson, 13, que cursa a 5ª série. "Eu quero ser advogado", afirma Aucilene, 14.

Após o massacre, a maioria dos sem-terra se refugiou no acampamento Formosa, no município vizinho de Curionópolis. Lá um grupo de crianças organizou um cordão de isolamento na entrada da fazenda para proteger seus pais de uma invasão de PMs. Entre elas estava Francisco Souza dos Santos, então com 9 anos. De calção, ele pediu Justiça e reforma agrária ao lado de colegas com facões e bandeiras.

Hoje com 19 anos, Francisco se lembra com exatidão do conflito com os policiais militares na PA-150. "Eu estava com meu pai, meu irmão e meu avô. Mas na hora do tiroteio, quando vi uma caminhonete de policiais se aproximando, sai correndo pro meio do mato. Junto comigo passava um monte de gente rasgada de bala. Só encontrei o meu pai no dia seguinte, no acampamento."

Ele não quer mais saber de conflitos: "Eu sou um cara tranquilo, sossegado, só penso em ir tocando a minha vida por aqui". Ele vive com a mãe numa casa no assentamento 17 de Abril.

Rondinele Nero Lima, que na época ajudava a mãe a lavar as roupas da família num igarapé, hoje está assentado no 17 de Abril. Na época do massacre, então com 10 anos, Rondinele vivia com a família no acampamento Formosa, em Curionópolis: "Meu pai e meu irmão estavam lá [no conflito], mas não aconteceu nada com eles". Hoje, aos 20 anos, está casado e tem quatro filhos.

Assim, a reportagem traz relatos dos sobreviventes do Massacre de Eldorado do Carajás, alguns ainda crianças. O texto da reportagem traz tanto em seu título quanto no resumo, referências aos sofrimentos físicos pelos quais ainda passam os sobreviventes.

Se percorrermos a materialidade do corpo do texto, veremos que ele se inicia fazendo referência ao “saldo” obtido pelos trabalhadores após dez anos do Massacre: “Além de 19 sem-terra mortos, o Massacre de Eldorado do Carajás completa 10 anos amanhã com um saldo de dezenas de vítimas que ainda sofrem com as sequelas daquele 17 de abril de 1996”. Esta produção discursiva é sustentada ao longo da reportagem como os discursos citados de alguns sobreviventes, priorizando justamente os relatos que fazem referência aos sofrimentos físicos dos sobreviventes.

Os textos visuais que compõem a matéria trazem as fotos de dois adolescentes que seguram, no momento da reportagem, suas fotos de dez anos atrás, feitas à época do Massacre. Na materialidade verbo-visual, temos um todo semiótico administrado pelo jornal sobre o Massacre de Eldorado. Na primeira foto, do adolescente Francisco dos Santos, há a tentativa de reproduzir a imagem feita há dez, à época do Massacre, em que o adolescente usava um boné de cor vermelho, com a aba voltada para trás. Na segunda imagem, Rondinele Nero, segura sua foto tirada à época do Massacre, também à beira de um igarapé.

Segundo Cazarin e Rasia (2014, p. 197): “imagens [...] antes de se constituírem gestos de interpretação do analista, são já gestos de interpretação da própria mídia, na medida em que resultam de recortes seletivos relacionados a injunções na ordem do dizer/mostrar”. Assim, as imagens não estão aí somente ilustrando o texto, são discursos que formam um todo semiótico, surgindo dessas práticas discursivas efeitos de sentidos.

Diante do exposto, podemos ver que um dos primeiros efeitos aí é o trabalho que a mídia faz em intercalar no seu discurso duas temporalidades: uma relativa ao tempo cronológico e histórico em que ocorreu o Massacre e outra relacionado ao hoje. Essa temporalidade se marca nas duas fotos que compõem o rearranjo da materialidade do discurso da mídia, num mesmo plano textual.

Embora as narrativas dos sobreviventes relatem os problemas físicos, no todo discursivo, é possível apreender o não-dito no dito. A memória histórica aciona uma memória discursiva de descaracterização da luta dos sem-terra, levando um dado leitor à conclusão de que a luta não valeu à pena; as ações do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra “não deu em nada”.

No excerto que abre a matéria, o status de sobreviventes dado às vítimas de Carajás mobiliza uma memória discursiva que veio sendo construída pelo jornal Folha de S. Paulo desde o Massacre.

A gestão que o jornal faz da memória seleciona alguns sentidos e silencia outros, por exemplo, não há qualquer referência à produção dos trabalhadores no assentamento, justamente porque este sentido filia-se a outra memória discursiva que o discurso da mídia interdita. Vejamos a fala do sujeito marcada num tom de relato autobiográfico:

Estava com meu pai, meu irmão e meu avô. Na hora do tiroteio, quando vi uma caminhonete de polícia se aproximando, saí correndo pro mato. Junto comigo passava um monte de gente rasgada de bala.

O relato, juntamente com a foto, produz a relação temporal entre a ocasião do Massacre e os dias atuais dos assentados. No boxê, ao lado das fotografias, os jornalistas narram a vida de Francisco dos Santos, então com 19 anos; descrevem a foto de dez anos atrás em que Francisco se encontra, com 9 anos, juntamente com outras crianças, de punho cerrados, pedindo “[...] Justiça e reforma agrária”. Essa memória é retomada para logo em seguida ser negada na superfície do texto: “Ele não quer mais saber de conflitos”, produzindo, assim, o efeito da memória denegada.

A mesma estratégia discursiva se dá na segunda foto que compõe a reportagem. Rondinele Nero Lima, hoje com 20 anos, também segura uma fotografia sua com sua mãe lavando roupas em um igarapé. Embora não haja a negação da luta no relato de Rondinele, a descrição ordinária do cotidiano e da vida dos sobreviventes, hoje, mostram como se os sujeitos fossem interpelado individualmente, ao narrar suas histórias pessoais, silenciando a história coletiva da luta pela terra.

No entanto, se por um lado, há um trabalho de silenciamento da história coletiva, quando a imprensa focaliza apenas as mazelas sofridas por cada indivíduo, por outro lado há um controle do discurso transformado em generalizações. No boxê ao lado direito, como parte da mesma reportagem, alguns discursos transformados em discursos generalizantes. Por exemplo, o título deste segundo texto da mesma reportagem é: “Assentados não querem saber de novos conflitos” é uma generalização que vai produzindo sentidos negativos da luta. É o que se verifica na voz de Andreлина Souza de Araújo, 43 anos: “Eu nunca mais volto pra estrada [para a marcha]. Depois daquele dia não quero mais saber disso [...]”; seus filhos vão na mesma linha: “Não quero nem saber disso [...]”, Robson, 13; “Eu quero ser advogada”, Aucilene, 14. Esse discurso se traduz em projeções de todo sem-terra e coloca a luta dos trabalhadores como algo que não traz “saldos”, ou seja, os trabalhadores almejam outro lugar que não as conquistas

advindas da luta pela terra. Esta é uma luta vã nos discurso da mídia e nos arranjos do discurso do outro colocados na cena midiática.

As análises nos apontam que estudar uma memória requer que se atente para o restabelecimento de laços discursivos, rupturas, emergências, todos eles convergindo para um modo de funcionamento de discursos que tem na sua base uma formação social na qual se inscrevem formações ideológicas.

6. CONCLUSÃO

Chegamos ao final desse trabalho, não com repostas fechadas à nossa pergunta de pesquisa, uma vez que não pretendeu obter resposta única, e nem seria possível. Considerando que as teorias que serviram de base a nossos estudos já trazem longa trajetória orientadora de percursos teóricos e metodológicos, o que fizemos foi, antes de tudo, apontar possibilidades de análises voltadas a dados específicos, apostando na produtividade dos conceitos.

Estabelecemos para nosso trabalho a seguinte pergunta de pesquisa: Como se configura, discursivamente, na Folha de S. Paulo o trabalho de produção de uma memória do Massacre de Eldorado do Carajás? No decorrer das análises experimentamos muitos atalhos de apreensão do corpus, considerando que nas redes de memória ressoam discursos, ora ancorado na vontade hegemônica institucional, ora silenciados, sem nome inscrito nas estruturas sociais.

Assim, na tentativa de trilhar um percurso metodológico que pudesse nos oferecer maior possibilidade de organização dos dados considerando as conjunturas históricas e políticas em que circularam os discursos da Folha de S. Paulo sobre o Massacre, realizamos a primeiro processo de desnaturalização dos dados, procurando reunir as reportagens não apenas seguindo seu percurso cronológico de aparição na mídia. Mas sua historicidade, seu vínculos com dadas conjunturas históricas.

Num primeiro momento, dividimos o grupo de reportagens considerando três temas enunciativos que as reúnem: i) A transformação do acontecimento histórico (Massacre) de acontecimento discursivo no jornal, ou seja, reportagens cujos discursos tomam como objeto o próprio acontecimento (o Massacre), mas já captando deslizamentos de sentidos que nos permitiram identificar a passagem do fato histórico ao fato de linguagem; ii) A mobilização de esferas políticas (governo federal, governo estadual, Câmara de Deputados, Senado Federal) sobre a questão agrária no país. Neste recorte enunciativo, nosso olhar se dirige para a conjuntura política e como ela mobiliza os sentidos do Massacre que faz entrar na agenda do estado o discurso da Reforma Agrária; iii) A construção dos processos de criminalização das ações do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra: do governo FHC ao governo Lula. Neste tópico nossas análises apontam para reconfigurações do processo de criminalização do MST. Se no governo de FHC, os sentidos de criminalização enfrentam a dicotomia MST x governo FCH, no governo Lula, há um trabalho de aliar o discurso do MST ao discurso de presidente da República, num duplo trabalho de desqualificação do governo e de criminalização do MST.

A percepção desses temas oferecidos pelas próprias práticas discursivas do jornal nos orientou a analisar as reportagens por “blocos enunciativos”.

Atentando-nos às estratégias discursivas presentes nas matérias do jornal Folha de S. Paulo, nossas análises captaram nos rearranjos discursivos da mídia sua posição discursiva que no jogo das contradições produz efeitos de captação dos discursos que criminalizam as ações do MST, de modo que, sua posição reflete sentidos produzidos nas formações discursiva das empresas agropecuárias e do Estado. Estas posições ocupadas pela mídia se materializam nos discursos, em grande medida, sob a produção de simulacros que fabricam imagens positivas ou negativas do seu outro.

Nossas análises trazem resultados que dialogam com resultados de outras pesquisas que constataam que a imprensa, enquanto uma prática discursiva orientada por interesses econômicos, dissemina “verdades” sob orientação de uma ideologia que desqualifica o discurso rival, sob o manto da neutralidade. Um dos mecanismos de sustentação da suposta neutralidade da imprensa é a garantia da heterogeneidade de vozes aliadas e dissonantes que ela traz para o seu espaço discursivo. No entanto, por esse mesmo recurso, ela revela a sua tomada de posição face ao mundo que veicula como notícia. Para isso, recorreremos ao conceito de espaço discursivo conforme Maingueneau (2008). Nesse espaço discursivo da mídia, o Outro do discurso é sempre evocado, explícita ou implicitamente, tomando parte no confronto discursivo. No discurso da mídia sobre o MST o trabalho no interdiscurso seleciona como dizeres possíveis aqueles ancorados nas verdades legais ou institucionais, para questionar o direito à propriedade, o estado de direito.

Por fim, o que verificamos em nossas pesquisas como um acontecimento discursivo, a partir de sua inscrição em uma memória para a estabelecer filiações ideológicas distintas que dão lugar a acontecimentos discursivos. Verificamos que as práticas discursivas da imprensa mobiliza uma heterogeneidade discursiva ancorada nas disputas ideológicas do país e a mídia não é a ela indiferente. No seu jogo de filiações ideológicas, a mídia traz à cena jornalística, conforme seus interesses, certos objetos de discurso cuja focalização varia conforme as conjunturas políticas. Por exemplo, durante o governo FHC essa mídia, apesar de noticiar os fatos deu maior atenção ao que FHC estaria fazendo ou falando que estava fazendo para conter a violência e resolver a impunidade, mas o MST pouco tinha voz nesta mídia. Curiosamente quando Lula assume o governo, O MST é quem passa a ser ouvido por esta mídia, mas parece que muito mais para colocar o governo petista em situação difícil do que para apoiar as ações do MST.

REFERÊNCIAS

- ASSIS, William S. **A construção da representação dos trabalhadores rurais no sudeste paraense**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade), Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, 2007.
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidades Enunciativas. Cadernos de Estudos Linguísticos. **Revista do Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp**, Campinas, n. 19, p. 25-42, jul./dez.,1990.
- _____. Heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva: elementos para uma abordagem do outro no discurso. In: **Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.
- BARREIRA, C. **Crônica de um massacre anunciado: Eldorado do Carajás**. São Paulo em Perspectiva; volume 13, número 4, páginas 136-143. Dezembro 1999.
- BECKER, Bertha K. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1990.
- BRANDÃO, H. H.N. **Introdução à análise do discurso**. 3 ed. rev. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.
- CARVALHO, C de. **Para compreender Saussure**. 11 ed. ampl. – Petrópolis, RJ: Vozes 1997.
- CAZARIN, Ercília Ana; RASIA, Gesualda dos Santos. As noções de acontecimento enunciativo e de acontecimento discursivo: um olhar sobre o discurso político. **Letras, Santa Maria**, v. 24, n. 48, p. 193-210, jan./jun. 2014.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**. São Paulo: Editora Contexto, 2012. Campinas, 3a edição, 1997.
- EMMI, Marília F. **A Oligarquia do Tocantins e o Domínio dos Castanhais**. 1 ed. Belém: NAEA/UFPA, 1988.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo; Edições Loyola, 1971.
- _____. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- GREGOLIN, M. R. V. Análise do discurso: lugar de enfrentamentos teóricos. In: FERNANDES, C. A.; SANTOS, J. B. (Org.). **Teorias linguísticas: problemáticas contemporâneas**. Uberlândia: EDUFU, 2003, p. 21-34.
- _____. Bakhtin, Foucault, Pêcheux. In: **Bakhtin: outros conceitos-chave**. BRAIT, Beth. (org.). 1.ed., 2 reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2010, p. 33-52.
- HALL, Anthony L. **Amazônia: desenvolvimento para quem? Desmatamento e conflito social no Programa Grande Carajás**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.
- HÉBETTE, J. **Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. Belém: Edufpa, 2004. 2 v.

IANNI, Otávio. **Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia**. Petrópolis: Editora Vozes, 1979.

ILARI, R. O estruturalismo linguístico: Alguns caminhos. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Org.). **Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos**. 2. ed. – São Paulo: Cortez, 2005. v. 3.

INDURSKY, Freda. O entrelaçamento entre o político, o jurídico e a ética no discurso do/sobre o MST: uma questão de lugar-fronteira. **Anpoll**, n.12, 111-131, jan./jun. 2002.

_____. Argumentação na mídia: do fio do discurso ao processo discursivo – um contraponto. **Revista Letras do Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal de Santa Maria**, n. 27, p. 47-53, Dez. 2003.

MALDIDIER, Denise. Elementos para uma história da análise do discurso na França. In: ORLANDI, E. P. (Org.). **Gestos de leitura: da história no discurso**. Campinas, SP: Pontes, 1997, p. 15-28.

_____. **A inquietação do discurso**. Campinas, SP: Pontes, 2003.

MAINGUENEAU, Dominique. Análise de discurso: a questão dos fundamentos. **Cad. Est. Ling.**, Campinas, (19): 65-74, jul./dez. 1990.

_____. **Novas tendências em análise do discurso**. Campinas, SP: Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 3ª edição, 1997.

_____. **Gênese dos discursos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e tradicionalismo** (Estudos sobre as contradições da Sociedade Agrária no Brasil). São Paulo: Livraria Pioneira, 1975.

_____. **Reforma Agrária: O Impossível Diálogo**. São Paulo: Edusp, 2000.

_____. A reforma agrária no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso. **Tempo Social**, vol.15 no.2 São Paulo Nov. 2003.

_____. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2014.

MICHELOTTI, F. Luta pela Terra e Assentamentos no Sudeste do Pará. **Revista Antropolítica**. n. 26, 1 sem, p. 245-266. 2009.

MUSSALIM, F. Análise do discurso. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Org.). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. 8. ed. – São Paulo: Cortez, 2012. v. 2.

NEPOMUCENO, Eric. **O massacre – Eldorado do Carajás: uma história de impunidade**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2007.

NUNES, Silvia Alexim. **A Psicopatologia da Vida Cotidiana - Como Freud Explica - Col. Para Ler Freud**. Ed. Civilização Brasileira, Edição 2011.

OLIVEIRA, J. J. F. Reconstruções metodológicas de processos de investigação social. **Revista de História** (FFLCH-USP), n. 107, vol. LIV, ano XXVII, jul. – set. 1976 (páginas 263-276).

ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 3. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 1995.

_____. **Interpretação: autoria e efeitos do trabalho simbólico**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

_____. Discurso e argumentação: um observatório do político. **Fórum Linguístico**, Florianópolis, n. 1 (73-81), jul-dez, 1998.

_____. **Análise de discurso. Princípios e Procedimentos**. Campinas, S.P: Pontes Editos, 2012.

_____. **A análise de Discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil**. Disponível em: www.analisedodiscurso.ufrgs.br/anaisdosead/1SEAD/Conferencias/EniOrlandi.pdf. Acesso em: 15/06/2014.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução Eni Orlandi. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995.

_____. FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. Trad. P. Cunha. In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Editora da Unicamp, 1997a. (Título original, 1975.)

_____. A Análise do discurso: três épocas. Trad. J. de A. Ramualdo. In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Editora da Unicamp, 1997b. (Título original, 1975.)

_____. Papel da memória. In: PIERRE, A et al. **Papel da memória**. Campinas, SP: Pontes, 1999, p. 49-56.

_____. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Trad. Eni Orlandi – 5ª Edição, Campinas, SP: Pontes Editores, 2008.

_____. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, E. P. (Org.). **Gestos de leitura: da história no discurso**. Campinas, SP: Pontes, 2010, p. 57 – 67.

PEREIRA, João Márcio Mendes. A disputa político-ideológica entre a reforma agrária redistributiva e o modelo de reforma agrária de mercado do banco mundial (1994-2005). **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 20, n. 3, p. 611-646, set./dez. 2005.

PEREIRA, Airton dos Reis. **Luta pela terra no sul e sudeste do Pará: migrações, conflitos e violência no campo**. Tese (Doutorado em História), Recife: Universidade Federal de Pernambuco/Programa de Pós Graduação em História, 2013.

PORTO GONÇALVES, C. W. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

POSSENTI, Sírio. **Teoria do discurso: um caso de múltiplas rupturas**. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Org.). Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos. 2. ed. – São Paulo: Cortez, 2005. v. 3.

_____. **Questões para analistas do discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

RIBEIRO, N. B. “**Trabalho escravo**”: A luta declarada de sentidos. In: **Letras, Santa Maria**, v. 24, n. 48, p. 261-280, jan./jun. 2014.

RODRIGUES, Marlon Leal. **MST: Discurso de Reforma Agrária pela ocupação (acontecimento discursivo)**. Tese (Doutoramento em Linguística), Campinas/SP: Universidade Estadual de Campinas/Instituto de Estudos da Linguagem-IEL, 2007.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa. Mais de Perto, Mil Faces Secretas Sob a Face Neutra: considerações sobre a heterogeneidade no discurso jornalístico. **SIGNÓTICA**, v. 17, n. 2, p. 233-250, jul./dez. 2005.

SAUSSURE, F. de. **Curso de Linguística Geral**. Trad. de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix/USP, 1916.

SCHMINK, M. e WOOD, C H. **Conflitos sociais e a formação da Amazônia**. Trad. Noemi Miyasaka Porro e Raimundo Moura. Belém: ed.ufpa, 2012.

SENA, Laécio Rocha de. **O MST nos discursos da mídia impressa marabaense: um olhar a partir dos jornais Correio do Tocantins e Opinião, no ano 1996**. Dissertação (Mestrado em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia), Marabá: Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, 2014.

SOUZA, T. C. C. de. A análise do não verbal e os usos da imagem nos meios de comunicação. **Revista Ciberlegenda**. Número 6, 2001.

SOUZA, S. M. R. **Discursos em confronto no território da luta pela terra no/do pontal do paranapanema: mst e imprensa**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista) – Unesp, Campus de Presidente Prudente. 2005.

STEDILE, João Pedro e FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. 3ª reimp. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

_____. (Org.) **A questão agrária no Brasil: O debate tradicional – 1500-1960**. 2ª. Ed. São Paulo: Expressão Popular 2011. v. 1.

_____. Introdução. In: (Org.) **A questão agrária no Brasil: O debate na esquerda – 1960-1980**. 2ª. Ed. São Paulo: Expressão Popular 2012. v. 2.

VAZ, Vania. **A formação dos latifúndios no sul do Estado do Pará: terra, pecuária e desflorestamento**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável), Brasília: Universidade de Brasília/Centro de Desenvolvimento Sustentável/CDS, 2013.